UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO

ESCRAVIDÃO, LIBERDADE E OS ARRANJOS DE TRABALHO NA ILHA DE SANTA CATARINA NAS ULTIMAS DÉCADAS DE ESCRAVIDÃO (1850-1888)

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História junto ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Santa Catarina.

Aluno: Clemente Gentil Penna.
Orientadora: Prof.ª Drª. Beatriz Gallotti Mamigonian.

Florianópolis, fevereiro de 2005.

AGRADECIMENTOS

Muitas foram as pessoas e instituições que contribuíram para que eu pudesse concluir esta pesquisa.

Gostaria então de começar agradecendo à Capes pelo suporte financeiro que me proporcionou. Agradeço também à Secretaria do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, principalmente à Nazaré que se sempre se mostrou solícita em quebrar os inúmeros "galhos" que por vezes eu apresentava.

Agradeço também aos colegas e professores da Linha de Pesquisa Trabalhadores: Experiências, Solidariedades e Conflitos que também integram o Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura. Aos professores Paulo Pinheiro Machado, Adriano Luiz Duarte e especialmente Henrique Espada Rodrigues Lima que por pesquisar tema semelhante deu grande contribuição a este trabalho, muito do que se verá aqui nasceu de conversas e discussões que tivemos nas reuniões da Linha de Pesquisa. Além da contribuição intelectual, não posso deixar de mencionar também a contribuição material dada por ele: cedeu-me fontes, emprestou diversos livros e isso sem falar nos inúmeros almoços em finais de semana, onde ele se mostrou um *chef* de mão cheia.

À Beatriz Gallotti Mamigonian, minha orientadora, quaisquer palavras que eu aqui escrever serão insuficientes para demonstrar o meu agradecimento por sua dedicação, disponibilidade e principalmente pela paciência, constantemente abusada por este seu orientando. Quando me encontrei pela primeira vez com a Beatriz eu já estava há 1 ano no curso de mestrado e há 6 meses sem orientador. Não consigo imaginar esta dissertação sem ela e agradeço enormemente a confiança (nem sempre merecida) que ela teve em meu trabalho.

Agradeço também aos funcionários do Arquivo do Judiciário, aos funcionários do cartório Kotisias e do Arquivo Histórico Municipal que, não obstante à falta de estrutura, faziam o possível para tornar agradáveis as inúmeras horas que passei entre pilhas de documentos

Gostaria de agradecer aos colegas da turma e em especial à Marlen Batista De Martino, que foi sempre uma amiga com quem eu pude conversar e dividir as angústias da pesquisa.

Falando em angústias da pesquisa, agradeço aqui aquela que foi a pessoa mais importante não só durante a confecção desta dissertação, mas também nos últimos 7 anos de minha vida. A minha esposa, amiga e companheira, Patrícia Ramos Geremias. Além da amizade e carinho com que sempre me tratou, Patrícia foi ao mesmo tempo que eu uma mestranda e soube melhor que ninguém entender os "surtos" e o "mau humor" que por vezes o trabalho me impingia. Seus conhecimentos a respeito de legislação escravista e da bibliografia sobre a temática e as diversas leituras críticas que fez, foram essenciais à esta dissertação. À ela, de todo o coração, o meu muito obrigado!

Gostaria finalmente de agradecer às minhas irmãs Joana e Polyana, a minha sobrinha Priscila e a Dona Vânia por toda a ajuda que sempre me deram e agradeço principalmente também aos meus pais Eduardo e Aymara pela tranquilidade e conforto que sempre me proporcionaram e sem os quais nada disso teria acontecido.

RESUMO

Esta dissertação trata da economia e do trabalho de escravos e libertos na Ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de escravidão (1850-1888). A pesquisa se baseou na análise de inventários *post mortem*, mapas de população, livros de receita e despesa da Câmara Municipal, cartas de alforria e contratos de locação de serviço. A análise da economia local, à luz dos novos trabalhos sobre mercado interno e economia de abastecimento do Império demonstrou que o incremento na produção de gêneros e intensificação do comércio com outras províncias apresentado pela economia catarinense nas décadas de 1850 e 1860, foi acompanhado de continuado investimento na compra de escravos por parte dos produtores locais. Esta conclusão contradiz a ideia corrente de que Santa Catarina teria, logo após a proibição definitiva do tráfico atlântico de escravos em 1850, começado a vender escravos para o sudeste. Neste quadro de continuação do aproveitamento de mão de obra escrava, procuramos perceber a diversidade das ocupações e dos arranjos de trabalho envolvendo escravos Nas décadas de 1870 e 1880, acompanhando a aumento no número de libertos, a análise se centrou nas alforrias, contratos de locação de serviço e nas estratégias dos libertos para se manterem no mercado de trabalho em transformação.

Palavras chaves:
Escravidão, trabalho escravo, libertos, relações de trabalho, Santa Catarina, século XIX

Área de conhecimento: 7.05.05.00-4 (História do Brasil)

ABSTRACT

This Master´s thesis analyses the economy and labor of slaves and freedpersons on the Island of Santa Catarina in the last decades of slavery (1850-1888). The research was based on post mortem inventories, censuses, municipal revenue and expense books, manumissions letters and labor contracts. In the light of the new historiography about Brazilian internal supply market and economy, the analysis of the local economy demonstrated that the growth of production and commerce in the 1850s and 1860s was followed by continued investment in slaves. This conclusion contradicts previously accepted knowledge for it shows that the Island of Santa Catarina did not sell slaves to the internal Brazilian market in the two decades following the abolition of the Atlantic slave trade (1850). In this context of continued exploitation of slave labor, research concentrated on the occupations and labor arrangements involving slaves and the growing number of ex-slaves in the 1870s and 1880s. This analysis was based on manumission letters, labor contracts and on the strategies found by freedpersons to adapt to the changing labor market.

Keywords:
Slavery, slave labor, labor relations, freedpersons, Santa Catarina, nineteenth century.

Lista de Tabelas

Tabela 01 – Quadro geral da população em Santa Catarina (1810-1873)**.....**37

Tabela 02 – População escrava no Paraná (1858-1874)**.....**38

Tabela 03 – População escrava no Rio Grande do Sul (1858-1873)**.....**38

Tabela 04 – População escrava em Santa Catarina (1866) **.....**45

Tabela 05 – Distribuição População escrava no Ribeirão da Ilha (1843)**.....**48

Tabela 06– Posse escrava na Lagoa da Conceição (1870-1880)**.....**49

Tabela 07 – Posse escrava na Ilha de Santa Catarina (1880-1888)**.....**50

Tabela 08 – Posse escrava em zonas rurais da Ilha (1880-1888) **.....**51

Tabela 09 – Ocupações dos escravos na Ilha de Santa Catarina (1872) **.....**76

Tabela 10 – Ocupações dos escravos em Desterro e na Ilha (1872) **.....**77

Tabela 11 – Posse de escravos no Termo de Desterro (1880-1888)**.....**91

Tabela 12 – Inventários com 1 escravo, divisão por sexo e profissão (1880-1888)**.....**91

Tabela 13 - Número de alforrias segundo o sexo (1868-1888)**.....**112

Tabela 14 - Distribuição da População de escravos e libertos na Ilha (1866)**.....**117

Tabela 15 – População da Ilha de Santa Catarina, por condição social (1872)**.....**117

Tabela 16 – Alforrias segundo a condição e sexo (1868-1888)**.....**121

Tabela 17 – Alforrias condicionais por pagamento e tempo de serviço (1868-1888)**..**121

Tabela 18 – Contratação de serviços segundo o sexo (1868-1888)**.....**125

SUMÁRIO

Introdução.....08

Capítulo 1 - Escravidão, dinamismo agrícola e o mundo mercantil local 17

Economia e escravidão em áreas não exportadoras:
A província e a Ilha de Santa Catarina**.....22**

A farinha de mandioca e a produção de gêneros de consumo**.....38**

O comércio na Ilha de Santa Catarina**.....54**

Capítulo 2 – Trabalhadores escravos na Ilha de Santa Catarina.....68

Escravidão e trabalho**.....71**

Trabalho escravo na Ilha de Santa Catarina**.....75**

Capítulo 3 – Os libertos na Ilha de Santa Catarina.....100

Uma nação de ex-escravos**.....103**

A liberdade sob contrato**.....119**

Considerações finais.....132

Fontes.....137

Referências bibliográficas.....148

INTRODUÇÃO

O século XIX vem sendo alvo de investigação por parte dos estudiosos que procuram dar abordagem renovada à história de Santa Catarina. Diversos são os temas nesse período que têm suscitado a curiosidade dos historiadores: as relações de gênero, a modernização da cidade, a imigração, o contato com as nações indígenas, a assistência aos menores, as políticas públicas e o controle sobre a população.

Fator importante neste sentido é, sem dúvida, a considerável abundância de material documental para o período. Os arquivos públicos, bibliotecas e cartórios guardam inventários, processos cíveis e criminais, balanços comerciais, falas e relatórios de autoridades locais, jornais, enfim, um sem número de fontes que se encontram à disposição do pesquisador que tiver interesse e um pouco de paciência, já que, apesar de abundantes em número, tais acervos públicos carecem de organização e infra-estrutura para pesquisa.

De qualquer maneira isso não tem se mostrado um grande empecilho aos historiadores interessados no oitocentos catarinense, haja vista o considerável número de pesquisas e publicações que vêm sendo produzidas, estimuladas também pelo aumento e profissionalização dos cursos de pós-graduação no país [1].

Dentro deste panorama, a escravidão em Santa Catarina vem recebendo especial atenção. A partir da década de 1990, alguns trabalhos passaram a ter como principal preocupação a produção de uma revisão em torno do que havia sido escrito até então sobre a

[1] Se tomarmos por base o balanço das teses e dissertações defendidas nos últimos 20 anos no Programa de Pós-Graduação em História da UFSC é facilmente perceptível a grande concentração de pesquisas para o período, neste sentido ver : http://www.cfh.ufsc.br/~pghst/ted_def.php4. Existe ainda considerável número de teses que têm como período o século XIX em Santa Catarina que foram defendidas em outros programas de Pós-Graduação no país, trabalhos aos quais estarei me referindo nominalmente mais adiante.

[2]

escravidão em Santa Catarina. Um dos pioneiros foi o trabalho organizado por Ilka Boaventura Leite, que levanta uma série de questionamentos em torno da ausência do elemento negro na historiografia catarinense. A autora chama atenção para o fato da historiografia local ter repetidamente negado a presença das populações afrodescendentes na formação da sociedade catarinense. Esta tentativa teve, segundo Leite, o intuito de gerar "o vazio ideológico a ser ocupado pelos imigrantes europeus[3]", e carregava um forte pressuposto ideológico de valorizar o branqueamento da sociedade catarinense, que se apresenta como o estado mais "europeu" e por consequência, mais branco do Brasil:

> "A invisibilidade do negro é um dos suportes da ideologia do branqueamento, podendo ser identificada em diferentes tipos de práticas e representações (...) o mecanismo da invisibilidade se processa pela produção de um certo olhar que nega sua existência como forma de resolver a impossibilidade de bani-lo totalmente da sociedade[4]".

Como bem observa Leite, boa parte da historiografia sobre o negro e a escravidão em Santa Catarina adota como metodologia a análise comparativa entre a região e outras partes do país, principalmente aquelas diretamente ligadas à economia de *plantation:*. "A grande maioria das pesquisas que enfocam a contribuição dos descendentes de africanos no sul do Brasil afirma a sua especificidade em relação às outras regiões do Brasil. Sobretudo ao examinar os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (...)[5]".Tais comparações resultaram em uma produção historiográfica que praticamente desconheceu a importância do

[3] LEITE, Ilka B. Descendentes de Africanos em Santa Catarina: invisibilidade Histórica e segregação. *In*: LEITE, Ilka B. (org.). **Negros no Sul do Brasil.** Florianópolis, Letras Contemporânea, 1996, p. 39.
[4] Idem, p. 41.
[5] Idem**,** p. 40. Grifos no original.

elemento negro em Santa Catarina e consequentemente, refletiu-se na virtual ausência de trabalhos preocupados em desvendar aspectos inerentes às relações entre senhores e escravos. As observações da autora apontam desta forma, para um movimento contrário ao da historiografia brasileira nas décadas de 1980 e 1990, onde um número considerável de autores tinha esta problemática como ponto central em suas pesquisas.[6]

Para Leite, a historiografia apesar de insistentemente colocar a presença da escravidão africana em Santa Catarina como insignificante, contradizia-se apontando para fato de existirem escravos em todo o tipo de atividades, principalmente nas ligadas ao porto, à pesca e à agricultura. Além disso, apontava para uma porcentagem da população negra cativa (sem mencionar os libertos) que perfazia uma média de 24% da população ao longo de século XIX, o que segundo ela não chega a ser de todo desprezível[7].

Mais recentemente outro pesquisador tem se detido nos debates acerca da invisibilidade das populações afrodescendentes em Santa Catarina, Paulino de Jesus Cardoso chama atenção para questões semelhantes às apresentadas por Ilka Leite. Inspirado sobretudo em trabalhos realizados sobre a escravidão em outras regiões do país, Paulino Cardoso procura demonstrar que a presença de escravos foi uma constante ao longo do século XIX, como se pode perceber através de diversas fontes documentais encontradas nos acervos públicos da cidade. Segundo ele, havia uma larga utilização de escravos em serviços domésticos, artesanato, agricultura e até mesmo comércio. Segundo ele a pequena presença de trabalhos abordando a questão da escravidão em Santa Catarina estaria ligada à construção de uma "identidade catarinense" que se pretende mais ligada a um passado europeu do que

[6] LARA, Silvia Hunold. "Blowing in the Wind": E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil". In: **Projeto História**. São Paulo nº 12, outubro, 1995.
[7] LEITE, I. B. op. cit. p. 48.

africano, de forma que o caráter secundário dado ao passado escravista na região possui uma forte conotação ideológica[8].

Ilka Leite e Paulino Cardoso, trabalhando a questão da invisibilidade histórica dos negros em Santa Catarina, chamam a atenção para a influência dos afrodescendentes na formação social da província, recusando a interpretação de que a escravidão teria exercido papel diminuto na composição da sociedade catarinense. Ao observar uma considerável presença de escravos e libertos em diversos setores da sociedade estes autores apontam para a necessidade de pesquisas que tenham como finalidade uma compreensão mais detalhada a respeito de qual o impacto a escravidão teria causado na formação socioeconômica de Santa Catarina.

Dentro deste contexto uma série de outros trabalhos escritos desde o final da década de 1990 tem contribuído no sentido de por fim à tão criticada invisibilidade da população negra na historiografia catarinense. A partir da análise de temas variados, como irmandades religiosas, legislação escravista, família e território, diversas pesquisas trazem à tona aspectos variados da realidade catarinense no século XIX, antes pouco importantes aos olhos dos historiadores[9]. Inspiradas na profícua literatura sobre escravidão produzida no

[8] CARDOSO, Paulino de Jesus F. *etalli*. "Experiência das populações de origem africana em Florianópolis na década da Abolição". In: **Revista Percursos.** Florianópolis: vol. 1 fascículo 3, 2002, p. 07 49; CARDOSO, Paulino de Jesus F. **Nem tudo era açoriano**. Texto apresentado ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2002.

[9] MORTARI, Claudia. **Homens Pretos do Desterro. Um estudo sobre a irmandade de Nossa senhora do Rosário (1840-1869).** 2000. Dissertação (Mestrado em História). PUC/RS; WAGNER, Ana Paula. **Diante da Liberdade: um estudo sobre libertos na Ilha de Santa Catarina na segunda metade do século XIX.** 2002 Dissertação (Mestrado em História). UFPR, Curitiba; BRIGNOL, Juliani M. **Bordados do Destino: saberes das mulheres afrodescendentes na passagem do século XIX ao XX na Capital de Santa Catarina.** 2003. Dissertação (Mestrado em História). UFSC, Florianópolis; PENNA, Clemente Gentil. **"Vivendo sobre si" : estratégias de liberdade de africanos a afrodescendentes em Desterro (1870-1888).** 2001. (TCC). UDESC, Florianópolis; GEREMIAS, Patrícia Ramos. **"Filhos livres de mães cativas" : os ingênuos e as relações familiares das populações de origem africana em Desterro na década de 1880**. 2001. (TCC). UDESC, Florianópolis; Haroldo Silis M. da. **Carroceiros, quitandeiras, marinheiros, pombeiros e outras agências: Trabalho e sobrevivência de africanos e afrodescendentes na cidade de Desterro na década da abolição** 2001. (TCC). UDESC, Florianópolis; DAUWE, Fabiano. **Estratégias institucionais de liberdade: um estudo acerca do Fundo de Emancipação dos Escravos em Nossa Senhora do Desterro (1871-1888)** 2001. (TCC). UDESC, Florianópolis; GALLO, Fernanda Bianca G. **Entre becos (In)visíveis:O significado das habitações populares para Africanos e Afrodescendentes em Desterro(1885-1910).** 2001. (TCC). UDESC, Florianópolis.

Brasil nos anos 90, estas pesquisas procuram entender os meandros da sociedade escravista tendo como palco principalmente a capital da província de Santa Catarina ao longo do século XIX[10].

Questões como a relação entre senhores e escravos, a inserção de escravos e libertos em intrincadas redes sociais e de trabalho, as relações familiares e de parentesco e as percepções distintas que os cativos tinham da legislação vigente são alguns dos pontos levantados nestas novas pesquisas que têm chamado a atenção para a complexidade do oitocentos catarinense. Tais trabalhos vêm escrevendo um novo capítulo sobre a escravidão em Santa Catarina e têm avançando no debate ao incorporar hipóteses e metodologia utilizadas para pensar a realidade escravista de outras regiões do país.

Foi em meio a estas discussões que iniciei minhas pesquisas a respeito da escravidão na Ilha de Santa Catarina, que resultaram em um trabalho de conclusão de curso onde procurei perceber questões ligadas à autonomia escrava e às estratégias de liberdade dos cativos, principalmente a partir do dispositivo regulamentado pela Lei do Ventre Livre, que dava ao escravo direito de acumular um pecúlio como forma de obter a liberdade[11]. Ao sair à procura de processos de pecúlio e processos de liberdade que utilizei nesta pesquisa acabei me deparando com uma enorme quantidade de fontes documentais relativas ao regime escravista na Ilha de Santa Catarina, principalmente aquelas referentes ao século XIX: processos criminais, tutorias, inventários, pecúlios, processos de liberdade, ações de abandono, cartas de alforrias, documentação referente ao fundo de emancipação de escravos, testamentos,

[10] CHALHOUB, Sidney. **Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Cia das Letras, 1990; SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; FLORENTINO, Manolo e GÓES, José R. **A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997 e MATTOS, Hebe M. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil Século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, para citar apenas alguns.

[11] PENNA, C. G. op. cit, 2001.

contratos de locação de escravos, enfim, as nomenclaturas jurídicas da documentação são tão numerosas quanto a sua quantidade. Em minha ânsia por compreender a atuação dos cativos em relação à Lei do Ventre Livre acabei por realizar uma pesquisa que apontou em diversas direções, demonstrando que o cotidiano da cidade de Desterro e seu regime escravista foram, no século XIX, muito mais complexos do que até então supúnhamos.

Ao longo de minha pesquisa pude perceber também que as principais obras a respeito da escravidão em Santa Catarina, constroem suas hipóteses com base em uma modelo de economia no qual impera uma lógica em que a escravidão não teria encontrado meios concretos para se expandir e que o desenvolvimento econômico da região estaria mais ligado à crescente entrada de imigrantes europeus na segunda metade do XIX[12].

Ao me deter numa análise mais apurada em torno da nova produção historiográfica sobre a escravidão em Santa Catarina, percebi que mesmo as poucas pesquisas que partem da premissa de que realmente houve uma razoável presença negra na região ao longo do século XIX, não incorporam uma análise mais detalhada e renovada da economia local. Muitos desses trabalhos ao apresentarem o contexto espacial e socioeconômico da cidade o fazem tendo como parâmetros os mesmos autores que costumam criticar quando a assunto é escravidão[13].

Não obstante a acentuada importância que estes estudos vêm dando à compreensão da escravidão na região, nenhum deles até o momento se aprofundou em alguns aspectos que

[12] Principalmente CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro: Memória. Vol 1 & 2.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 1972; CARDOSO, Fernando H & IANNI, Octávio. **Cor e Mobilidade Social em Florianópolis.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960; PIAZZA, Walter F. **O Escravo numa Economia Minifundiária**. Florianópolis: UDESC / Editora Resenha Universitária, 1975; PIAZZA, Walter F. A **Escravidão negra numa província periférica.** Florianópolis: Garapuvú/Editora Unisul, 1999.

[13] Aqui de uma maneira geral se repetem as obras da citação acima, com maior ênfase a de CARDOSO, Fernando H. & IANNI, O. op. cit. 1960.

em minha opinião são centrais para o entendimento de uma sociedade escravista – a economia da região e utilização da mão de obra cativa dentro desta economia. Em minha opinião, muito mais do que uma questão ideológica, é o modelo econômico criado para compreender a sociedade catarinense no século XIX que tem relação mais direta com a maneira pela qual é concebido o regime escravista na região: a falta de inserção da província no mercado agro-exportador do Império foi, para os defensores deste modelo, a responsável pela pequena importância que a mão de obra escrava teria tido em Santa Catarina. Penso que uma mudança de perspectiva a respeito da economia local ajudará a compreendermos melhor o passado escravista catarinense.

Ao entrar em contato com a historiografia catarinense sobre a escravidão, pude perceber que em momento algum Santa Catarina foi comparada com outras províncias do Império que apresentavam características econômicas similares às suas, ou seja, a produção de gêneros voltada para o mercado interno. Desta forma, no primeiro capítulo deste trabalho pretendo analisar os principais autores que se detiveram na compreensão da economia da Província e da Ilha de Santa Catarina ao longo do século XIX e contrapor o modelo por eles apresentado a uma série de estudos que procuraram compreender a importância da mão de obra cativa em regiões que se caracterizaram pela ausência de atividades agroexportadoras. Através da análise de séries inventários *post-mortem*, livros de notas, mapas de população e balanços financeiros da Província e do Império, procurarei demonstrar que o modelo de economia que serviu de base para interpretação da história da região apresenta uma série de contradições, mostrando-se insuficiente para compreensão da realidade local, principalmente no que diz respeito à utilização de mão obra cativa. O período por mim analisado se estende entre os anos de 1850 e 1888. Infelizmente não tive acesso aos inventários das décadas de

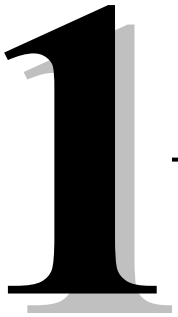
1850 e 1860, o que dificultou bastante a análise por mim pretendida; procurei suprir essa lacuna através dos mapas de população e relatórios provinciais. Tal análise que aqui se propõe não tem como intuito a criação de um novo modelo para economia catarinense no século XIX, mesmo porque não possuo dados para tanto. Muitas das observações tecidas aqui a respeito da economia da Ilha de Santa Catarina dizem respeito ao regime escravista, enquanto outros aspectos da economia local, por não serem objetivo central da pesquisa, foram pouco explorados.

No segundo capítulo, pretendo discutir através de uma análise dos dados censitários, inventários *post-mortem* e anúncios de jornais, como se deu a utilização da mão de obra escrava na Ilha de Santa Catarina. Qual o tamanho médio dos plantéis, quais os tipos de atividades em que os cativos estavam inseridos, o valor material deste trabalho e suas diversas formas e regimes, são minhas principais questões. Neste ponto procurei dividir a Ilha em dois mundos, um rural e outro urbano que apesar de distintos, possuíam estreita ligação. Este capítulo procura demonstrar que a importância da mão de obra escrava na Ilha de Santa Catarina tende a ser muito maior do que faz crer a historiografia local sobre o tema. Além da maior importância que a mão de obra cativa exerceu na economia local, uma análise mais detalhada sobre o trabalho escravo faz com que a escravidão na Ilha adquira nova feição: por traz do regime de trabalho compulsório surge uma série de novos arranjos de trabalho.

Esta modificação nas relações de trabalho na Ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de escravidão é o tema principal do terceiro capítulo. Procurarei perceber de que maneira os escravos se libertaram, quais foram os tipos de alforrias (se gratuitas ou onerosas)

e qual o perfil dos libertos (sexo, idade e profissão) e principalmente quais eram as alternativas postas aos libertos frente à recém adquirida liberdade.

Investigar a política senhorial de concessão de alforrias e a maneira pela qual se inseriu na economia da ilha a enorme população de libertos – que em meados da década de 1880 representava mais do que o dobro da população escrava – parece-me uma forma de compreender as modificações nas relações de trabalho que se tornaram necessárias frente ao iminente fim da escravidão. Na Ilha de Santa Catarina, como em outros lugares do Brasil, arranjos de trabalho não-assalariados envolvendo libertos se multiplicaram no fim do século XIX.



ESCRAVIDÃO, DINAMISMO AGRÍCOLA E O MUNDO MERCANTIL LOCAL

> A produção de pequenos agricultores e a agricultura baseada em trabalho escravo não eram mais duas opções distintas, mas dois processos relacionados nos quais predominava a tendência à expansão da escravidão. Mesmo quando o Brasil procurava equilibrar a produção de alimentos para o consumo doméstico com sua agricultura para exportação, a questão da escravidão continuou intocável.[14]

[14] SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru/SP: EDUSC, 2001. p.169-70

A maioria dos trabalhos que se debruçaram sobre o setecentos e o oitocentos catarinense tende a afirmar que a região teve um desenvolvimento econômico insignificante e que suas características peculiares a tornam distintas de quase todas as outras províncias do Império. A contextualização socioeconômica apresentada nestes trabalhos é bastante uniforme.

A Ilha de Santa Catarina era dividida em oito freguesias: Nossa Senhora do Desterro, Nossa Senhora das Necessidades de Santo Antônio, Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, São João Batista do Rio Vermelho, Nossa Senhora da Santíssima Trindade de trás do Morro, São Francisco de Paula de Canasvieiras e São Sebastião da Praia de Fora que possuíam, no total, segundo o censo de 1872, 26.311 habitantes. Destes, 13,89 % eram escravos, ou seja, 3.359 habitantes[15]. A maior freguesia era a de Desterro, que se localizava no estreito em que a ilha estava mais próxima do continente. As atividades comerciais e administrativas se desenvolviam na parte mais densamente ocupada, junto ao porto, na Baía Sul.

Era em torno da praça da Igreja Matriz que se erguiam as principais construções: O Palácio do Governo, a Câmara Municipal, com a cadeia em anexo e os sobrados em estilo luso-brasileiro, de propriedade da elite comercial da cidade. Ali também ficava, junto ao mar, a Praça do Mercado aonde chegavam diariamente os pequenos comerciantes, com o intuito de vender os mais diversos produtos, em sua maioria gêneros alimentícios, produzidos nas freguesias do interior da Ilha ou nas regiões contíguas, na continente.

[15] CARDOSO, F. H. & IANNI, O. op. cit. 1960, p. 125. A obra se divide em duas partes, a que mais interessa aqui foi escrita por Fernando Henrique Cardoso, e trata da evolução econômica e participação dos escravos na sociedade e na economia local enfocando o século XIX. Esta parte foi recentemente republicada como: CARDOSO, Fernando Henrique. **Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas**. Florianópolis: Editora Insular, 2000.

A produção de gêneros alimentícios, segundo relato de diversos viajantes, era muito variada e consistia em mandioca, milho, arroz, café, ovos, algodão, cana-de-açúcar, batata-doce, feijão e legumes variados. A pesca, além de meio constante para a subsistência de grande parte da população, gerava alguns dividendos. Diariamente muitas canoas vindas de diversos pontos da Ilha aportavam na orla de Desterro, muitas vezes atrás do próprio mercado com o propósito de vender pescados: tainhas, robalos, anchovas, corvinas enfim, uma infinidade de espécies que consistiam, combinado a farinha de mandioca, num dos alimentos mais consumidos pela população, por sua abundância e consequente baixo preço.[16]

A ocupação da Ilha e do continente adjacente por imigrantes açorianos na segunda metade do século XVIII fomentou o desenvolvimento de uma produção agrícola baseada em pequenas unidades familiares de produção. As atividades eram voltadas predominantemente para a produção de farinha de mandioca e o plantio de diversos gêneros de primeira necessidade[17].

Por isso, e apesar da diversidade produtiva, a importância da economia da região é minimizada, o que se atribui à produção reduzida e ao sistema fundiário de pequenas propriedades familiares. A região não frequentou em momento algum, durante o século XIX, os quadros do comércio de exportação de produtos tropicais e tampouco figurou entre as principais regiões que abasteceram de forma constante os grandes centros exportadores situados no nordeste e sudeste do país. Isso se deu, entre outros fatores, devido à concentração na produção de farinha de mandioca, produto com mercado reduzido por conta de sua enorme

[16] ILHA DE SANTA CATARINA. **Relatos de viajantes estrangeiros nos século XVIII e XIX**. Florianópolis: ALESC, 1979; CABRAL, Oswaldo R. **Nossa Senhora do Desterro, Notícias vol. II**. 1972 e BASTOS, José Messias, urbanização e pequena produção mercantil pesqueira na Ilha de Santa Catarina. IN: **Ensaios sobre Santa Catarina**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2001; BOITEUX, Lucas A. **A pesca em Santa Catarina**. Florianópolis: Federação das Colônias de Pesca de Santa Catarina, 1934.

[17]HuBENER, Laura Machado. **O Comércio da Cidade do Desterro no século XIX.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1981, p. 80-122, CABRAL, O. R. **Notícias II**, 1972. p. 130.

abundância no país, já que praticamente todas as províncias a produziam. Apenas eventualmente a farinha catarinense obtinha preço elevado e isso em períodos de escassez do produto em outras regiões, ou de demanda ampliada, como foi o caso da guerra do Paraguai.

Existe, é claro, alguma variação nas interpretações do contexto socioeconômico da região, que apresenta diferenças conforme o objeto de pesquisa investigado, mas é consenso de que se tratava realmente de uma região de pequenos produtores que abasteciam os mercados locais e eventualmente outras províncias do império[18]. Não discordo disso, minha crítica recai sobre outro ponto. Estas características da economia local – pequenas propriedades e produção voltada para o mercado interno, são responsáveis por imprimir à escravidão em Santa Catarina características peculiares, que vêm sendo interpretadas de forma equivocada até agora.

Por se tratar de uma economia que gerava poucos recursos devido ao fato de não estar ligada ao comércio exportador do império, os produtores locais, segundo a interpretação corrente, jamais teriam conseguido dispor de capital suficiente que sustentasse o interesse e a necessidade de investimentos em mão de obra escrava. Os autores partem do pressuposto que o elevado preço dos escravos só tornaria o investimento viável e principalmente rentável em áreas que estivessem integradas à produção de gêneros voltados ao comércio exterior[19]. Desta forma, segundo esta interpretação, que por sua repetição constitui-se em modelo econômico, a

[18] Neste sentido ver: PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas mulheres faladas: uma questão de classe**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998; MORTARI, Claudia. op. cit. 2000; OLIVEIRA, Henrique L. P. **Os filhos da falha: assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro (1828-1887)**. 1990. Dissertação (Mestrado em História). PUC, São Paulo; WAGNER, A. P. op. cit, 2002; SIEBERT, Itamar. **Um Biênio de provações e entusiasmos nas origens do jornalismo catarinense (1855 – 1856).** 1995. Dissertação (Mestrado em História). UFSC, Florianópolis; LUZ, Sergio R. da. **Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha e Sua População (1810-1930).** 1994. Dissertação (Mestrado em História). UFSC, Florianópolis; MACHADO, Wanderlei. **O espaço público como palco de atuação masculina: a construção de um modelo burguês de masculinidade em Desterro (1850 - 1884).** 1999. Dissertação (Mestrado em História) UFSC, Florianópolis; BRIGNOL, Juliani M., op. cit. 2003.

[19] CARDOSO, F.H. op. cit. 2000, p. 37-44.

escravidão na Província e na Ilha de Santa Catarina teria sido predominantemente doméstica e urbana, com exceção aberta para a escravidão em atividades de pecuária no Planalto. Além disto, devido ao reduzido número de escravos, o processo de abolição da escravidão teria sido consequentemente mais brando, e segundo alguns autores, Desterro teria abolido a escravidão antes mesmo de 13 de maio de 1888[20].

A similaridade entre as descrições do contexto socioeconômico da região da maioria dos estudos tratando do século XIX em Santa Catarina se deve à utilização recorrente das mesmas obras de referência sobre a economia local. Salta aos olhos o fato de não haver na maioria das pesquisas material documental na construção destes contextos econômicos, que se baseiam principalmente na análise bibliográfica de obras cujas interpretações são datadas. Em momento algum Santa Catarina é comparada com outras províncias de Império que também se caracterizaram pela ausência de atividades agroexportadoras, mas que nem por isso tiveram uma escravidão incipiente e doméstica.

Colocado isto, o que pretendo neste capítulo é analisar as obras que vêm sendo utilizadas para compor o quadro da economia da Ilha e da Província de Santa Catarina contrapondo as observações e hipóteses nelas contidas com pesquisas mais recentes a respeito da economia do Brasil no século XIX. Posteriormente, utilizando-me de mapas de população, inventários *post-mortem* e livros de notas, procurarei apresentar novas questões para enriquecer o quadro da economia da Ilha e mesmo da Província. Mais do que isto, pretendo demonstrar que as características econômicas da região não foram incompatíveis com o trabalho escravo, pelo contrário; que a província e sua capital conheceram ao longo do século XIX uma conjuntura favorável às suas atividades produtivas e mercantis nas quais foi

[20] CABRAL, O. R. **Memória vol.II**., 1972 e PIAZZA, W.F., op. cit. 1972.

empregada de forma sistemática a mão de obra cativa, o que por sua vez faz com que a escravidão na região adquira feição distinta daquela que foi até então colocada pela historiografia.

Não pretendo aqui criar outro modelo para explicar a economia local, tampouco pretendo demonstrar que estamos diante de um grande mercado exportador outrora desprezado pela historiografia. Que a Ilha não era uma potência econômica, disso todos temos clareza, entretanto, o fato da produção ter sido pequena se comparada com as regiões agroexportadoras não explica o funcionamento da economia local. Da mesma forma, o volume de exportações pouco expressivo não significou necessariamente que se tratava de uma economia pouco dinâmica.

Como tentarei demonstrar adiante, por trás de uma economia subsidiária se esconde uma complexa engrenagem, onde quotidianamente se relacionavam pequenos proprietários, comerciantes, escravos e libertos e que o pequeno mercado público e o porto da cidade estiveram também, a sua maneira, ligados às atividades mercantis do Império.

Parto da premissa que uma visão mais apurada da economia da Ilha é de suma importância para que tenhamos um melhor entendimento acerca do quotidiano da escravidão e das relações de trabalho que se forjaram neste período. Afinal, era com base também nas oportunidades de sobrevivência e acumulação que senhores, escravos e libertos definiram suas noções de trabalho e liberdade.

CAPÍTULO 1

ECONOMIA E ESCRAVIDÃO EM ÁREAS NÃO EXPORTADORAS: A PROVÍNCIA E A ILHA DE SANTA CATARINA

A Capitania de Santa Catarina e a região que hoje corresponde ao Brasil meridional de uma forma geral tiveram ao longo do período colonial uma população bastante reduzida. Durante a Colônia, com exceção do óleo de baleia produzido a partir da segunda metade do século XVIII, Santa Catarina não possuiu qualquer outro produto que tivesse despertado o interesse da metrópole.[21] Num dos principais estudos sobre a economia catarinense, que abrange um período que vai do século XVII até meados do século XX, Américo da Costa Souto procura demonstrar que ao longo período colonial "(…) Santa Catarina, nos dois primeiros séculos de sua ocupação servia mais à sustentação e defesa do sistema colonial do que à produção colonial. Seu excedente se destinava a suprir o centro exportador colonial e à manutenção da tropa e administração[22]". O autor observa, entretanto, que apesar de nunca ter se inserido de forma contundente no mercado de abastecimento interno, a província possuía uma economia que transcendia a mera subsistência.

Ao observar as mudanças estruturais da província na colônia e no império. Souto observa que a Ilha de Santa Catarina passou a se integrar de forma mais acentuada à economia colonial a partir de meados do século XVIII, principalmente a partir do momento em que os portos da Província (São Francisco, Desterro e Laguna) adquiriram importância como pontos de apoio para a penetração lusitana no Sul. Tal fator fez com que a população crescesse de forma bastante acentuada devido à instalação de postos militares e administrativos que

[21] CENTRO DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL DE SANTA CATARINA (CEAG/SC). **Evolução histórico-economica de Santa Catarina; estudo das alterações estruturais (século XVII-1960).** Florianópolis: CEAG/SC, 1980, p. 47-57; BOITEUX, Lucas A, Pequena história catharinense. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1920; CABRAL, Oswaldo R, Santa Catarina São Paulo: Cia Editora Nacional, 1937 e CARDOSO, F. H., op. cit. 2001.

[22] SANTA CATARINA. Centro de Assistência Gerencial de (CEAG/SC) op. cit. 1980 pp, 48.

geraram um aumento do consumo e, consequentemente, uma maior demanda por excedentes. O problema do abastecimento encontrou solução no litoral através da imigração açoriana, que teve como sistema fundiário a pequena propriedade familiar. Neste momento, segundo o autor, houve um sensível incremento na produção e a farinha de mandioca se tornou o principal excedente exportável da região seguido por milho, feijão e arroz. Estes fatores, por sua vez, estimularam o comércio e alçaram comerciantes e armadores à categoria de elite local, de forma que "(...) a economia de simples subsistência adquiriu feição comercial[23]". Este panorama, segundo o autor, se manteve praticamente estável até meados do século XIX.

As observações de Américo da Costa Souto para a economia do litoral catarinense e de sua capital são feitas com base principalmente em pesquisa sociológica realizada por Fernando Henrique Cardoso e Otavio Ianni na década de 1950, que teve como objetivo principal:

> "Averiguar os padrões de comportamento inter-racial vigentes no período escravocrata, bem como explicar as condições responsáveis por sua abrangência e analisar os seus principais efeitos dinâmicos em termos de suas funções, seja no plano da preservação da ordem escravocrata, seja no ajustamento dos brancos e dos negros numa comunidade pobre, onde a escravidão coexistiu com o trabalho assalariado[24]".

A pesquisa foi dividida em duas partes. A primeira, sob responsabilidade de Cardoso, debruçou-se sobre a formação histórico-social e econômica da região e sua

[23] CENTRO DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL DE SANTA CATARINA (CEAG/SC). op cit. 1980, p. 49. Neste sentido ver também; CARDOSO, F.H. & IANNI, op. cit. 1960 e HuBENER, L. op. cit. 1981.
[24] CARDOSO, F. H & IANNI, O. Cor e mobilidade social em Florianópolis. São Paulo: Editora Cia Nacional, 1960. Pp XXIX-XXXX.

influência nas inter-relações entre negros e brancos. Para esta parte foi realizada uma análise do desenvolvimento da economia da Ilha. Os próprios autores reconheceram a impossibilidade de, no curto período de tempo de duas semanas de que dispunham, realizar amplo e consistente levantamento documental. Admitiram, portanto, ter lançado mão de fontes secundárias e de material publicado e terem restringido a pesquisa das fontes primárias e de documentos inéditos apenas quando não dispunham de elementos suficientes para a análise[25]. Desta maneira, suas interpretações foram desenvolvidas com base principalmente na obra de dois historiadores catarinenses: Lucas Alexandre Boiteux e Oswaldo Rodrigues Cabral, sendo que este último, recebe agradecimento especial por ter cedido "(...) o material histórico que dispunha sobre os negros e escravos em Desterro[26]".

Entretanto, mais importante que as contingências da pesquisa de campo e dos autores por eles utilizados é o pressuposto inicial a partir do qual o restante da análise é construído. Interessados, como já foi dito, nas situações de contato entre negros e brancos, os autores deixam claro logo na introdução que a escolha da capital catarinense como local da investigação não foi feita por acaso. "Esta região chamou a atenção (…) em consequência de certas peculiaridades de sua formação histórico-social[27]". Eram elas: o não-desenvolvimento da produção de produtos tropicais voltados para exportação (e consequente menor intensidade e extensão do regime escravocrata em comparação com outras áreas do país) e a colonização estrangeira, que contribuiu para padrões de convivência distintos daqueles que se deram nas regiões agroexportadoras[28].

[25] CARDOSO, F. H & IANNI, O. op cit. 1960. Pp XXXII e XXXVIII.
[26] Idem, p. XL
[27] Idem, p. XXVI.
[28] idem, ibdem.

Todas as hipóteses por eles levantadas possuem como ponto de partida tais pressupostos, de forma que a análise a respeito do passado da região acaba tendo como função principal confirmar as "peculiaridades" de Santa Catarina, sem as quais a própria pesquisa não faria sentido[29]. Os autores foram, assim, os responsáveis por elaborar e dar densidade teórica a um modelo econômico que havia sido esboçado anteriormente pelos historiadores catarinenses, ou seja, por autores muito mais ligados à intelectualidade e às letras do que às ciências sociais e à academia e, para os quais, muitas das questões tidas como centrais por Cardoso e Ianni não possuíam tanta relevância.

Tributária das análises realizadas pelo grupo de pesquisadores que ficou conhecido como Escola Sociológica de São Paulo[30], a obra insere a capital catarinense dentro de um debate mais amplo que pretendia consolidar as ciências sociais no país e analisar o mito da "democracia racial" brasileira. Para tanto, questões estruturais como a consolidação do capitalismo de mercado, o surgimento de uma sociedade de classes e a maneira como essas transformações se deram no Brasil, eram centrais. Ao compilar e dar uma "roupagem" científica, incorporando conceitos pertinentes às ciências sociais da época a uma série de questões anteriormente abordadas pela historiografia local, "Cor e mobilidade social em Florianópolis" se torna uma das principais referências sobre a economia da Ilha de Santa Catarina nos séculos XVIII e XIX. Que os autores inovaram ao sistematizar um modelo sobre a economia da região, não há dúvida. Apesar disto, a análise contida na obra não vai muito além de selecionar fontes e bibliografia que servissem para confirma a premissa inicial da

[29] Todos os dados apresentados que fogem dos aspectos centrais por eles observados, como a existência de propriedades médias que utilizavam mão de obra escrava são tidas como exceção, ou seja, tudo gira em torno da hipótese inicial por eles construída, de que na região predominavam os pequenos proprietários.

[30] Refiro-me aqui principalmente a Florestan Fernandes, Roger Bastide, Maria Silvia de Carvalho Franco e logicamente, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni que eram alunos de F. Fernandes

"peculiaridade" da escravidão catarinense. A influência do estudo dos autores em obras subsequentes é enorme e ela se tornou base para os contextos socioeconômicos apresentados posteriormente nas obras a respeito do século XIX em Santa Catarina e não exagero afirmar que *Cor e Mobilidade* inaugurou um modelo para o entendimento da economia catarinense.

Segundo Cardoso e Ianni o panorama econômico da região – a economia de subsistência – se manteve praticamente inalterado até meados do século XIX, momento no qual é perceptível um crescente aumento da produção e do comércio na província[31]. Na segunda metade do século XIX as exportações do porto de Desterro cresceram vertiginosamente devido ao aumento da procura dos víveres produzidos na região por conta da necessidade de abastecer as tropas envolvidas nos conflitos da guerra com o Paraguai. Outro fator de extrema importância para tal desenvolvimento econômico encontra explicação dentro de uma conjuntura nacional que Caio Prado Jr. chamou de "Novo equilíbrio econômico" do Brasil[32], que estava ligado principalmente à grande expansão da agricultura cafeeira no Vale do Paraíba, que combinado a a extinção quase definitiva do tráfico atlântico de escravos alteram sensivelmente o panorama da economia brasileira em meados do século XIX.

O aumento dos preços alcançados pelo café brasileiro no exterior fez, segundo Caio Prado, com que grande parte de terras e a mão de obra que eram anteriormente utilizadas na produção de gêneros de primeira necessidade no sudeste, fossem deslocadas para o plantio e beneficiamento do café; tal fenômeno causou uma escassez de alimentos para o abastecimento das regiões cafeeiras e consequentemente um aumento na procura e nos preços

[31] CEAG/SC. op. cit. 1980, p. 59.
[32] PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense 26ª ed. 1981. pp, 186-192.

dos alimentos que chegaram a ter alta de 200%. Neste ponto a Ilha de Santa Catarina teria se beneficiado, por ser uma região voltada quase que exclusivamente à produção de gêneros de primeira necessidade e ponto de escoamento do charque gaúcho[33]. A província de Santa Catarina também conseguiu se inserir de forma consistente no mercado de abastecimento do Império. Tal conjuntura nacional fez com que pudesse ser observado um sensível desenvolvimento econômico na região.

Este relativo aumento das atividades comerciais pôde ser percebido principalmente através do volume de exportação e da entrada e saída de navios do porto de Desterro, que possuía grande importância no escoamento da produção catarinense, o que incentivou o comércio na região. Este fato pôde ser percebido também pelo aumento no número de casas comerciais na cidade, e culminou com o surgimento de uma nova classe "burguesa", representada pelos comerciantes ligados às atividades portuárias, armadores, agenciadores e pessoas ligadas à construção náutica[34].

A década de 1850 é apontada como chave para compreensão da evolução econômica de Santa Catarina. O impacto de tais transformações no sistema produtivo da região é abordado principalmente a partir do crescimento de certos ramos de atividade, como o comércio. O incremento das atividades comerciais desenvolve a parte urbana da Ilha e segundo Cardoso e Ianni, tal desenvolvimento tem grande importância para o sistema escravista da região, momento a partir do qual a escravidão se torna "sobretudo doméstica", devido a crescente necessidade de mão de obra para realização de serviços ligados ao

[33] CEAG/SC. op. cit. 1980, p. 47.
[34] CEAG/SC. op cit. 1980, p. 96; PEDRO, J. M. op. cit. 1998, p. 25-9 e HuBENER, L. M. op cit. 1981.

desenvolvimento urbano na Ilha, principalmente na Freguesia de Nossa Senhora do Desterro[35].

O aumento nos preços dos gêneros de primeira necessidade em meados do século XIX não acarretou, segundo os autores, alteração no panorama geral da agricultura na Ilha. Apesar de admitirem ter sido o setor que quantitativamente mais absorveu a mão de obra cativa, em momento algum ela teria chegado a superar a mão de obra de trabalhadores livres e assalariados. Os autores argumentam que grande parte dos escravos envolvidos na agricultura se encontrava nas mãos de alguns poucos produtores médios e que a posse de escravos por lavradores pobres seria melhor interpretada como fator de distinção social[36].

As hipóteses levantadas por Cardoso e Ianni para a Ilha de Santa Catarina se afastam um pouco do que o próprio Cardoso observou posteriormente para o Rio Grande do Sul. Em "Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional", Cardoso admite que o escravo foi utilizado no Rio Grande do Sul (e no Sul do Brasil de maneira geral) de forma variável, conforme a área analisada se inserisse nos quadros da economia nacional – ou seja, a utilização de escravos aumentava nas áreas produtoras de gêneros que possuíssem mercado favorável junto às regiões exportadoras do país e principalmente no exterior. Para Cardoso, o Rio Grande do Sul possuía um diferencial, que o fez mais integrado aos grandes centros exportadores – o charque que, ao contrário da farinha, não era largamente produzido em outras regiões do país, não dependendo tanto das flutuações do mercado. Apesar de observar a utilização de cativos nas atividades produtivas do Rio Grande do Sul, Cardoso observa que a mão de obra não chegou a ser imprescindível em momento algum e que a produção do

[35] CARDOSO, F. H & IANNI, O. op cit. 1960, p. 121.
[36] Idem, p. 112.

charque foi feita também com base na utilização de trabalhadores livres, os peões. Ou seja, apesar de utilizar escravos em sua produção, o charque não gerava recursos suficientes que compensassem um investimento maciço de capital na compra de cativos, fato só observado nas áreas agroexportadoras[37].

As observações de Cardoso, tanto para Santa Catarina como para o Rio Grande do Sul, encaixam-se dentro de um modelo de interpretação da economia brasileira que dava ênfase àquelas áreas consideradas centrais, em que a economia se baseava em grandes propriedades, monocultura de exportação e trabalho escravo[38].

Tal perspectiva de análise começou a ser questionada principalmente ao longo da década de 1980, quando diversos pesquisadores passaram a investigar regiões que não tinham uma produção voltada exclusivamente à exportação. Outro ponto importante neste sentido foi o questionamento colocado por alguns pesquisadores em torno da autossuficiência da *plantation* escravista. A constatação de que as áreas de *plantation*, ao contrário do que pregava a historiografia, não eram capazes de produzir gêneros suficientes ao seu próprio sustento, chamou a atenção para o marcado de abastecimento que se montou em torno das grandes propriedades e dos centros urbanos[39]. Desta forma os debates acerca da escravidão e

[37] CARDOSO, F. H. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional – O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul.** Rio e Janeiro: Paz e Terra, 1977.

[38] Segundo Maria Yedda Linhares predominou, até recentemente uma "visão plantacionista" do Brasil colonial e imperial. LINHARES, Maria Yedda. "Subsistência e sistemas agrários na Colônia: uma discussão". In: **Estudos Econômicos**, XIII, n.1, 1883, p.745-62,

[39] Neste sentido ver; LINHARES, Maria Yedda. **História do abastecimento, uma problemática em questão (1530-1918) v.1** Brasília: Biblioteca Nacional de Agricultura, 1979; LINHARES, Maria Yedda. Subsistência e sistemas agrários na Colônia: uma discussão**. op. cit.** 1883; EISENBERG, Peter G. **Modernização sem mudança – a indústria açucareira em Pernambuco. 1840-1910.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977 e mais recentemente MARQUESE, Rafael de Bivar. **Administração & Escravidão – idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira**. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 1999.

da produção em regiões que não se caracterizavam como agroexportadoras abriu um novo capítulo sobre a economia do Brasil nos séculos XVIII e principalmente XIX[40].

Um dos fatores que passaram a ser percebidos foi que, ao contrário do que se imaginava, a posse de escravos ao longo do século XIX no Brasil se desenvolveu para além da *plantation* em diversas regiões do país envolvidas principalmente na produção de gêneros alimentícios. Mesmo em regiões onde predominava a agroexportação. Como o Recôncavo Baiano, onde no auge da indústria açucareira, em 1816, um terço dos escravos estavam concentrados na produção de gêneros de primeira necessidade e não apenas na produção de açúcar. [41] Para o mesmo período em São Paulo, observou-se que um quarto dos domicílios possuía escravos e que destes, 70% eram compostos por plantéis de até 5 cativos[42]. Na província do Paraná, também no início do XIX, percebe-se que 56% da população escrava estava concentrada em plantéis de 1 a 3 cativos e 20% em plantéis de 4 a 6 cativos[43]. Os estudos de ordem demográfica, realizados ao longo da década de 1980, indicam que a posse de escravos no Brasil ao longo do século XIX esteve concentrada na mão de pequenos produtores rurais e dispersa geograficamente, em vez de concentrada junto aos centros agroexportadores. Este quadro só foi alterado depois da definitiva abolição do tráfico negreiro, no início da década de 1850, que intensificou o tráfico interprovincial e desencadeou uma concentração de cativos junto às áreas produtoras de café.

---

[40] Tal debate encontra paralelo com estudos realizados a respeito da escravidão fora da plantation no Caribe e sul dos EUA. Nste sentido ver: SHEPHERD, Verene A. (org) **Slavery without Sugar: Diversity in Caribbean Economy and Society since the 17th Century.** Gainesville: University Press of Florida, 2002 e BERLIN, Ira & MORGAN, Philip D. (org) **Cultivation and Culture – Labor and the shaping of Slave Life in the Americas.** Virgia: University Press of Virginia, Charlottesville and London, 1992

[41] SCHWARTZ, Stuart B. Padrões de Propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. **Estudos Econômicos**. XIII n.1, 1983, p.259-287.

[42] LUNA, Francisco Vidal e COSTA Iraci Del Nero da. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. **Estudos Econômicos**. XIII n.1, 1983.

[43] GUTIÉRREZ, Horácio. "Demografia Escrava numa economia não-exportadora: Paraná. 1800-1830". In: **Estudos Econômicos**, vol.17, n.2, maio/ago 1987, p.297-314.

As Minas Gerais foram palco de diversas investigações que contribuíram para esta desmistificação da "visão plantacionista" da economia brasileira no século XIX. Tais pesquisas puseram ênfase no fato que se tratava da maior província escravista do país sem, entretanto, estar envolvida diretamente no mercado agroexportador. Um dos trabalhos pioneiros neste sentido foi o realizado por Martins e Martins Filho, e publicado em 1983. Ao analisarem os mapas de população da região os autores chegam a conclusões que confrontam a visão tradicional de que o declínio da mineração teria se seguido do declínio da escravidão na província. Segundo eles, ao contrário do que se imaginava, a escravidão mineira ao longo do século XIX se desenvolveu graças à produção e ao consumo de gêneros trocados em mercados locais. Minas, em vez de perder escravos para os centros agroexportadores, importou-os. A região se não se caracterizou como uma economia de *plantation* e se diversificou economicamente devido ao seu isolamento dos mercados externos, tornando-se, desta forma, autossuficiente. A escravidão sobreviveu devido a essa diversificação e principalmente devido à dificuldade de transformar a população livre pobre em força regular de trabalho em consequência da abundante oferta de terras livres ao cultivo[44].

Tal artigo gerou grande polêmica e teve suas conclusões contestadas posteriormente por Robert Slenes, para quem as ligações entre a produção mineira e as áreas voltadas à exportação eram grandes.[45] Segundo Slenes, Minas foi um dos principais centros de abastecimento para as regiões cafeeiras e para a Corte. Pare ele a produção de mantimentos não pode ser vista como desarticulada do setor exportador da economia: "baseando-se em

[44] MARTINS, Roberto B. & MARTINS FILHO, Almicar. "Slavery in a nonexport economy: nineteenth-century Minas Gerais revisited". In: **Hispanic American Historical Review**, v64, n. 3, p. 135-146, feb. 1984.
[45] SLENES, Robert W. "Comments on slavery in a non-export economy". In: **Hispanic American Historical Review**. V. 63, .3, p.569-81, Aug. 1983; SLENES, R. W. "A escravidão numa economia ligada a exportação (Perspectivas Alternativas sobre Minas no século XIX)". In: **Cadernos IFCH**, Unicamp, n. 17, jun, 1985 e SLENES, R. W. "Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista em Minas Gerais no século XIX". In: **Cadernos IFCH**, Unicamp, n.17, jun. 1985.

dados de exportação de gêneros alimentícios – especialmente de mantimentos como milho, feijão e arroz (…) a economia escravista de Minas, no fundo, fazia parte do complexo cafeeiro[46]". O acesso às terras para o cultivo não era exclusivo a Minas, era uma regra em quase todo o país e não estava diretamente ligado ao fato de que na região não predominavam *plantations*. Slenes observa também que o acentuado aumento do preço dos alimentos após a década de 1850 não foi devido à concentração de escravos nas regiões cafeeiras e sim devido à maior especialização das unidades produtoras de café, o que abriu maiores possibilidades comerciais para as unidades produtoras de gêneros de primeira necessidade. Para ele, isso explicaria o dinamismo da economia escravista em Minas, mesmo não estando esta voltada para exportação.

Este último ponto levantado por Slenes também é semelhante às conclusões a que chega Douglas Libby ao analisar as transformações da economia mineira ao longo do século XIX. Através de uma extensa pesquisa demográfica o autor demonstra que, ao contrário do que se imaginava, a região não observou uma acentuada decadência ou estagnação econômica com a escassez do ouro e consequente diminuição da atividade mineradora. Segundo ele, a província, apesar de ter passado por um considerável revés com a decadência da mineração, conseguiu expandir ao longo do século XIX sua base produtiva e se inserir de forma contundente no mercado de abastecimento interno[47]. Um dos principais fatores para esse desenvolvimento foi o emprego na produção rural de gêneros ligados ao abastecimento da mão de obra outrora utilizada na mineração. Outro ponto observado é que tal mudança na estrutura econômica da província se deu com base principalmente na utilização de mão de

[46] SLENES, R. W. "Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista em Minas Gerais no século XIX". op. cit. 1985, p. 16.
[47] LIBBY, Douglas C. **Transformação e Trabalho em uma economia escravista – Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

obra cativa, que ao contrário de recuar se expandiu de forma a transformar Minas na maior província escravista do país. Isso pôde ser observado em boa parte do século XIX, mesmo após a proibição do tráfico em 1830, negando com isso a hipótese defendida por boa parte da historiografia, de que o desenvolvimento da cultura do café teria absorvido grande parte da mão de obra escrava disponível em regiões que não se dedicavam a atividades agroexportadoras. Pelo contrário, segundo Libby "uma economia baseada na agricultura mercantil de subsistência assegurava a sobrevivência mais ou menos vigorosa do regime escravista na maioria das regiões mineiras[48]". Este regime se desenvolveu baseado principalmente em pequenas e médias propriedades com plantéis que raramente passavam de 10 escravos.

O fortalecimento de uma produção de gêneros baseada em mão de obra cativa não foi exclusividade de Minas. Ao analisar o norte-fluminense, Hebe Mattos observou que a resposta dos produtores locais à desvantagem do café por eles produzido em relação à produção do Vale do Paraíba foi uma diversificação de suas atividades, passando a produzir farinha de mandioca em larga escala para os mercados regionais. O número de escravos, apesar de ter decrescido em números totais após a segunda metade do XIX não significou um enfraquecimento do regime escravista naquela região; os maiores produtores da região se mantiveram como compradores de cativos. A perda dessa mão de obra se deu em pequenas propriedades com 1 ou 2 escravos e que possuíam uma produção voltada mais para a subsistência[49].

[48] Idem, 1998, p. 347.
[49] CASTRO, Hebe M. Mattos de. **Ao sul da história**. **Lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Em trabalho posterior, Hebe Mattos ao analisar a escravidão fora das regiões agroexportadoras chega à conclusão que:

> "(…) não mais se sustenta a imagem de uma extrema especialização em atividades voltadas para exportação – imagem que até alguns anos era a que se propunha para a estrutura produtiva do Brasil escravista. A agroexportação pode ter se constituído o "centro dinâmico" da economia, para usar uma expressão de Celso Furtado, mas gerou efeitos multiplicadores diversos no tempo e no espaço, engendrando outras possibilidades de investimento também baseadas na força de trabalho cativa"[50]

Ao fazer um balanço da historiografia recente que aborda o sistema escravista brasileiro tendo como pano de fundo as regiões não integradas ao mercado agroexportador, assim como Hebe Matos, João Luis Fragoso levanta dados que demonstram que a partir do segundo quartel do XIX os preços dos alimentos das classes populares e escravos apresentam crescimentos anuais superiores ao do açúcar, o que fez com que a produção de gêneros ligados ao abastecimento interno crescesse a níveis proporcionalmente superiores ao das culturas destinadas à exportação. "Diferentemente do que se supunha, o mercado interno e as produções para ele voltadas possuem uma presença expressiva. Essa economia é um pouco mais complexa do que um simples *plantation* escravista ligada ao mercado internacional[51]". Para Fragoso o mercado interno, entretanto, não possuía a mesma capacidade de geração de

[50] MATTOS, Hebe. "A escravidão fora das grandes unidades agroexportadoras". In: CARDOSO, Ciro Flamarion (org.) **Escravidão e Abolição no Brasil – novas perspectivas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, p 39.

[51] FRAGOSO, João L., O Império Escravista e a República dos Plantadores. Parte A: Economia Brasileira no século XIX: mais do que uma plantation escravista-exportadora. IN: LINHARES, Maria Yedda (org). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campos, 1991. p 146.

renda “per capita” daquele em que a produção era voltada para exportação, não possuindo, portanto, o mesmo volume de capital disponível para o investimento em terras e escravos. Este fator, todavia, não vez com que a utilização de cativos na produção de gêneros fosse inexistente; esta se dava apenas em menor escala do que nas grandes propriedades.

Como podemos perceber, as pesquisas das últimas décadas apontam que a escravidão longe dos centros exportadores foi vital para a economia brasileira no século XIX. Santa Catarina não parece ter sido exceção a essa regra, afinal já sabemos que sobretudo a partir da década de 1850 a economia local apresentou expressivo aumento em seu volume de exportação para outras províncias do Império, principalmente de gêneros de primeira necessidade. A dinamização da economia da província costuma ser atribuída a fundação de col6onias de imigrantes alemães, Blumenau e Joinville em 1850-51. O impacto da produção do litoral, e pela mão de obra cativa, entretanto, é ainda pouco conhecido. Se olharmos para a tabela que mostra a evolução da população cativa em Santa Catarina, notaremos que ela apresenta números significativos ao longo do século XIX.

Tabela 01 – Quadro geral da população em Santa Catarina (1810-1873)

Anos	População Total	Livres	Escravos	% de escravos
1810	30.339	23.146	7.203	24,0%
1818	44.041	34.869	9.172	21,0%
1824	45.40	29.877	15.533	33,0%
1838	63.624	49.966	13.658	21,0%
1849	74.727	60.785	13.942	18,5%
1850	84.490	71.465	15.025	21,0%
1855	105.604	88.485	17.119	16,0%
1858	127.786	-	19.131	15,0%
1857	122.833	104.425	18.408	17,5%
1860	114.597	98.281	16.316	14,0%
1864	133.738	117.418	16.320	12,0%
1872	159.802	-	14.931	9,3%
1873	159.802	144.818	14.984	9,0%

Fonte: PIAZZA, Walter F. A Escravidão negra numa província periférica. Florianópolis: Garapuvú/Editora Unisul, 1999. p. 12. A tabela é montada com base em falas e relatórios de Capitães Gerais e Presidentes da Província de Santa Catarina

Como podemos apreender da tabela acima, o número de escravos apresenta um grande crescimento a partir principalmente da década de 1830, período em que teve início o boom do café no vale do Paraíba, José Augusto Leandro, ao pesquisar o porto de Paranaguá, no século XIX, percebeu que a região recebeu escravos vindos diretamente de portos africanos durante o período de ilegalidade do tráfico, sendo que muitos deles possivelmente tinham como destino as propriedades no litoral catarinense[52].

A partir de 1830, a população cativa se mantém estável por aproximadamente 20 anos, e na década de 1850 apresenta um acentuado crescimento. Ao que tudo indica a província de Santa Catarina não perdeu escravos para as regiões agroexportadoras, pelo contrário, uma vez que a população escrava cresceu em números absolutos. Uma das explicações dadas pela historiografia catarinense para a pequena importância da mão de obra cativa na região e consequente perda de escravos para regiões agroexportadoras está assentada na queda percentual da população cativa, entretanto, podemos facilmente perceber que apesar do percentual de cativos diminuir ao longo dos anos os números absolutos aumentam, ou seja, continuaram a entrar escravos na província mesmo a partir da década 1850, com a interrupção do tráfico atlântico e o fortalecimento da produção cafeeira. Os números demonstram que não foram de Santa Catarina os escravos que abasteceram as propriedades no Vale do Paraíba. A diminuição percentual deve-se ao fato de nesta década há uma entrada maciça de imigrantes europeus, o que contribui para um aumento significativo da população livre. Temos assim configurado um quadro que demonstra que a mão de obra escrava foi largamente utilizada na província, a exemplo de outras regiões que também não estavam integradas ao mercado

[52] LEANDRO, José Augusto. **Gentes do Grande Mar Redondo: riqueza e pobreza na comarca de Paranaguá - 1850-1888.** 2003. Tese (Doutorado em Historia). UFSC, Florianópolis, p. 279.

externo. Para isso basta tomarmos como comparação os números do Rio Grande do Sul e Paraná:

Tabela 02 – População escrava no Paraná (1858-1874).

Anos	População Total	Escravos	% de escravos
1858	69.386	8.493	12.2
1868	100.000	10.000	10,0%
1872	126.722	10.715	8.5%
1874	127.411	11.249	8.8%

Fonte: PENA, Eduardo S. **O Jogo da face; a astúcia escrava frente a senhores e à lei na Curitiba provincial.** Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999. pp. 71.

Tabela 03 – População escrava no Rio Grande do Sul (1858-1872).

Anos	População Total	Escravos	% de escravos
1858	282.547	70.880	25,0%
1860	309.476	76.109	24,5%
1863	392.725	77.419	19,7%
1872	434.813	67.791	15,5%

Fonte: CARDOSO, F. H. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional – O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul.** Rio e Janeiro: Paz e Terra, 1977. pp. 81

A bem da verdade, com exceção do Nordeste açucareiro, o Vale do Paraíba cafeeiro e posteriormente o oeste paulista, as outras regiões do país apresentam sua população escrava em índices bastante semelhantes aos encontrados em Santa Catarina e no Sul de uma maneira geral[53], de forma que não convém nos estendermos nas comparações.

A concentração desta população em pequenas unidades agrícolas é outro fator comum a estas regiões, como também o é sua produção, quase toda ligada ao abastecimento,

[53] Neste caso ver: CASTRO, H. M. M. de. op. cit. 1987, para o norte fluminense; COSTA, Dora Isabel P. da. "Demografia e economia numa região distante dos centros dinâmicos: uma contribuição ao debate sobre a escravidão em unidades exportadoras e não-exportadoras" In:. **Estudos Econômicos**. v.26, n.1, jan/abr 1996. p. 111-136. Além dos já citados trabalhos referentes Minas Gerais e São Paulo.

com destaque para o milho, arroz, feijão e principalmente a farinha de mandioca, tema ao qual passo em seguida.

1.1 – A FARINHA DE MANDIOCA E A PRODUÇÃO DE GÊNEROS DE CONSUMO

A mandioca teve este destaque devido principalmente à facilidade de seu cultivo que não demandava grande cuidado e se adaptava bem à maioria dos terrenos. Além disso, a mandioca não estava vinculada a nenhum tipo de sazonalidade, como a cana-de-açúcar e o café.[54] Em relação à cultura da mandioca Hebe Mattos afirma que:

> "(...) apesar de não se constituir em uma cultura permanente, possui a característica de poder ficar até dois anos sem ser colhida após o seu amadurecimento, podendo portanto, ser literalmente armazenada na própria terra, colhida em função das necessidades do produtor. Seu plantio e sua conservação durante o período de amadurecimento são extremamente simples. As covas podem ser abertas até com um pau, plantando-se em estacas de 15 a 20 centímetros com dois ou três olhos de broto. A primeira capina só é feita quando começam a brotar os novos pés, repetindo-se a operação duas ou três vezes após o crescimento. Depois que cresce, pouco sofre com a vegetação estranha. Seu amadurecimento leva oito a 18 meses. (...)[55]"

A grande maioria da mandioca plantada era beneficiada em forma de farinha seca que foi, no período, a base da alimentação dos escravos e das classes populares. Ao analisar a

[54] BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano – açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 91.
[55] CASTRO, H. M. M. de. op. cit. 1987, p. 84.

produção agrícola na Bahia, por exemplo, Barickman observou que entre 1785 e 1851 a farinha de mandioca sozinha representava 88% de todos os gêneros armazenados no Celeiro Público de Salvador[56]. A farinha de mandioca era o alimento mais consumido pelas camadas populares, um indivíduo adulto consumia em média 550 gramas do produto diariamente[57].

A pesquisa de Barickman é por sinal uma das mais importantes em relação à integração entre a produção de gêneros, o mercado externo e o emprego de mão e obra escrava nos dois ramos de atividade. Ao analisar a produção de produtos voltados ao abastecimento e as variações deste mercado numa região notoriamente conhecida por ser um dos principais mercados agro-exportadores do país, o autor percebe que está diante de uma sociedade bastante distinta do que até então se imaginava:

> "Este estudo, portando, enfrenta a "visão plantacionista" em seu próprio terreno. Integrando uma pesquisa sobre economia interna com uma investigação ampla sobre agricultura escravista, demonstra que, mesmo quando aplicada a uma região arquetípica, de plantation, a "visão plantacionista" se revela inadequada. A história agrária do Recôncavo na primeira metade do século XIX não é a da difusão desenfreada da monocultura em larga escala. É, isto sim, a história de como a plantation e outras formas de agricultura escravista, juntamente com um vigoroso mercado local, permitiram o crescimento e a expansão da economia de exportação baiana. É também a história de como os agricultores escravistas, adaptando-se às condições locais, às exigências de lavoura

[56] BARICKMAN, B. J. op cit, 2003, p. 91.
[57] BARICKMAN, B. J. op. cit, 2003, p. 91

específicas e aos mercados externos e locais, criaram e recriaram no Recôncavo rural uma paisagem social e econômica complexa e variada[58]".

Barickman observa que a produção de alimentos era feita sobretudo em pequenas e médias propriedades que utilizavam mão de obra cativa e que a posse escrava e o tamanho dos plantéis apesar de ser reduzida se comparada à indústria do açúcar foi bastante consistente ao longo de todo o período por ele analisado. Isto, segundo o autor, atesta o peso que a produção de farinha mandioca exerceu na economia local.

Ao que tudo indica a farinha de mandioca também foi de grande importância para a economia catarinense. Sabemos por alguns estudos anteriores que foi ela o principal produto na pauta de exportações da província da Santa Catarina. No que diz respeito à sua presença na Ilha de Santa Catarina, consta que figurava dentre os produtos de maior importância tanto na balança comercial como no abastecimento local. Oswaldo Cabral afirma, com um certo exagero, que "(...) Santa Catarina era talvez o maior produtor de farinha do país (...)[59]".

As afirmações de Cabral têm corroboração em dois outros estudos. Cardoso revela que em 1865 o principal produto de exportação era a farinha de mandioca, que superava em muitos alqueires os outros gêneros, já Laura Hubener demonstrou que a farinha de mandioca foi durante quase todo o século, o principal produto de exportação[60].

Apesar da inegável importância da farinha de mandioca para a economia local, pouco se sabe a respeito de sua produção e seu mercado. Segundo a historiografia local, a farinha não era um produto capaz de fortalecer a economia devido aos baixos preços que alcançava no mercado. Tanto Hubener quanto Cardoso afirmam que a predominância da

[58] BARICKMAN, B. J. op. cit, 2003 p. 28.
[59] CABRAL, O. R. op. cit. **Notícias II**, 1972, p. 13.
[60] HuBENER, L., op. cit. 1881. cap VI.

cultura de mandioca e a produção de sua farinha teriam sido um dos fatores responsáveis pela pequena representatividade econômica e pelo reduzido desenvolvimento da região. As conclusões a que chegam estes autores são semelhantes às reclamações feitas em 1881 por João Rodrigues Chaves, então Presidente da Província:

> "Admira que a província de Santa Catharina importe assucar para seu consumo. Na longa extensão de seu litoral, principalmente ao norte, tem ella vastos terrenos muito apropriados a cultura da canna de assucar, que como é sabido constitue quase exclusivamente a riqueza individual em algumas províncias ao norte do Império, sendo também o mais valioso auxilio de suas rendas. O mesmo resultado se poderia obter aqui, se a classe agrícola comprehendesse melhor o seu próprio interesse, quizese empregar os seus esforços e capitães, em utilizar aquelles terrenos com novas machinas, de fabricar assucar, que actualmente já não são caras. Muito mais vantajoso lhe seria a sua applicação a essa industria, do que ao plantio da mandioca, que, á meu ver, não só deixa de dar-lhe lucro, como não lhe paga mesmo o trabalho[61]".

O interesse em aumentar a arrecadação da província torna compreensível o lamento de João Rodrigues, uma vez que o açúcar alcançava preços muito mais vantajosos no mercado internacional, ao contrário da farinha de mandioca que sequer possuía mercado fora das fronteiras do país. Suas reclamações são, entretanto, em relação à baixa lucratividade da farinha de mandioca e não a sua pequena importância para a província. Ao longo das décadas

[61] Falla com que o exmo.o sñr. Doutor João Rodrigues Chaves abriu a segunda sessão da vigésima segunda legislatura da Asembléa Provincial de Santa Catharina em 2 de fevereiro de 1881. Cidade do Desterro, Typ. E Lith. De Alex Margarida, 1881. Retirado de http://brazil.crl.edu/

de 1870 e 1880 a maior fonte de arrecadação da província foi com os impostos sobre produtos exportados para portos do Império, em média cinco vezes maior que qualquer outra fonte de renda. Durante o mesmo período a quantidade de farinha de mandioca exportada por Santa Catarina foi superior a todos os outros produtos somados[62]. Isto demonstra que assim como outras regiões do país, Santa Catarina também esteve inserida de forma importante no mercado de abastecimento interno.

A baixa lucratividade da farinha de mandioca é outro ponto que merece uma análise mais detalhada. Como já vimos, este produto exerceu grande impacto na economia do Recôncavo Baiano e sua produção contou sistematicamente com a utilização de mão de obra cativa. Ao analisar o mercado de farinha na Bahia durante a primeira metade do século XIX, Barickman também percebeu que a expansão da indústria açucareira devido ao aumento dos preços do açúcar no mercado internacional, não absorveu toda a mão de obra cativa, e tampouco todas as terras cultiváveis. Pelo contrário, o fortalecimento da agricultura escravista de exportação foi acompanhada pelo aumento do número de unidades produtoras de gêneros de primeira necessidade, principalmente de farinha de mandioca. O aumento na exportação de açúcar não só aumentou o número de engenhos que para alimentação de seus escravos necessitavam da farinha produzida pelos pequenos e médios produtores como também desenvolveu enormemente a cidade de Salvador, que passou a ser um dos maiores mercados para a farinha produzida no Recôncavo.[63] Desta forma, o autor demonstra que a farinha de mandioca possuiu amplo mercado e que diversos produtores alcançaram razoável prosperidade com sua produção. Um dos fatores no qual era possível se observar esta prosperidade era a grande presença de escravos envolvidos na produção de farinha. Como

[62] Neste sentido ver HuBENER, L.M. op. cit, 1981 e os relatórios de Presidentes de Província em http://brazil.crl.edu/
[63] BARICKMAN, B. J. op. cit. 2003, especialmente capítulo 3, p. 129-64.

demostra Barickman, a distribuição da posse escrava no Recôncavo esteve concentrada não na mão dos produtores de açúcar e sim na junto às pequenas e médias propriedades produtoras de farinha de mandioca ou fumo, grande parte dos escravistas possuíam plantéis inferiores a cinco cativos[64].

Santa Catarina de forma semelhante ao Recôncavo teria se beneficiado do desenvolvimento das lavouras de café no Vale do Paraíba e no oeste paulista. Hubener observou que durante as décadas de 1860 até meados da década de 1880 o volume de exportação da Província cresceu de forma constante, período caracterizado pela autora com um "miniboom" da economia catarinense[65]. O aumento do volume de exportação da farinha foi acompanhado por um aumento em sua produção; entretanto, para Hubener a presença de escravos nessa atividade teria sido pequena: "Pela análise de alguns inventários observamos que os proprietários de engenhos utilizavam uma quantidade diminuta de escravos na produção da farinha. O engenho era um bem de família e grande parte do trabalho era efetuado pela própria família do produtor[66]". As afirmações de Hubener estão filiadas, de certa forma, à "visão plantacionista" que procurei discutir anteriormente. Segundo ela, "Não se concebia desviar capital e mão de obra da lavoura mais rendosa como açúcar, algodão e café, para dedicar-se à policultura destinada ao abastecimento urbano, onde o fazendeiro iria concorrer com o pequeno produtor[67]". Mas os dados do senso contribuem para matizar esta interpretação. Ao olharmos para a população da Província em 1866 perceberemos a significativa proporção de escravos distribuídos ao longo de todas as suas regiões.

[64] Idem, p. 237-40
[65] HuBENER, L. M. op. cit. 1981, p.94
[66] idem, p. 78
[67] idem, p. 12.

Tabela 04 – População escrava em Santa Catarina (1866)

Localidade	Pop. livre	Pop. Escrav)a	Pop. de Libertos	Total
Ilha de Santa Catarina	16026 (76.0%)	3166 (15,0%)	1907 (9,0%)	21099 (100%)
Laguna	18974 (81,0%)	3228 (13,7%)	1226 (5,3%)	23428 (100%)
São José	17513 (85,0)%	2319 (11,2%)	770 (3,8%)	20602 (100%)
São Francisco	12639 (82,4%)	1637 (10,6%)	1046 (7,0%)	15322 (100%)
Itajaí	11413 (91.2%)	784 (6,2%)	317 (2,6%)	12514 (100%)
Lages	7800 (83,5%)	1422 (15,2%)	114 (1,3%)	9336 (100%)
São Sebastião Tijucas	7249 (85,4%)	955 (11,2%)	278 (3,4%)	8482 (100%)
São Miguel	7410 (88,4%)	961 (11,4%)	07 (0,2%)	8378 (100%)
Total	**99024 (83,0%)**	**14472 (12,0%)**	**5665 (5,0%)**	**119161 (100%)**

Fonte: Relatorio apresentado á Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catharina na sua sessão ordinaria pelo presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda no anno de 1867. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1867, em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u912/index.html

Ao que tudo indica, a utilização de escravos foi elevada na província. Cardoso, como já vimos, ao analisar a região observou que a população escrava se concentrava na Ilha de Santa Catarina onde os cativos teriam sido empregados, na sua maioria no serviço doméstico o que era justificado pelo crescente desenvolvimento urbano da cidade e pela baixa lucratividade das atividades agrícolas. Tal argumentação, entretanto, não se mostra válida para as outras regiões (e nem mesmo para Ilha, como veremos adiante). A terceira maior concentração de escravos da província se encontra em São José que era uma área essencialmente rural, ou seja, é muito provável que a grande maioria desses cativos estivessem exercendo atividades ligadas à produção de gêneros e não atividades domésticas ou mesmo urbanas. Hubener observou que diariamente chegavam ao porto de Desterro pequenas embarcações provenientes de outras partes do litoral catarinense, carregadas principalmente de farinha de mandioca. E como podemos observar na tabela 4, essas regiões

contaram com de mão de obra cativa. Como na Província de Santa Catarina a produção de farinha de mandioca e outros gêneros alimentícios era realizada em médias e, sobretudo, pequenas unidades agrícolas, a historiografia catarinense sobre o tema tendeu a afirmar que a baixa lucratividade alcançada pela produção inibiu a utilização de escravos, de forma que essa produção se dava com base no trabalho familiar. Ao analisar os pequenos produtores rurais na Bahia, sempre vistos como marginais dentro da economia voltada para exportação, Schwartz observou que, ao longo do século XIX, na medida em que as condições de produção e mercado se tornavam favoráveis, estes produtores investiam preferencialmente em mão de obra cativa[68]. Isto parece também ser verdade para Santa Catarina, afinal, qual outro fator explicaria um constante aumento da população escrava entre os anos de 1830 em diante e especialmente entre 1850 e 1870, período em que se acreditava ter havido um enfraquecimento do regime escravista devido a absorção dos escravos das propriedades catarinenses pela lavoura cafeeira? O aumento absoluto da população escrava está, em minha opinião, ligado ao momento economicamente favorável que a produção de Santa Catarina encontrou no mercado interno já na década de 1830, acentuando-se a partir da segunda metade do século.

Outro ponto observado pela historiografia catarinense com relação à produção local está ligado também ao tamanho das propriedades. Segundo consta da historiografia local, a produção da Província se deu em médias e, principalmente, pequenas unidades agrícolas. Por serem pequenas não contarem com um número elevado de escravos, estas propriedades são vistas, muitas vezes como sendo de subsistência, gerando, quando muito, pequenos excedentes que seriam negociados a nível local. Como observou Hebe Mattos para

[68] SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru/SP: EDUSC, 2001. p.295.

o norte-fluminense, apesar da subsistência ter sido o fim último da produção nessas pequenas unidades "(...) os excedentes da produção de subsistência, trocados em espécie nas vendas de secos e molhados locais por tudo aquilo que não se produzia diretamente, terminavam, uma vez ali reunidos, por atingir os mercados regionais, em forma paralela à produção escravista e comercial[69]". Como demonstra a autora, é mais razoável se pensar que até mesmo uma economia de aparente subsistência estava também integrada ao dinâmico mercado de abastecimento interno do Brasil no século XIX. Esta maior integração e consequente dinâmica comercial teria possibilitado que regiões não exportadoras conhecessem, a partir principalmente da segunda metade do XIX, um desenvolvimento econômico que explicaria entre outras coisas a constante utilização de cativos em suas atividades produtivas. Isto parece claramente ter sido o que ocorreu com a Província de Santa Catarina.

A falta de estudos específicos a respeito da produção agrícola, sua comercialização, bem como sobre a utilização de escravos em diversas localidades da província, como São José e São Miguel, dificulta um entendimento mais profundo dessas questões Entretanto, se tomarmos a Ilha de Santa Catarina como exemplo poderemos perceber que todos os indícios apontam para uma produção voltada ao mercado de abastecimento local como também para outros pontos do Brasil.

Na Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha segundo censo de 1843 dos 364 fogos existentes, 40% dispunham de mão de obra escrava. Entre os proprietários, 76% possuíam entre 1 e 5 escravos, enquanto apenas 7,5% possuíam mais de dez escravos. A principal atividade econômica da região era a lavoura. A produção agrícola

[69] MATTOS, H. M. op. cit. 1988, p.43.

do Ribeirão da Ilha (farinha de mandioca e outros produtos alimentícios) era destinada ao abastecimento do mercado interno brasileiro.[70]

Tabela 05 – Distribuição População escrava na Freguesia do Ribeirão da Ilha (1843).

Posse Escrava	Número de famílias (fogos)		Distribuição da propriedade escrava na pop.	Concentração da propriedade escrava entre proprietários	
0	218		60%		
1-5	112		40%	76%	
6-10	23			16.5%	
10+	11			7,5%	
	Total	364		Total	100%

Fonte: ZIMMERMANN, Fernanda & MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. **Africanos entre açorianos: tráfico atlântico e trabalho escravo no Ribeirão da Ilha na primeira metade do século XIX.** Relatório Final PIBIC/CNPq. Florianópolis: UFSC, 2004. pp.26.

Ao analisar a Freguesia da Lagoa da Conceição na Ilha de Santa Catarina entre os anos de 1870 e 1880, Joice Farias percebeu que a grande maioria dos proprietários rurais possuía engenhos de farinha[71]. Os escravos estavam presentes em 53% dos 47 inventários por ela analisados e todas as propriedades que utilizavam a mão de obra cativa possuíam pelo menos um engenho. A Lagoa foi, segundo Farias, uma localidade essencialmente rural que tinha na farinha de mandioca e na cachaça seus principais produtos. A mão de obra escrava esteve presente de forma constante durante todo o período estudado e se encontrava distribuída da seguinte maneira:

[70] ZIMMERMANN, Fernanda & MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti, **Africanos entre açorianos: tráfico atlântico e trabalho escravo no Ribeirão da Ilha na primeira metade do século XIX**. Relatório Final PIBIC/CNPq. Florianópolis: UFSC, 2004.

[71] FARIAS, Joice. **A Lagoa da Conceição também é dos pretos! Experiências dos grupos populares no Leste da ilha de Santa Catarina (1870-1880).** 2003, Dissertação (Mestrado em História). UFF, Niterói. Joice Farias analisou 47 inventários post-mortem.

Tabela 06 – Posse escrava na Lagoa da Conceição (1870-1880)

Escravos por inventário	Nº de inventário	%
0	22	46,8%
1	9	19,2%
2	4	8,5%
3	5	10,6%
4-6	4	8,5%
7-12	3	6,4%
Total	47	100,00%

Fonte: FARIAS, Joice. **A Lagoa da Conceição também é dos pretos! Experiências dos grupos populares no Leste da ilha de Santa Catarina (1870-1880)** Niterói: UFF, 2003 (Dissertação de Mestrado) pp. 52-3

Em levantamento por mim realizado para a década de 1880 para o conjunto das freguesias da Ilha de Santa Catarina, os números são semelhantes aos encontrados por Farias, com exceção da porcentagem de inventários com escravos que foi de aproximadamente 18%[72].

Tabela 07 – Posse escrava na Ilha de Santa Catarina 1880-1888[73]

Tamanho do Plantel	Nº de inventário	%
0	351	82,0%
1	29	7,4%
2	19	4,2%
3	4	0,9%
4	8	1,5%
5 - 9	15	3,5%
+ de 10	2	0,5%
Total	428	100,00%

Fonte: AFMF – 1ª Vara de Família, caixas de 1881 a 1888

[72] Arquivo do Fórum Municipal de Florianópolis (AFMF) – 1ª Vara de Família, caixas de 1881 a 1888.O levantamento foi feito com base em 428 inventários *post-mortem*, dentre os quais 77 possuíam cativos.
[73] Com exceção de um inventário que data de 1876.

Dos 77 inventários com escravos analisados, 45 eram provenientes de zonas rurais[74], nas quais a posse de cativos se encontrava distribuída da seguinte maneira:

Tabela 08 – Posse escrava em zonas rurais da Ilha (1880-1888)[75]

Tamanho do plantel	Nº de inventários	% dos inventários
1	19	50,0%
2	2	5,3%
3	2	5,3%
4	5	13,2%
5 - 9	8	21,0%
+ de 10	2	5,3%
Total	38	100%

Fonte: AFMF – 1ª Vara de Família, caixas de 1881 a 1888

Apesar da grande concentração de escravos em plantéis pequenos, de 1 a 3 cativos, chama a atenção o número elevado de propriedades que contaram com 5 ou mais escravos, ainda mais se levarmos em conta que a amostra é referente à década de 1880, período em que a escravidão já se encontrava em relativo declínio. Estes dados levam a crer que ao longo das décadas de 1870 e 1880 a economia da Ilha ainda tinha diversas propriedades envolvidas na produção de farinha e cachaça que geraram excedentes suficientes que justificaram a manutenção e renovação do investimento em mão de obra cativa. Parece ter sido este o caso de Francisca Correia do Carmo, falecida em março de 1881, na Caeira da Barra do Sul, Freguesia do Ribeirão, que possuía em suas propriedades além de uma pequena roça de mandioca e uma de cana de açúcar, um engenho de farinha, um engenho de cana para

[74] Neste caso considerei todos os inventários que possuíam roças, engenhos e utensílios agrícolas, mesmo aquelas que se localizavam dentro do perímetro urbano de Desterro.
[75] Com exceção de um inventário que data de 1878.

fabricação de aguardente e uma prensa para secar maçã. Francisca possuía 5 escravos, dois homens e 3 mulheres que eram empregados no serviço da roça e cozinha. [76]

A produção nas terras de Francisca, como podemos perceber, era bastante diversificada e como a grande maioria das "médias propriedades" contava com auxílio de mão de obra escrava. É muito provável que propriedades deste tipo fossem as responsáveis diretas pela geração dos excedentes de farinha de mandioca que saíam do porto de Desterro com destino ao Rio de Janeiro e outros portos do Império.

A metade das propriedades rurais, entretanto, possuía apenas um cativo. Este foi o caso da propriedade de Manoel Rodrigues de d'Abreu, falecido no Rio Tavares em 1883[77]. Manoel possuía entre seus bens apenas um escravo, que acompanhado de uma roça de mandioca e um engenho de farinha completo, eram seus bens mais valiosos. Sua produção, entretanto, não deveria ser das maiores. Suas duas canoas e uma pequena casinha de "botar farinha" e alguns credores e devedores que ele possuía entre os comerciantes de Desterro apontam novamente para uma integração econômica dos produtores do interior da Ilha com o centro da cidade. Ao analisar os livros de receita do Mercado Público de Desterro pude observar uma média de 400 pessoas comercializando mensalmente produtos em suas dependências. A arrecadação do mercado se manteve estável durante as décadas de 1870 e 1880, com uma média de arrecadação mensal de 360$000[78]. Os excedentes produzidos no interior da Ilha abasteciam o mercado urbano e paralelamente tinham como destino provável outros portos do império, haja vista a intensa movimentação de embarcações no porto[79].

[76] AFMF – Inventário de Francisca Correia do Carmo. 1ª Vara de Família; Cx. 02 – Ano 1881, n.º 31.
[77] AFMF – Inventário de Manoel Rodrigues de Abreu. 1ª Vara de família, caixa 01 de 1883. documento nº 294
[78] Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis (AHMF) – Livros de Receita do Mercado anos de 1870-1889. Vale lembrar os impostos cobrados era ínfimos. Para se vender produtos agrícolas no mercado era cobrada uma taxa de 1$000 réis apenas.
[79] Neste sentido ver: HuBENER, L. M. op. cit. 1981, cap. 3 e 4.

A produção de farinha e aguardente foi responsável também por uma das maiores fortunas da Ilha (e possivelmente da província) na segunda metade do século XIX: A de João Antonio da Silva, falecido em 1878, na freguesia do Ribeirão da Ilha[80]. João Antonio possuía um plantel de 22 escravos, sendo 13 homens e 9 mulheres avaliados todos em 10:400$000. O grande número de cativos e o alto valor empregado nesse tipo de mão de obra se justificam pela impressionante quantidade de terras, animais, roças e engenhos de cana e farinha que João Antonio possuía, totalizando aproximadamente 25:000$000 (vinte e cinco contos de réis), uma verdadeira fortuna para a época. Apesar de ser uma fonte bastante minuciosa quanto aos bens do falecido este inventário não é específico com relação à produtividade das terras de João Antonio (a bem da verdade, a grande maioria dos inventários não o é). Os 9 paióis inventariados sugerem uma produção considerável, entretanto. Ao que parece estamos diante de um dos mais abastados proprietários de terras e escravos da Ilha de Santa Catarina no século XIX. Nada menos do que 57 pessoas deviam a João a impressionante quantia de 61:000$000 (sessenta e um contos de réis), com juros variando entre 1 a 2% ao mês, e algumas delas rendendo juros há mais de 10 anos.

Ao que tudo indica, João Antonio não contava apenas com o trabalho de seus escravos em suas terras, mas também as arrendava em sistema de parceria. Aparecem listados em seu inventário cinco pessoas que lhe deviam vários alqueires de farinha, feijão e outros produtos por terem se utilizado de suas terras para o plantio e de seus engenhos para o beneficiamento: "Declarou mais que ainda não recebeu as terças dos mais trabalhadores em terras do inventariado[81]".

[80] AFMF – Inventário de João Antonio da Silva. 1ª Vara de Família, Caixa Documentos Diversos 1878.
[81] AFMF – Inventário de João Antonio da Silva. 1ª Vara de Família, Caixa Documentos Diversos 1878 folha 100 verso.

João Antonio possuía entre seus bens 9 canoas. O termo canoa ao que parece era usado genericamente para embarcações de tamanhos pequeno e médio: 3 das canoas de João Antonio eram embarcações de maior porte, capazes de realizar grandes carregamentos de farinha, ou de qualquer outro produto. A maior de todas era "uma canoa grande de quatro remos de vaga chamada Espírito Santo em bom estado e muito usada, que acharão valer 350$000[82]". Além das embarcações ele possuía também uma casa de rancho que servia como ancoradouro no porto do Manoel e um paiol no porto do Contrato, ambos no Ribeirão da Ilha. Tal dado aponta claramente para um intenso tráfego de embarcações ligando o interior da Ilha, responsável pela produção, com Desterro, responsável pelo comércio.

Assim como o Ribeirão, outras freguesias do interior possuíam pequenos ancoradouros que tinham como finalidade transportar a produção para o porto e para o mercado em Desterro. Santo Antônio foi uma delas; segundo pude levantar por dados contidos em alguns inventários da localidade, esta freguesia possuía pelo menos 3 ancoradouros. O fácil acesso ao porto pelas águas calmas da Baía Norte devem possivelmente ter feito de Santo Antonio um dos principais pontos de escoamento da produção de gêneros do interior da Ilha. No inventário de Antonio Pereira Pinto, que possuía 2 escravos e os serviços de uma ingênua, são arroladas duas canoas grandes que eram guardadas num rancho junto a um ancoradouro em Sambaqui[83]. Já Antonio Pereira Machado, também da freguesia de Santo Antônio, possuía um lanchão e tinha entre seus devedores três casas comerciais de Desterro. Ele possuía também duas roças de mandioca, um engenho e contava com o trabalho de 3 escravos, sendo que um deles era marinheiro. Ao que tudo indica, Antonio Machado

[82] AFMF – Inventário de João Antonio da Silva. - 1878. 1ª Vara de Família, Cx. Docs. Diversos, fl 68.
[83] AFMF – Inventário de Antº Pereira Pinto. –. 1ª Vara de Família, caixa 04 de 1882, n. 123.

comercializava seus produtos (farinha de mandioca e aguardente) diretamente com os comerciantes em Desterro[84].

Dentre os demais inventários analisados, a grande maioria daqueles referentes às freguesias interioranas da Ilha possuía entre seus bens pelos menos uma canoa, mesmo aqueles em que a propriedade se encontrava afastada da orla. A existência de pequenos portos e ancoradouros ao longo das praias próximas a localidades onde a incidência de propriedades agrícolas era grande comprova que a produção de gêneros era escoada constantemente entre o interior da Ilha e Desterro. Não é, entretanto o que afirmam Cardoso e Ianni ao se referirem à produção nas freguesias da Ilha:

> A exceção de alguns alqueires de farinha, pouco ou nada trazem ao mercado desta cidade, que está sendo alimentado pela produção das colônias [de imigrantes] situadas no município de São José. Tão pouco compensadora era atividade agrícola, nas condições que se apresentava ao agricultor da Ilha, que a população voltava-se para a franja litorânea, onde a pesca abundante lhe garantia a subsistência e o excedente necessário para a sobrevivência.[85]

Para estes autores as canoas seriam um indicativo da existência da atividade pesqueira ao longo do litoral, e provavelmente era. Entretanto, a essa altura já temos dados suficientes que demonstram que a pesca não foi a única atividade realizada na costa da Ilha. Afinal a produção não tão era insignificante assim. Os inventários contendo dívidas ativas e passivas dos proprietários rurais da Ilha demonstram que não era em absoluto pouco compensador ingressar neste mercado de gêneros visando o abastecimento da cidade e paralelamente os mercados de fora da província.

[84] AFMF – Inventário de Antº Pereira Machado. –. 1ª Vara de Família, caixa 04 de 1882, n. 123
[85] CARDOSO, F. H. & IANNI, O. op. cit. 2000, p. 104.

1.2 – O COMÉRCIO NA ILHA DE SANTA CATARINA

Uma das poucas pesquisas específicas sobre o comércio na capital catarinense foi feita com base na análise dos livros do Tesouro Provincial (despesas e receitas), dos livros da Alfândega da cidade e da movimentação de embarcações no porto de Desterro"[86]. O porto é por sinal o centro da análise por ter sido, segundo sua autora, Laura Hubener, o principal ponto de comunicação entre a província e os demais portos do Império. Desterro recebia boa parte da produção da província que dali seguia rumo ao Rio de Janeiro e Pernambuco, além de diversos outros portos brasileiros.

A conclusão a que chega Hubener é a de que a economia e o comércio em Desterro eram insignificantes frente aos de outras províncias. Segundo ela, a província teve em média durante o século XIX, em média apenas 0,65% do volume de exportações do Império partiram do porto de Desterro, a autora, todavia não leva em conta os produtos catarinenses que deixaram o Brasil através do porto do Rio de Janeiro.

De fato, a quantidade de produtos saídos de Santa Catarina para o exterior foi insignificante, principalmente se for comparada ao volume obtido pelas regiões produtoras de açúcar e café. Para Hubener, Santa Catarina se mostrou uma Província economicamente pouco desenvolvida. A autora chega a esta conclusão ao analisar os balanços comerciais da província ao longo do século XIX. Ela observa que houve déficit comercial na maioria dos anos. Segundo Hubener, isto encontra explicação na não-integração da Província no mercado exportador de produtos tropicais e também na maneira como a província se integrou ao mercado de abastecimento do Império: "A exportação de produtos de baixa rentabilidade,

[86] HuBENER, Laura M., op. cit. 1981.

voltada principalmente para o mercado interno, manteve sua balança comercial deficitária, durante quase todo período analisado"[87].

A única exceção deste quadro, é o período que a autora caracteriza como um "miniboom" da economia local, durante 1860-1870, onde percebeu um grande crescimento no volume de exportação para outras províncias do Império o que gerou constantes superávits na balança comercial. Este momentâneo aquecimento da economia não foi, segundo a autora, suficiente para alterar o papel secundário exercido pela economia catarinense. Não se alterou a estrutura fundiária da região que teria continuado centrada em pequenas propriedades produtoras de farinha de mandioca, como não houve também investimento nestas unidades produtivas. Segundo ela: "Em 1848 foi inventada uma máquina que facilitava a produção de farinha, substituindo o trabalho de cerca de quatro homens. Em 1853 apenas duas pessoas haviam-na adquirido. O desinteresse pela novas técnicas parece não estar relacionado com o capital a ser empregado na máquina, já que a tal máquina custava cerca de 400$00 a 500$000, enquanto que um escravo, na mesma época, custava de 700$000 a 800$000[88]" .

Hubener não comenta a respeito do investimento feito em mão de obra cativa, mas a esta altura vários indícios mostram que o aumento na demanda por gêneros alimentícios foi acompanhado por um incremento na produção, que entre outros fatores, gerou um aumento no número de cativos em regiões rurais (ver tabelas 1 e 6). Tudo indica que o pequeno interesse em investir na produção foi apenas no que diz respeito às inovações tecnológicas; o investimento em mão de obra cativa, ao contrário, se acentuou com a necessidade de expansão da produção. A escolha provavelmente se justificava: como veremos no próximo

[87] Idem. 1981, p. 93.
[88] Idem. 1881, p.79.

capítulo, um escravo poderia ser efetivamente muito mais valioso e versátil do que uma engenhoca de fabricar farinha. De qualquer maneira tudo indica que havia um sistema produtivo, tanto na Ilha como nas regiões a ela integradas, que se utilizou sistematicamente de mão de obra cativa e que efetivamente fazia mais do que suprir os centros urbanos e os mercados locais. A região observou um forte incremento em suas atividades comerciais que podem não ter mudado drasticamente a balança comercial, mas sem dúvida reforçaram a presença da escravidão no panorama socioeconômico da província.

Alguns outros autores têm chamado a atenção para o aumento das atividades comerciais entre Desterro e os demais portos da província e do Império ao longo do século XIX. Este fato que pode ser observado pela emergência de um novo grupo social, ligado às atividades mercantis[89]. Armadores, comerciantes, agenciadores e construtores de navios se beneficiaram do incremento que o comércio gerou ao longo da segunda metade do século XIX e vieram a formar uma nova classe social em Desterro, que Joana Maria Pedro denominou de "burguesia local", que tinha sua influência centrada basicamente nas atividades comerciais ligadas ao porto.[90] O aquecimento circunstancial das exportações gerou um grande afluxo de capital nas mãos desses comerciantes e incrementou as exportações devido à maior integração do porto às regiões consumidoras, tanto da Província como do exterior, como também aumentou a demanda por produtos importados, cada vez mais requisitados pela elite emergente. Este fato foi para Hubener um dos motivos que manteve deficitária a balança comercial da província uma vez que o aumento no volume de exportações era acompanhando pelo aumento das importações o que impediu um superávit mais acentuado, mesmo em períodos favoráveis.

[89] PEDRO, J. M. op. cit. 1994 e OLIVEIRA, H. L. P. op. cit. cap 1.
[90] PEDRO, J. M.. op. cit. 1994, p. 17-24.

O comércio brasileiro nos séculos XVIII e XIX tem sido tema também de uma série de pesquisas recentes. O principal trabalho neste sentido é de autoria de João Fragoso e Manolo Florentino, que ao levantar alguns aspectos inerentes à praça mercantil carioca, demonstram novos e interessantes questionamentos a respeito da economia brasileira em fins do século XVIII e início do XIX[91].

Fruto das reflexões em torno das duas teses de doutoramento de seus autores[92], em "O arcaísmo como projeto", Fragoso e Florentino se detém numa análise em torno de aspectos estruturais da economia e sociedade colonial, tendo como foco e ponto de partida a praça comercial do Rio de Janeiro. Para tanto, os autores retomam alguns marcos interpretativos da historiografia brasileira e elaboram através de consistentes séries documentais, uma gama de novas perspectivas em torno da dinâmica da economia do Brasil.

Ao se debruçar sobre aspectos da economia do país no período colonial, os autores põem à prova alguns postulados que se servem de base para a interpretação da história econômica do Brasil. Começam por questionar a tríade a partir da qual foi pensado o sistema colonial brasileiro, ou seja, as grandes propriedades, a monocultura e o trabalho escravo. Com isso, Fragoso e Florentino trazem para discussão novos elementos até agora pouco explorados na historiografia sobre a temática.

Os autores demonstram que o centro das atenções se concentrou sobre a *plantation* e a produção de gêneros voltados para exportação assumindo, os grandes produtores rurais, papel fundamental dentro do sistema como elite econômica e política. Ao se deterem sobre

[91] FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo, **O arcaísmo como projeto – Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 – c.1840**. Rio de Janeiro. Sette Letras, 1998.
[92] FRAGOSO, João. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. e FLORENTINO, Manolo. **Em costas Negras: Um estudo sobre o tráfico Atlântico de escravos para o porto do Rio de Janeiro, c.1790 – c.1830**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

questões como o tráfico africano, abastecimento de gêneros e importação e exportação, os autores inserem novas questões no debate. Segundo eles, através de uma análise de inventários *post-mortem* do período, fica clara uma acentuada acumulação de renda proveniente principalmente de atividades mercantis, ligadas ao tráfico de africanos e transporte marítimo tanto atlântico como de cabotagem. Ao controlar as atividades mercantis, os "comerciantes de grosso trato", apesar de não controlarem os meios de produção propriamente ditos, eram responsáveis por boa parte das movimentações de capital no período, e eram efetivamente quem detinha o crédito.

Seguindo esta linha de raciocínio, os autores procuram demonstrar, ao contrário do que se imaginava, que o mercado colonial possuía uma relativa autonomia frente as flutuações de preços dos gêneros de exportação (açúcar e café principalmente) no mercado internacional. Ao analisarem as transações comerciais entre a Europa e Brasil e também as relações comerciais entre as províncias do sul, sudeste e nordeste, os autores demonstram que o mercado interno era extremamente dinâmico e complexo, e que modelo interpretativo rígido e totalizante como o que era até então adotado dificilmente conseguiria dar conta de explicá-lo.

Para demonstrar um aumento considerável no grau de complexidade das relações de produção e comércio do Brasil nos séculos XVIII e XIX, Fragoso e Florentino abandonam uma perspectiva macro, onde os fatores relevantes são referentes quase que exclusivamente à balança comercial e ao mercado internacional de preços para se aterem num estudo mais aprofundado de relações econômicas, partindo para uma análise dos inventários *post-mortem* relativos à praça comercial do Rio de Janeiro. Os resultados aos quais eles chegam demonstram o peso que mercado interno teve para a economia do período e chamam a

atenção para a impossibilidade de se compreender determinada realidade socioeconômica apenas através de elementos externos ou estruturais da economia nacional. Além disto, os autores apontam para a importância que as atividades comerciais tiveram no período – tornando-se um dos mais lucrativos negócios durante o século XIX se comparadas às atividades agrícolas ou mineradoras.

A acentuada importância das atividades mercantis parece ter sido válida também para Santa Catarina, e pode ser um dos fatores que expliquem os constantes défices comerciais da província. Afinal, de onde vinha o dinheiro que alimentava essas importações? Tudo indica que grande parte da riqueza e das fortunas da região estava ligada às atividades mercantis.

A partir da análise dos inventários e documentos cartoriais da década de 1880 pude perceber que existiam na cidade três tipos de comerciantes: os pequenos comerciantes que atuavam na praça do mercado ou de forma ambulante, vendendo principalmente gêneros de primeira necessidade; os comerciantes proprietários de casas comerciais de pequeno e médio porte; e os grandes comerciantes, responsáveis pela importação, exportação e distribuição de mercadorias, atuando principalmente junto ao porto de Desterro. É possível se perceber uma intrincada rede de relações entre estes comerciantes. Se tomarmos como exemplo o inventário de Carlos Ebel, tal rede de relação fica bastante clara[93]. Proprietário de um grande estabelecimento comercial da cidade, localizado num sobrado que foi avaliado em 25:000$000, situado na Rua Trajano nº 1, Ebel teve as mercadorias de sua loja avaliadas em 19:683$720, o que era uma quantia considerável. Entretanto, ele possuía uma dívida de 46:000$000, sendo que dois de seus principais credores eram Júlio Melchior Trompowsky e Ernesto da Silva Paranhos, aos quais devia 15:000$000 e 10:000$000 respectivamente. Ao

[93] AFMF – Inventário Carlos Ebel. 1ª Vara de Família, caixa 02. 1883, nº 281.

analisar os livros do 1º Tabelionato de Notas de Florianópolis, encontrei uma série de procurações em nome de Júlio Trompowsky e Ernesto Paranhos para que estes realizassem negócios fora da Província[94]. Júlio Trompowsky possuía uma grande firma comercial em Desterro e estava diretamente envolvido nas atividades portuárias. Em 1878 ele vendeu um lanchão de nome Ypiranga a Thomaz Margitch[95]. Cabral afirma que Trompowsky e Paranhos eram uns dos principais negociantes e armadores de Desterro[96]. Ebel fazia parte de uma cadeia comercial, ligadas por elos de endividamento. Era um comerciante médio, enquanto Trompowsky e Paranhos, na cidade poderiam ser considerados grandes comerciantes.

Se olharmos novamente pra o inventário de João Antonio da Silva, proprietário de terras, engenhos, canoas e escravos no ribeirão de Ilha, notaremos que ele não necessitava de atravessadores para comercializar seus produtos com o porto de Desterro[97]. Isso fica claro pela presença de diversas embarcações, como também pela presença de uma extensa lista de devedores, entre os quais se encontravam grandes comerciantes locais como Júlio Trompowsky e Ernesto Paranhos, além de duas casas de secos e molhados em Desterro. O fato de não depender de ninguém para escoar sua produção pode possivelmente ter sido um dos fatores que fez de João Antonio um dos homens mais ricos da Ilha de Santa Catarina na época.

A lucro que poderiam auferir as pessoas envolvidas no transporte de mercadorias do interior para o porto de Desterro pode ser percebida pelo grande movimento de pequenas embarcações ao longo da orla de Desterro. A movimentação aponta para um grande número

[94] Arquivo do Primeiro e Segundo tabelionato de Notas de Florianópolis (APSTNF), foram consultados os livros de notas dos anos de 1865 a 1888, existem procurações no nome das firmas de Júlio e Ernesto em praticamente todos os anos.
[95] APSTNF, Livro de Notas nº 44, 1878, fls 32.
[96] CABRAL, O. op. cit. **Notícias vol. 2.** 1972, p 65.
[97] AFMF – Inventário de João Antonio da Silva. 1ª Vara de Família, Cx. Documentos Diversos 1878.

de pessoas envolvidas no transporte e comercialização da produção de alimentos. Neste caso, o inventário de José Antonio Carpes, falecido em 1882, na Praia de Fora é exemplar[98]. José Carpes possuía um pequeno ancoradouro e um ”hiate” de grande porte, avaliado em 2:500$000. “Hiate” era como eram chamadas as embarcações maiores que eram comumente usadas no transporte de mercadorias[99]. A grande quantidade de devedores que ele possuía na freguesia de Santo Antônio é um indício de que ele estava envolvido na comercialização da produção interiorana da Ilha. Algumas dívidas por sinal não estavam sequer expressas em dinheiro, mas sim em alqueires de farinha de mandioca e feijão. José Carpes aparece também nos livros de notas concedendo uma procuração a Boaventura Vinhas, para tratar de seus negócios na Corte[100]. Segundo Hubener e Cabral, Vinhas foi um dos mais influentes comerciantes de Desterro ao logo da segunda metade do século XIX e era um dos proprietários da firma Boaventura da Costa Vinhas, Domingos Luiz da Costa, Ernesto Vahl & Cia., que entre outras transações comprava e vendia escravos dentro e fora da Província. A firma comercial em questão foi uma das que mais possuiu procurações para comprar e vender escravos entre os anos de 1860 a 1880. O interessante nesse caso é que algumas das procurações são feitas não para vender escravos de Desterro para outras localidades, mas sim para comprá-los, dado que fortalece a opinião aqui apresentada de que houve um crescimento na utilização de cativos na segunda metade do XIX.

Outro fator que atesta a importância das atividades mercantis para a Ilha é sua intensa atividade portuária. Segundo Hubener, o porto de Desterro foi vital para a economia da região, uma vez que era responsável pelo escoamento da produção vinda de boa parte do

[98] AFMF – Inventário de José Antonio Carpes . 1ª Vara de Família, Cx. 04 1882, Fl. 116.
[99] VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina – A Ilha**. Florianópolis: Lunardelli, 1985 (1900), p. 183-90 e CABRAL, O. op. cit. **Memória vol.2**. 1972. p. 237.
[100] APSTNF, Livro de Notas nº 44, 1878.

litoral da província. Segundo ela, o número de pessoas envolvidas em atividades marítimas chegou a 16% da população de Desterro. Em 1874, nada menos do que 1125 pessoas eram registradas como "empregados na vida do mar". Chama a atenção o número de "patrões de hiates" que era de 125[101]. Ou seja, havia um grande número de embarcações realizando o transporte e comércio de gêneros na Ilha e muitas pessoas dedicadas exclusivamente a esta atividade, seja como marinheiros, seja como proprietários de embarcações.

Outro dado interessante diz respeito à reexportação de produtos que ocorria através do porto de Desterro. Afinal, ser o principal ponto de ligação da província de Santa Catarina com o resto do Brasil e do exterior era uma via de mão dupla. Não eram apenas enviados produtos para outros portos, Desterro também recebia boa parte dos produtos importados para a província vindos da Corte ou do exterior. Esta parece também ter sido uma importante fonte de renda para os comerciantes locais. Os livros de notas estão repletos de procurações de feitas em Desterro que têm como finalidade a realização de transações comerciais (para venda de mercadorias) em outras cidades da província, em especial Laguna, Itajaí, São Francisco e as Colônias Dona Francisca e Blumenau. Infelizmente as procurações dificilmente mencionam o tipo de produto a ser comercializado. Entretanto, alguns indícios aparecem de outros lugares, como quando do naufrágio, em 1878 do navio "Proteção" do comerciante desterrense Alexandre José de Souza Bainha, que soçobrou próximo à Laguna, carregado de "produtos importados" destinados àquela praça[102].

[101] Falla dirigida à Assembléia Legislativa da Província de Santa Catharina em 21 de março de 1875 pelo exm. Sr, presidente da província, dr. João Thomé da Silva. Cidade do Desterro Typ. De J.J. Lopes, 1875.

[102] Arquivo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (ABPESC) – Jornal "A Regeneração", 16/09/1978, nº 276. Aqui aproveito para agradecer à Joana Maria Pedro e ao Laboratório de História Social da UFSC que gentilmente cederam as notas de pesquisa feitas nos jornais da cidade.

Muitos negócios eram realizados por comerciantes locais fora das fronteiras da província. Era comum que moradores de Desterro concedessem "poderes especiais" a um procurador para negociar em outras localidades. Entre esses negócios pude encontrar procurações para comprar e vender mercadorias e escravos, comprar e vender títulos públicos, tratar de assuntos legais (ações criminais e cíveis) além de realizar e receber pagamentos. Chama a atenção a grande quantidade de procurações em nome das firmas de negócios de Desterro para que estas realizassem compra e venda de mercadorias principalmente nas províncias do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco e São Paulo. Existe também um grande número de procurações em nome de firmas comerciais, como também em nome de pessoas residentes no Rio de Janeiro que tratassem dos negócios dos moradores de Desterro na corte. O Rio de Janeiro por sinal foi o principal comprador de produtos oriundos do porto de Desterro[103].

Não devemos, entretanto, restringir a ideia de atividade mercantil apenas aos estabelecimentos comerciais de atacado ou varejo ou aos indivíduos que estavam diretamente envolvidos com o comércio de exportação e importação do porto de Desterro. É necessário que a noção de atividade comercial seja ampliada, a ponto de abraçar uma ampla rede de relações comerciais existentes entre as freguesias do interior e o Desterro. Para percebermos isto com mais clareza basta voltarmos novamente ao já citado inventário de João Antonio da Silva[104]. Entre seus devedores se encontrava Joaquim Augusto do Livramento, que lhe devia 512$000. Livramento faleceu em 2 de julho de 1883, e tinha entre seus bens um terreno com duas fontes d'água e 10 carroças que utilizava para vender água para diversas casas de Desterro. Livramento devia pequenas somas a diversos comerciantes e a um latoeiro, dívidas

[103] HuBENER, L. M op. cit. 1881, cap. 3.
[104] AFMF – Inventário de João Antonio da Silva. 1ª Vara de Família, Caixa Documentos Diversos 1878.

essa que pagou após ter recebido a quantia de 3:6000 que lhe devia D. Anna Francisca da Costa e Silva[105], que por sua vez possuía créditos a receber, um deles da Associação Garantia Nacional do Rio de Janeiro, que lhe era devedora de 600$000 por conta de negócios que Anna Francisca possuía na Corte[106].

Por não haver bancos ou financeiras, os empréstimos eram efetuados por particulares em dinheiro ou em mercadorias, principalmente aqueles envolvidos em atividades comerciais. Formava-se com isso uma enorme rede de adiantamento/endividamento[107] que envolvia uma considerável parcela da população; o número de inventários que possuem dívidas e créditos é enorme.

Desta forma é possível perceber que analisar a economia local apenas tendo por base aspectos ligados ao volume de importação e exportação pode ser um equívoco. Isso certamente não dá conta da questão; é necessário perceber comércio e economia, antes de qualquer coisa, como uma intrincada rede de relações, que abrange desde a produção agrícola vendida em alqueires e o pequeno comércio de alguns quilos até as grandes transações de exportação. Afinal, em última instância os pequenos produtores e comerciantes movimentavam capitais, arrendavam terras e pagavam impostos – eram eles que davam à economia da Ilha o dinamismo imperceptível numa análise preocupada apenas com os quadros comerciais do Império.

As pesquisas realizadas nas décadas de 1980 e 1990 foram responsáveis, como vimos, por identificar a diversificação e a complexidade das relações econômicas no Brasil ao

[105] AFMF – Inventário D. Anna Fca. Da Costa e Silva Caixa, 1ª Vara de Família, caixa nº 1, 1883, nº 243.
[106] AFMF – Inventário de Joaquim Augusto do Livramento. 1ª Vara de Família, caixa 04 de 1883, nº 285.
[107] Este fenômeno foi observado também por Fragoso em Florentino com relação ao Rio de Janeiro, neste sentido ver: FRAGOSO, J.L & FLORENTINO, M. op. cit. 1998.

longo do século XIX. Pesquisas de fôlego demonstraram que se deve olhar para o país como sendo mais do que uma *plantation* escravista-exportadora, para usarmos as palavras de João Fragoso[108]. Desta forma, diversas regiões do Brasil que não se caracterizaram pelas atividades agroexportadoras passaram a ser vistas como integradas ao sistema de *plantation* ou mesmo como peças vitais ao funcionamento e manutenção da estrutura socioeconômica do país, já no início do século XIX. Desta forma a produção de bens voltada aos mercados internos, de mera coadjuvante da *plantation* escravista, passou a ser vista como um dos grandes absorvedouros de mão de obra escrava no século XIX e mesmo como um dos alicerces da economia de exportação. Tais fatores contribuíram para que passássemos a perceber a economia brasileira no século XIX como uma dinâmica rede de relações entre as diversas regiões do país e por conta disto muito mais complexa do que até então se imaginava.

Dentro deste quadro também se inseriu a economia da província de Santa Catarina. Como pudemos perceber as principais interpretações a respeito da economia e da produção local estiveram presas à "visão plantacionista" que perpassou boa parte da historiografia brasileira. Dentro deste contexto restrito, o sistema escravista da região teria tido, quando muito, papel secundário.

Entretanto, ao compararmos o tipo de produção, a população escrava e o comércio da região, é possível percebermos que Santa Catarina, dentro de suas devidas proporções, se assemelhou em diversos aspectos à regiões do país que se inseriram no mercado de gêneros através da produção de pequenas e médias unidades agrícolas com pequenos plantéis de cativos.

[108] FRAGOSO, João L. "O Império escravista e a república dos plantadores – Parte A: A economia brasileira no século XIX: mais do que uma *plantation* escravista-exportadora". IN: LINHARES, Maria Yedda. op. cit. 1991, p. 145-95.

Os dados apresentados não são suficientes para elaborar novos modelos para a economia local, e nem é essa a intenção deste trabalho, porém ao olharmos mais de perto a produção e o comércio de gêneros da região pudemos perceber que eles foram os principais "motores" da economia catarinense na segunda metade do XIX e que o trabalho escravo não só esteve sempre presente como chegou a se expandir entre as décadas de 1850 a 1870. Ou seja, uma análise mais detalhada sobre a economia catarinense trouxe à tona uma série de fatores que vão de encontro aos modelos apresentados pela historiografia local, e trazem com isso uma série de novas questões ao debate.

Ao que tudo indica, o não-desenvolvimento de atividades agroexportadoras foi responsável, no máximo, por menores índices de arrecadação e eventuais deficits na balança comercial. Desta forma, se não temos aqui configurada uma região extremamente rica devido aos pequenos índices de exportação, tampouco estamos diante de uma economia pouco desenvolvida e estática. Uma produção diversificada e uma atividade mercantil bastante ampla demonstram que a Ilha de Santa Catarina possuía uma economia que pode ter sido de pequeno porte, mas que se tornou bastante complexa e dinâmica. O grau de aproveitamento da mão de obra escrava nesta economia será analisado no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 2
O TRABALHO ESCRAVO NA ILHA DE SANTA CATARINA

> "(...) embora única, a condição escrava revestiu-se de múltiplas formas. Mão de obra essencial na sociedade do Brasil colonial e do império, o emprego dos trabalhadores cativos subordinou-se às exigências de cada um dos setores econômicos nos quais se envolveu, e estes, por sua vez, sem alterar o sentido básico da escravidão, modificaram-lhe a fisionomia, diversificaram os padrões de trabalho e as condições de vida propiciadas aos escravos e conferiram equilíbrios diferenciados às relações mantidas entre senhores e escravos[109]"

No capítulo anterior, ao esboçar um panorama da economia local procurei demonstrar que o fato de não ter sido a Ilha uma região agroexportadora, não foi empecilho para que se desenvolvesse na região uma produção diversificada e uma intensa atividade comercial. Tais atividades dependiam da presença de algumas variáveis: terras, capital, insumos, imóveis, entre outras. Entretanto, não obstante a natureza da atividade em questão, uma variável esteve sempre presente: a mão de obra.

A presença de pequenas e médias propriedades escravistas bem como de uma grande população cativa em áreas urbanas nos coloca diante de um problema. Afinal, como nos lembra Hebe Mattos: "Não se trata, porém, de querer estender o modelo da *plantation* a certos setores produtivos voltados para o mercado interno. Talvez o mais significativo do quadro bem mais diversificado que começa a se esboçar esteja no fato de que a escala em que operavam as diversas empresas agrícolas escravistas era extremamente variada[110]". Se por um lado ter uma idéia ampla da economia é de extrema importância para se compreender a

[109] WISSENBACH, Maria C. C. **Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1888).** São Paulo: HUCITEC. 1998, p.61.

[110] CASTRO, H. M. M. de. op. cit. 1988, p. 39

demanda sobre a da força de trabalho, esse entendimento por si só não revela como se davam as relações quotidianas de trabalho. Tomemos como exemplo o inventário realizado por Custódio Antonio de Lima, em razão do falecimento de sua esposa, Delfina Joaquina de Jesus, em agosto de 1881, na Freguesia de Santo Antonio[111]. Entre os bens do casal percebemos os seguintes itens: dois escravos, uma pequena extensão de terra, uma roça de mandioca, um engenho de farinha, duas canoas, alguns móveis, uma vaca com cria, um boi velho e magro, e dívidas de aproximadamente 600$000. Em 1872, Custódio possuía matriculados sete escravos: o roceiro José, pardo, de 53 anos; a cozinheira Maria, preta, de 44 anos; a costureira Christina, parda, de 14 anos; o roceiro João, preto africano de 60 anos; o roceiro Alexandre, preto de 52 anos; o roceiro Francisco, pardo de 15 anos; e a lavadeira Justina, preta de 20 anos. Juntamente com diversos outros, Custódio faz parte do rol dos "pequenos e médios proprietários" da Ilha da Santa Catarina. Ainda assim, classificá-lo como pequeno ou médio proprietário por conta de sua produção e do tamanho de seu plantel revela muito pouco a respeito do trabalho escravo na Ilha de Santa Catarina. Custódio produzia farinha e possuía canoas com as quais transportava sua produção para ser comercializada na Praça do Mercado; o lucro conseguido possibilitou que ele investisse na aquisição de escravos, com os quais residia em sua propriedade. De 1872 até 1881 Custódio vendeu dois de seus escravos, Francisco e Justina, o preto João se tornou liberto e Alexandre faleceu. No ano de 1875, nasceu a ingênua Ângela de 6 anos, filha de ventre livre de Christina. O que fazia o escravo José além de trabalhar na lavoura? Quanto valia para Custódio a habilidade com os tecidos que possuía Christina? A pequena Ângela era tratada de forma diferente por ser ingênua, ou ainda, teria a Lei do Ventre Livre modificado as relações de trabalho na

[111] AFMF – Inventário Custódio Antonio da Silva. 1ª Vara de Família. caixa 02. 1881, n.º 9.

chácara de Custódio? A pequena propriedade de Custódio, muito semelhante a tantas outras, abarcou dentro de suas pequenas extensões uma série de questionamentos que são centrais para a compreensão das relações entre senhores e escravos, relações estas que foram em última instância o que definiu o regime escravista em si. Os conflitos e relações dentro da propriedade de Custódio fornecem indícios para que possamos começar a formular as perguntas que ajudam compreender como era o quotidiano daqueles que "fizeram" de fato a economia local – trabalhadores com nome, idade, cor, sexo, filiação, profissão e aptidão para o trabalho – ou seja, os escravos.

Compreender a natureza e valor das atividades desenvolvidas pelos cativos ajudará na compreensão de como se davam as relações de trabalho na Ilha de Santa Catarina em fins de século XIX e consequentemente do próprio regime escravista. Assim sendo, a intenção deste capítulo é a de analisar as atividades desenvolvidas por escravos e libertos, o valor material deste trabalho, suas diversas formas e regimes. Afinal, sabemos que os escravos foram amplamente utilizados, interessa-nos agora saber como o foram.

2.1 – ESCRAVIDÃO E TRABALHO

Os escravos na Ilha de Santa Catarina, segundo o censo 1872 totalizavam 3360 almas[112]. Estes trabalhadores eram essenciais por executarem uma série de atividades no meio urbano e rural da Ilha de Santa Catarina, tais como: carregar mercadorias, lavar e passar

[112] CARDOSO, F.H. op. cit. 2002, p 134. Os dados levantados por Cardoso tendo como referência o censo de 1872 são utilizados em diversos momentos ao longo de sua obra e apresentam algumas variações. Em um dado momento o autor afirma com base no censo que a população escrava da Ilha de Santa Catarina é de 3341, entretanto ao dividí-la posteriormente entre as freguesias a população escrava cai para 3401 e em outra tabela a população escrava da Ilha aparece sendo composta por 3359 indivíduos. Ocorrem variações semelhantes com os números totais da população, que são a bem da verdade mais preocupantes pois chegam a apresentar uma diferença de mais de 2 mil pessoas. Em dado momento a população da Ilha é segundo Cardoso de 24174, em outra tabela ao comparar a Ilha com outras cidades da Província o número sobe para 26325. Como não tive acesso direto aos dados do censo de 1872, usarei, com ressalvas, os números apresentados pelo autor. Cardoso também não apresenta uma separação da população negra por idade, impossibilitando desta forma a quantificação da população em idade economicamente ativa.

roupas, limpar as casas e cozinhar, enfim, uma série de serviços considerados subalternos, porém, extremamente necessários ao funcionamento da cidade[113].

Muitos trabalhos sobre a escravidão no Brasil têm contribuído imensamente para uma melhor compreensão da sociedade e cultura escrava ao se debruçarem sobre temas como a legislação escravista, as relações familiares, a religiosidade e questões ligadas à cultura africana[114]. Na grande maioria dessas pesquisas, os aspectos relacionados ao trabalho são abordados, porém, raramente correspondem aos temas centrais da investigação. Não obstante o inegável enriquecimento que trouxe ao perceber os escravos enquanto indivíduos criativos, capazes de resistir ao cativeiro de diversas maneiras tal incremento temático e de perspectiva, surgido a partir da negação do modelo estruturalista e economicista das décadas de 1960 e 1970, tem, segundo alguns autores, negligenciado um ponto crucial para compreensão do quotidiano da sociedade escravista: o trabalho.

Ao analisar as sociedades escravistas do Sul dos Estados Unidos e do Caribe, Berlin e Morgan demonstram com clareza que apesar do grande salto qualitativo da historiografia sobre escravidão que ao longo das décadas de 1970 a 1990 passou a dar maior atenção a questões como religião, relações de parentesco e familiares e contribuíram muito para dar forma à sociedade e cultura dos escravos, em muitos momentos sequer se mencionam questões relativas ao trabalho[115]. Para eles, o trabalho numa sociedade escravista de tão óbvio

[113] SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza: 1890 – 1915**. São Paulo: Annablume, 1998, p. 163. Segundo o autor, haviam ofícios que eram conhecidos como "serviços de negro" ou "serviços de preto" porque a maioria das pessoas que exerciam esses cargos eram escravos ou libertos e em sua maioria eram atividades consideradas inferiores e degradantes.

[114] Neste sentido ver: CHALHOUB, S. op. cit. 1990; REIS, J. J. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês (1835).** São Paulo: Brasiliense, 1986; SLENES, Robert W. op. cit. 1999; FLORENTINO, Manolo e GÓES, José R. op. cit. 1997 e MATTOS, H. M. op. cit. 1998.

[115] BERLIN, Ira & MORGAN, Philip D. (org) op. cit., 1992. O livro se constitui de uma série de artigos que abordam temas referentes à organização e natureza das relações de trabalho na América do Norte e Caribe, Morgan e Berlin são responsáveis pela introdução onde fazem um balanço da historiografia sobre trabalho e autonomia escrava e suas implicação para os estudos das sociedades escravistas nas Américas.

e central é muitas vezes apenas subentendido. Eles fazem estas afirmações tendo por base principalmente a historiografia sobre escravidão no Caribe e América do Norte, esta crítica vale, com algumas ressalvas, para a historiografia brasileira, principalmente para as obras produzidas a partir de década de 1990[116].

Engajados nos mais diversos tipos de atividades, os escravos passavam boa parte de suas vidas trabalhando e eram exatamente os frutos desse trabalho os motivos constantes de conflitos e negociações com seus senhores. Para Berlin e Morgan o trabalho exercia influência ambígua na vida dos cativos: ao mesmo tempo era o principal motivo pelo qual os escravos eram explorados e possibilitava aos cativos a conquista de afirmação política. Ao admitir que o escravo possuía capacidade de criar e produzir, o senhor conferia ao cativo a humanidade em princípio negada pelo estado servil.

Tais conclusões obtidas na análise das relações de trabalho possuem ressonância no debate que diversos autores formularam ao analisar a legislação sobre a propriedade escrava segundo o qual as mesmas leis que serviam para controlar e oprimir, também concediam personalidade jurídica aos escravos e negavam, em última instância, a idéia de que estes eram uma propriedade como outra qualquer[117]. Ambas as teses apontam para uma ambiguidade intrínseca às sociedades escravistas. Para explorar a mão de obra de forma

[116] Existem importantes obras que dão ênfase às relações de trabalho no regime escravista brasileiro, ver: SCHWARTZ, Stuart, **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Cia das Letras, 1988; DEAN, Warren. **Rio Claro: um sistema de grande lavoura, 1820-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; LIBBY, Douglas C. **Transformação e Trabalho numa economia escravista**. São Paulo: Brasiliense, 1988; KARASCH, MARY, C,. **A Vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**. São Paulo: Cia das Letras, 2000; REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835).** São Paulo: Brasiliense, 1986.

[117] Os dois trabalhos pioneiros dentro desta perspectiva são para América do Norte GENOVESE, Eugene D., **A Terra Prometida: O mundo que os escravos criaram.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998 e para o Caribe SCOTT, Rebecca. Abolição Gradual e a Dinâmica da Emancipação em Cuba, 1868-1886. In: **Estudos Econômicos.** Vol. 17 – n. especial – 1987. No Brasil a primeiro autor a abordar o tema foi CHALHOUB, S. op. cit. 1990 que refuta de forma contundente a idéia de "escravo coisa", debatendo principalmente com a teoria de "reificação do escravo" presente em CARDOSO, F. H. & IANNI, O. op. cit. 1977. Nesta obra Cardoso argumenta que devido ao alto grau de violência à qual estavam submetidos os cativos, estes não possuíam vontade própria, eram uma simples extensão da vontade do senhor, introjetavam sua situação jurídica de propriedade, sendo incapazes portanto de gerir suas próprias vidas.

eficiente, os senhores precisavam conceder algum grau de autonomia (mesmo que pequeno) aos cativos e era exatamente a partir dessas pequenas concessões que se davam as relações entre senhores e escravos e nos conflitos entre ambos que a sociedade e cultura escravas tomavam forma. Entretanto, a semelhança nas conclusões não apaga o ponto nevrálgico do debate. Para Morgan e Berlin, a legislação em torno da escravidão tinha como função básica o controle e manutenção das relações compulsórias e a exploração do trabalho, e apenas através da compreensão dessas relações é que a legislação faria algum sentido. Schwartz vai ainda mais longe ao afirmar que:

> "Os escravos não formavam uma comunidade igual a qualquer outra. Os novos estudos costumam deixar em segundo plano o fato essencial e característico da vida dos escravos que servia de pano de fundo para todos os seus atos e restringia sua vida, bem como as decisões com relação ao comércio, tanto as tomadas por eles quanto as tomadas com relação a eles. Os escravos eram uma força de trabalho, e os trabalhos forçados prestados a outros orientavam praticamente todos os aspectos de sua situação. Discutir a vida dos escravos sem reconhecer essa realidade é um exercício de fantasia etnográfica"[118]

Novamente o trabalho aparece como cerne da questão. Para muitos autores da nova historiografia da escravidão, o entendimento do trabalho em uma sociedade escravista passa necessariamente por uma análise do tipo de economia e grau de tecnologia existente, o que variava de uma sociedade escravista para outra.

2.2 O TRABALHO ESCRAVO NA ILHA DE SANTA CATARINA

Como foi enfatizado até aqui, para se compreender a complexidade adquirida pelas relações de trabalho durante a escravidão é necessário que tenhamos em mente alguns

[118] SCHWARTZ, Stuart, idem, 2001, p. 89.

aspectos: o tipo de produção, o grau de desenvolvimento tecnológico desta produção, o tamanho e a procedência dos plantéis, o tipo de atividade exercido pelos cativos, o lugar onde essas atividades são exercidas (se urbano ou rural) e o valor do trabalho. Tais aspectos são essenciais para que se comece a ter condições de compor um quadro das relações de trabalho durante a escravidão.

É preciso, então, saber quais os tipos de trabalho que foram desenvolvidas na Ilha e quais as influências deste trabalho no regime escravista local. Se por um lado não produzia açúcar para exportação, sabemos que por outro lado a Ilha estava integrada ao mercado de abastecimento interno e produzia farinha de mandioca, aguardente e gêneros alimentícios. Era característica da região a presença de pequenas e médias propriedades fundiárias, parte delas empregando pequenos plantéis de escravos, a maior parte de 1 a 5. Além disso, percebe-se também o emprego de escravos em uma série de atividades urbanas, de caráter doméstico ou mais especializado. Segundo censo de 1872, a mão de obra escrava se encontra dividida da seguinte maneira:

TABELA 09 – Ocupações dos escravos na Ilha de Santa Catarina (1872)

Ocupações	Sexo do Escravo		
	Masculino	Feminino	Total
Artistas	21	0	21
Marítimos	35	0	35
Pescadores	25	0	25
Comerciantes	2	0	2
Operários em madeiras	40	0	40
Operários em edificações	56	0	56
Operários em Vestuário	3	0	3
Operários em chapéus	6	0	6
Operários em calçados	17	0	17
Canteiros	15	0	15
Operários em tecidos	0	46	46
Costureiras	0	57	57
Criados e Jornaleiros	82	25	107
Domésticos	161	915	1076
Lavradores	699	26	725
Sem profissão	381	322	703
TOTAL	1543	1391	2934

Fonte: CARDOSO.F. H., Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas. Insular: Florianópolis, 2000.

Percebe-se pelos dados do censo que grande parte da população escrava masculina estava empregada na lavoura, mas somando homens e mulheres, os serviços domésticos absorviam maior número de cativos, além de um grande número de escravos sem profissão[119]. Os dados acima, retirados de obra de Fernando Henrique Cardoso levam o leitor a um tipo de conclusão, a qual chega o próprio autor: a de que a escravidão na Ilha se caracterizou pelo

[119] Cardoso não tece nenhum comentário a respeito desses 703 indivíduos classificados como sem profissão, este tema já foi alvo de discussão em outras duas pesquisas que trabalham com os dados do censo: SILVA, Haroldo S. M. da. op. cit. 2001 e PENNA, C. G. op. cit. 2001. Em ambos os trabalhos são feitos alguns questionamentos a respeito do elevado número de escravos sem profissão e são levantadas algumas hipóteses referentes principalmente aos critérios utilizados pelos agentes do censo que poderiam não perceber como profissão algumas atividades realizadas por escravos. Entretanto, se levarmos em consideração os critérios utilizados na Matrícula Geral dos escravos, instituída pela Lei nº 2040 de 28 de setembro de 1871, tenho fortes indícios para acreditar que se tratavam das crianças, que foram posteriormente matriculadas sempre como "sem profissão" Uma vez que a variável idade não está presente é bem possível que os "sem profissão" da classificação do censo sejam mesmo os escravos entre 0 a 10 anos.

predomínio do trabalho doméstico. Em outra tabela das ocupações da população escrava separando-se Desterro do restante da Ilha, podemos perceber o seguinte quadro:

Tabela 10 – Ocupações dos escravos em Desterro e na Ilha (1872)

Ocupações	Desterro		Ilha exceto Desterro	
	Homens	**Mulheres**	**Homens**	**Mulheres**
Marítimos	35	-	-	-
Pescadores	25	-	1	-
Operários especializados	126		11	
Criados e Jornaleiros	76	23	6	2
Domésticos	109	445	52	470
Lavradores	-	-	699	26

Fonte: CARDOSO.F. H., Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas. Insular: Florianópolis, 2000.

É possível através destes dados percebermos que a grande maioria das mulheres nas freguesias do interior é classificada como empregada no serviço doméstico[120]. Não me parece, entretanto, que os critérios adotados pelos recenseadores para classificar os escravos dssem conta do tipo de tarefas realizadas pelo cativo. Os inventários revelam um quadro de maior complexidade para a questão.

Peguemos como exemplo o inventário dos bens da viúva, Maria Ritta do Nascimento, que ao falecer em 1882 deixou como herdeiro apenas seu filho, o lavrador José Gomes Vieira, e nenhum neto[121]. Entre os bens deixados por Maria se encontravam algumas terras e roças de mandioca, uma pequena casa, um engenho de fazer farinha, um paiol e dois escravos: Manoel, crioulo de 32 anos, matriculado como lavrador e Euflábia, crioula de 34

[120] Cardoso não faz uma divisão do trabalho escravo por freguesias, o que poderia ser esclarecedor em muitos sentidos
[121] AFMF – Inventário de D. Maria Ritta do Nascimento. 1ª Vara de Família, caixa 01. 1882, nº 133.

anos, matriculada como doméstica. A casa onde a viúva morava com seu filho e sua nora era bastante simples, possuía apenas alguns poucos e velhos móveis, esse dado aliado ao pequeno número de pessoas que lá residiam me fazem pensar em quanto tempo Euflábia deveria dispor para dar conta dos serviços da casa. Certamente não muito. Por outro lado, as terras e roças de mandioca e o engenho parecem ter gerado trabalho demasiado para que apenas duas pessoas (José Gomes e Manoel) dessem conta. É pouquíssimo provável que Euflábia, apesar de ter sido classificada como doméstica, executasse apenas serviços da casa. Certamente ela executava uma série de tarefas nas terras e no engenho da propriedade. A produção de farinha de mandioca foi provavelmente a atividade em que mais devem ter se ocupado os escravos Manoel e Euflábia.

Segundo Walter Piazza, a mandioca prata era a variedade mais produzida na Ilha, principalmente porque se adaptava muito bem a solos arenosos[122]. A raiz da mandioca era transportada até a casa de engenho, que nada mais era do que um galpão de pau a pique dentro do qual ficavam o engenho e seus equipamentos[123]. Dentro da casa de engenho a mandioca era descascada e ralada. Depois de ralada e cevada, a mandioca era prensada numa prensa que poderia ser movida a tração animal ou humana. Uma vez prensada, a massa era levada ao forno em tachos de cobre para ser posteriormente peneirada. O engenho da falecida Maria Ritta Nascimento não era de tração animal, uma vez que ela não possuía nenhum boi ou cavalo, só alguns porcos e galinhas, o que sugere que a prensa devia ser manuseada por um dos seus escravos. O trabalho de prensagem era um dos mais penosos na fabricação da farinha, devido à força necessária à sua execução. Era feito preferencialmente por homens, o

[122] PIAZZA, Walter F. **A mandioca e sua farinha**. Florianópolis: IHG- SC / Faculdade Catarinense de Filosofia, 1856, p.22.
[123] Os engenhos eram compostos de cochos, onde era armazenada a mandioca ralada cevada, prensas nas quais era extraído a ácido cianídrico e tachos de cobre, fornos e peneiras, onde era torrada a farinha. Os paióis ficavam situados na maioria dos casos Juno a casa de moradia, por questões de segurança. Neste sentido ver VÁRZEA, V. op. cit. 1985 (1900), p. 183-90.

que não significa que as mulheres estivessem ausentes do processo. Segundo o memorialista Virgílio Várzea, as mulheres participavam da colheita, e eram elas as principais responsáveis por descascar e ralar a mandioca e também peneirar a farinha, ou seja, com exceção da prensagem, as mulheres estavam envolvidas em todas as etapas da produção de farinha. No inventário de Maria Ritta, a roça de mandioca é a mais extensa de sua propriedade o que aliado à presença do engenho indica que a produção de farinha fosse a sua principal atividade. Desta forma, é pouco provável que Euflábia, mesmo uma escrava classificada como doméstica, não estivesse diretamente envolvida nos trabalhos agrícolas.

Como Euflábia, existiram inúmeras outras escravas classificadas como domésticas que exerciam trabalhos na lavoura. Da mesma forma que Manoel, apesar de classificado como lavrador, não deveria ter se furtado a realizar uma série de tarefas no âmbito doméstico, ou talvez mesmo urbanos, fora da propriedade. Isto tudo significa, em última instância, que a nomenclatura utilizada pelos recenseadores para classificar os escravos não deve ser vista como classificadora do tipo de atividade feita por esse cativo. Os dados censitários possuem grande validade para uma análise demográfica; contudo, no quesito das relações de trabalho explicam pouco, e mais ainda, podem gerar algumas conclusões errôneas. A interpretação da escravidão na Ilha como doméstica é uma delas.

Foi o que percebeu B.J. Barickman para o Recôncavo Baiano. O autor chama atenção para o fato de que é necessário cuidado ao se analisar dados censitário, uma vez que os recenseadores utilizavam termos bastante amplos "sem aquele rigor sociológico que o historiador muitas vezes quer encontrar nas fontes[124]". Ao analisar a comédia de Martins Pena, "O Juiz de paz na roça", o próprio Barickman tenta dar uma idéia da variedade de atividades e

[124] BARICKMAN, B. J. op. cit. 2003, p. 221.

relações que ficaram escondidas por trás dos dados censitários[125]. A peça descreve em uma de suas cenas o quotidiano de um pequeno produtor em meados do século XIX. O autor chama atenção para uma série de questões passíveis de serem extraídas da peça de Martins Pena, como a diversidade da produção e das atividades no interior da propriedade e o envolvimento de todos os membros da família nestas atividades, trabalhando muitas vezes lado a lado com os cativos. Mais ainda, Barickman argumenta que dificilmente a vida de um pequeno proprietário que possuísse um ou dois cativos seria muito diferente de quem não possuía nenhum; a posse de poucos cativos, no máximo diminuía as horas trabalhadas pelo senhor e sua família, além destes evitarem o trabalho pesado. Para o autor, a posse de cativos deveria, contudo, aumentar a produção tanto para o consumo doméstico como para a comercialização.

Se voltarmos para os exemplos de Manoel e Euflábia, é muito possível que os dois fossem verdadeiros "paus-para-toda-obra", realizando todo e qualquer tipo de atividade para as quais seus senhores os julgassem capazes, ampliando desta forma o que entendemos por trabalho doméstico e de lavoura, principalmente no interior de pequenas propriedades. Afinal, o tamanho da propriedade (e consequentemente dos plantéis), exerceu grande influência nas relações de trabalho durante a escravidão. As pequenas propriedades geralmente possuíam uma divisão de trabalho bem mais fluida do que os grandes latifúndios e eram mais sujeitas às crises econômicas[126]. Os pequenos proprietários tendiam a vender seus cativos com mais frequência. Essa instabilidade fica clara em diversos inventários, onde os cativos são em muitos casos os bens mais preciosos do espólio. Para a década de 1880, pudemos perceber que dentre as 37 propriedades rurais encontradas nos inventários que possuíam escravos, estes eram comparativamente os bens mais valiosos, chegando em alguns casos a valeriam mais até

[125] Idem p. 250-53.
[126] Idem, 2003; BERLIN, I. & Morgan, P. op. cit. 1992 e SCHWARTZ, S. B. op. cit. 2001, cap. 2 e 3.

do que as terras da propriedade[127]. Outra característica era o número reduzido de escravos por propriedade, como podemos perceber na tabela 08.

Dentre os senhores que possuíam apenas 1 escravo, pude perceber que os plantéis eram majoritariamente masculinos: 17 deles eram compostos por um homem, e apenas dois senhores possuíram mulheres como o único cativo. No restante dos inventários a relação entre homens e mulheres é de praticamente de 1 para 1. Dos plantéis formados por 2 escravos, por exemplo, 7 eram compostos por números equilibrados de homens e mulheres. Com a exceção dos plantéis formados por apenas 1 cativo e dos dois casos acima mencionados, em nenhum outro plantel houve a presença de somente homens, ou somente mulheres. As crianças quando apareciam eram em 90% dos casos filhas de alguma escrava do plantel[128]; e também os escravos mais velhos eram quase sempre pais e avós de outros escravos do plantel, o que aponta para algum crescimento endógeno da população cativa da Ilha, além da presença de variados arranjos familiares dentro das propriedades.

Em todos os inventários em que há a presença de, pelo menos, parte de um engenho de farinha, a produção da farinha ficava a cargo de toda escravaria e até mesmo do restante da família e talvez também de pessoas e engenhos vizinhos, principalmente nas propriedades com poucos cativos[129]. A totalidade dos escravos homens, quando classificados, aparecem como lavradores. Em mais da metade das propriedades rurais há a presença de escravas, que assim como Euflábia, foram classificadas como do serviço doméstico, o que não

[127] AFMF – 1ª Vara de Família. Caixas dos anos de 1881 a 1888. Foram consideradas propriedades rurais todas aquelas em que o inventário deixava claro que a principal atividade era a agrícola, que fosse por meio de roças plantadas ou pela presença de engenho de farinha, arroz ou cana. Em todos os casos os escravos homens quando classificados aparecem como sendo "da roça" ou "lavradores".

[128] Consideraram-se crianças os escravos entre 0-12 anos.

[129] Era comum que vários proprietários dividissem o mesmo engenho, desta forma haviam vários inventários que consta metade de um engenho, um terço de um engenho. Sobre a produção da farinha de mandioca no Recôncavo baiano ver BARICKMAN, B. J. op. cit. 2003, p. 271-79. Para a Ilha ver PIAZZA, W. F. op. cit. 1956 e VÁRZEA, V. op. cit. 1985 (1900).

significa que elas exercessem trabalhos apenas dentro da casa. No inventário de Antônio Pereira Pinto, falecido em 1882 em Canasvieiras, são arrolados um escravo de nome Tadeu, caolho de 30 anos, lavrador, avaliado por 400$000 e Francisca, parda de 30 anos e classificada como doméstica, com uma filha ingênua de nome Valentina, ambas avaliadas por 380$000[130]. A única casa presente entre os bens valia 300$000, e possuía apenas alguns poucos móveis. É bem provável que a limpeza e os serviços da casa não tomassem muito tempo de Francisca e Valentina e neste caso elas obviamente deveriam ser empregadas em outras atividades, mesmo porque a noção de trabalho doméstico implicava muito mais do que cuidar da casa, como veremos adiante.

Em um ambiente rural, os trabalhos da casa e da lavoura se misturavam e os cativos exerciam atividades tanto na roça quanto na casa. Era comum que os homens ficassem responsáveis por arar as terras, plantar, colher e transportar a safra e os gêneros. Das mulheres se esperava auxílio no processamento da colheita (no caso de existir um engenho na propriedade), limpeza da casa e não raras vezes, ajuda na lavoura[131]. Segundo Barickman, a presença das escravas nos trabalhos da lavoura era comum tanto no plantio da mandioca como no cultivo de hortas e pomares, entretanto, um proprietário que tivesse apenas um escravo homem não hesitava em empregá-lo também nos serviços de limpeza e manutenção da casa.[132] Isso se não levarmos em conta a infinidade de atividades esporádicas, que dentro de uma pequena propriedade poderiam ser inúmeras.

A versatilidade para o trabalho era uma característica de muitos escravos. Diversos anúncios nos jornais da cidade ofereciam cativos com algum grau de especialização em

[130] AFMF – Inventário Antônio Pereira Pinto. 1ª Vara de Família ,caixa 01. 1882, nº 123A.
[131] No censo de 1872 algumas mulheres aparecem como sendo lavradoras.
[132] BARICKMAN, B.J. op. cit. 2003, p. 237-54

diversas atividades ao mesmo tempo. Em 1855 era anunciada a venda de "hum escravo que entende de roça, canoeiro e bom carreiro, seu preço é barato, por ser idozo" [133]. No ano de 1856, na Rua Augusta nº 13 estava sendo posto a venda o preto africano José, de 20 anos de idade, que era anunciado com sendo "próprio para todo o serviço, principalmente de roça[134]". No ano de 1857, estava à venda na Rua Áurea nº 14 um preto de 40 anos anunciado como bom roceiro e forneiro de farinha, serrador de serra braçal e carreiro[135]. Em 1860, na rua do Príncipe nº 3, vendia-se um preto que era roceiro, canoeiro, falquejador, forneador e que ainda por cima entendia um pouco do ofício de pedreiro[136] e no sobrado nº 63 da mesma rua estava à venda um crioulo próprio para o trabalho na lavoura e na cozinha[137]. No ano de 1861, um comerciante local vendia um crioulo pardo de 24 anos, bom canoeiro e pescador, sabendo também um pouco dos trabalhos na lavoura e com alguma habilidade no manuseio da serra[138]. Em 1874, era anunciado que estavam sendo postos para alugar "escravos moços e muito reforçados, próprios para serviço de chácara ou mesmo trabalhos no mar, em serviço de canoa[139]". Parece claro que quem comprava um escravo esperava dele a realização de uma série de atividades. Ao que tudo indica, o espaço para especialização dentro dos pequenos plantéis tendia a ser bem menor.

Os mesmos escravos com múltiplas habilidades anunciados nos jornais da cidade possivelmente apareceram classificados apenas como lavradores, ou mesmo domésticos, quando da realização do censo de 1872. A maneira como eles foram classificados pelos

[133] BPESC – Jornal "O Conservador", 15/05/1855, pág. 04
[134] BPESC – Jornal "O Argos", 04/03/1856, pág.4
[135] BPESC – Jornal "O Argos", 13/2/1857, pág. 4.
[136] BPESC – Jornal "O Argos", 27/03/1860, pág. 6.
[137] BPESC – Jornal "O Argos", 02/02/1860, pág. 4.
[138] BPESC – Jornal "O Argos", 18/09/1861, pág. 4.
[139] BPESC – Jornal "O Conservador", 04/02/1874, pág. 03

agentes censitários, não deve ter feito com que seus senhores diminuíssem a quantidade de tarefas a eles delegadas e não deve influenciar a nossa percepção a respeito do trabalho escravo na Ilha. A classificação por ocupações do censo é no máximo um indicativo, sendo por essa razão, muito úteis para que tenhamos idéia da extensão que teve a utilização deste tipo de mão de obra. Entretanto, a classificação por ocupações do censo pouco ajuda na compreensão do quotidiano desses trabalhadores. Pelo contrário, muitas vezes eles chegam a induzir os pesquisadores a um certo tipo de conclusão, como o que ocorreu no caso da capital catarinense: A Ilha de Santa Catarina por ser economicamente pouco importante no cenário nacional, foi durante muito tempo percebida como tendo por conta disso uma economia pouco dinâmica, devido entre outros fatores, à predominância de pequenas propriedades, ao tamanho reduzido dos plantéis e à maior incidência de escravos em áreas urbanas ou exercendo, acreditava-se, serviços domésticos[140]. Como vimos no primeiro capítulo, existiu por trás das pequenas propriedades uma pequena, mas dinâmica e intensa rede de comércio e de crédito. Essas propriedades empregavam boa parte da mão de obra escrava da região, que como vimos realizava uma série de atividades, desde o plantio até muitas vezes a comercialização da colheita e seus derivados.

No tocante à escravidão em áreas urbanas, a questão do trabalho parece ser também bem mais complexa do que se imaginava. A utilização de cativos em atividades urbanas, domésticas ou não adquiriu ao longo do século XIX um papel de extrema importância para o país, e também para a Ilha de Santa Catarina. Uma análise mais aprofundada a esse respeito demonstrará a diversidade de utilização do trabalho escravo na

[140] Neste sentido ver: PIAZZA, W. F. op. cit. 1999 e PIAZZA, W. F. op. cit. 1975; CABRAL, O. R. op. cit. 1972 e CARDOSO, F. H. op. cit. 2001.

cidade, mesmo em se tratando de trabalho doméstico que era, a bem da verdade, muito mais do que limpar e arrumar a casa.

A grande maioria dos escravos urbanos e do serviço doméstico da Ilha, concentrava-se na freguesia de Desterro, principalmente nos arredores do Mercado, do porto, bem como em diversas residências espalhadas pelas ruas da cidade.

Ao analisar o quotidiano da escravidão na cidade do Rio de Janeiro, Mary Karasch levantou uma série de dados que atestam para a imensa diversidade que o trabalho escravo adquiriu em áreas urbanas[141]. Os cativos, segundo ela, estavam inseridos nos mais diversos ramos de atividade. Era grande o número de escravos circulando pelas ruas da Corte como carregadores, quitandeiras, marinheiros, prostitutas, lavadeiras e em muitos casos desempenhando duas ou mais dessas atividades. Um escravo que trabalhava como canoeiro poderia facilmente atuar como carregador caso houvesse necessidade ou oportunidade para tanto. A autora também chama a atenção para o grande número de escravos, homens e mulheres, envolvidos no trabalho doméstico. Pode-se observar o mesmo na cidade de Salvador, que apresenta em sua área urbana um grande número de cativos exercendo 82 tipos distintos de atividades[142]. As pesquisas a esse respeito têm apontado para a diversidade que o trabalho escravo alcançou nas áreas urbanas do país, assim como sua importância para a manutenção das ruas e casas brasileiras no século XIX[143].

[141] KARASCH, M. C. op. cit. 2000, cap 7.

[142] ANDRADE, Maria J. de Souza, **A mão de obra escrava em Salvador, 1811-1860**. São Paulo: Corrupio, Brasília: CNPq, 1988. A autora levanta 82 ofícios destinos para os homens e 16 para as mulheres. A maioria dos homens estava empregа como domésticos e carregadores de cadeiras, serviços da roça ou quintas e ganhadores e 405 das mulheres estavam empregadas como domésticas.

[143] Sobre escravidão em áreas urbanas ver: SILVA, Marlene, R. N. **O Negro na rua: a nova face da escravidão**. São Paulo, HUCITEC, 1988; ANDRADE, M. J. de S. op. cit. 1988; SOARES, Luiz Carlos, Os Escravos ao ganho no Rio de Janeiro do século XIX. IN: **Revista Brasileira de História** São Paulo, v. 08, nº16, 1988. p. 107-142. KARASCH, Mary, **op. cit.** 2000. CHALHOUB, S. **op. cit.** 1990, cap 3; REIS, João José, De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição. IN: **Afro-Ásia** nº 24, 2000 pp 199-242, SILVA, H. S. M. da, op. cit. 2001; MOREIRA, Paulo Roberto, **Os Cativos e os homens de bem: Experiências negras no espaço urbano.** Porto Alegre: EST, 2003 e ZUBARAN, Maria A. **Slaves and contratados: the politics of freedom in Rio Grande do Sul, Brazil, 1865-1888**. 1998, Tese (Doutorado em História). State

Quem nos dá uma idéia clara a respeito da multiplicidade dos pequenos serviços que faziam parte do trabalho em uma casa é Sandra L. Graham, que ao analisar o quotidiano das criadas domésticas no Rio de Janeiro na segunda metade do XIX chama a atenção para o grande número de pequenos serviços que estavam por trás da manutenção de um lar[144]. Segundo a autora, apenas as famílias mais abastadas possuíam um número elevado de escravos envolvidos nas atividades domésticas. Na grande maioria dos lares, eles não passavam de dois. Segundo Graham, além da limpeza da casa e das roupas, as criadas domésticas eram também responsáveis pela compra e preparo da comida. Como não existia na época um sistema eficiente de conservação dos víveres, a peregrinação das trabalhadoras domésticas pelas ruas e estabelecimentos comerciais da cidade era intensa e quotidiana. Uma outra função exercida por elas era o abastecimento de água, fazendo com que as idas às fontes e "cariocas" fossem constantes e muitas iam as fontes e rios também com o intuito de lavar roupas. Era desta forma, entre a casa, o mercado e as fontes que as escravas passavam boa parte de seus dias, e estavam constantemente a interagir com a população livre e liberta. Era também nestas andanças que elas aprendiam a lidar com o dinheiro, negociando com os comerciantes o melhor preço, na esperança de lhes sobrar um pouco da quantia dada pelo senhor para, quem sabe no futuro, comprar a alforria.

Em Desterro, alguns anúncios de jornais também apontam para a diversidade do trabalho doméstico. Diariamente eram oferecidas nas páginas dos jornais escravas especializadas em atividades inerentes aos trabalhos de uma casa. Em 1855, era posta à venda uma escrava de nome Laura, com 28 anos de idade, "perfeita mucamba e muito hábil para

University of New York at Stony Brook, Nova York.

[144] GRAHAM, Sandra L. **Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1890**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

todo o serviço interior de uma casa de família; lava, engoma, cosinha e desempenha satisfatoriamente qualquer serviço exterior que lhe encarregão[145]". No mesmo jornal encontramos outro anúncio que dizia ter sidoposta à venda na rua Duarte Silva uma "escrava crioula, que sabe lavar, engommar e cosinhar, e também faz alguma costura[146]". Já na rua da Paz alguém necessitava alugar "uma escrava, que saiba cosinhar, lavar, engomar, e fazer todo o mais serviço de uma casa de família[147]". Em 1857, oferecia-se "uma escrava de nação Angola, maior de 30 anos, sabendo cosinhar e lavar, não sendo perfeita engomadeira; trata do arranjo de uma casa e de crianças; afiança-se não ser viciosa[148]". Os exemplos são variados e demonstram que assim como na lavoura, o serviço doméstico necessitava de escravos que conseguissem desempenhar uma série de funções.

Além do trabalho doméstico existia também uma série de trabalhadores realizando diversas atividades pelas ruas das cidades, fato que fica perceptível pelos dados do censo. Os homens se encontravam exercendo atividades ligadas ao porto[149], carregando mercadorias, levantando edificações e no comércio ambulante. As mulheres, além de criadas domésticas trabalhavam como lavadeiras, quitandeiras, amas de leite e costureiras. Não convém ficarmos elencando aqui todo tipo de atividades exercidas pelos cativos[150], sabemos a essa altura que a utilização desta mão de obra não encontrou barreiras, e que os escravos estavam inseridos virtualmente em todas as atividades braçais que existiram.

[145] BPESC – Jornal "O Conervador" 30/03/1855, p. 04
[146] BPESC – idem.
[147] BPESC – idem.
[148] BPESC - Jornal "O ARGOS" 02/07/1857. pp 03.
[149] Durante a segunda metade do século XIX, o porto de Desterro absorvia cerca de 15 a 20% da mão de obra da Ilha. HuBENER, Laura. op. cit. 1981, p. 35.
[150] Essas são as atividades que predominam nos dados do censo e nas lista de matrícula especial dos escravos, feitas por força da Lei 2040 de 28 de setembro de 1871 e do decreto 5135 de novembro de 1872. Não tive acesso a lista completa, porém na grande maioria dos inventários existe uma cópia da matrícula dos escravos pertencentes ao espólio.

A diversidade das atividades exercidas pelos escravos foi também acompanhada por "formas" de trabalhar multifacetadas. Se o regime de trabalho durante a escravidão era compulsório, as maneiras de cumprir a carga de trabalho exigida pelos senhores foram bastante variadas. Afinal, assim como os pequenos e grandes proprietários em suas fazendas, os senhores de escravos nas cidades também necessitavam da cooperação dos cativos e se utilizavam igualmente de uma política de punição e incentivos.

O trabalhador escravo em áreas urbanas era utilizado por seus senhores basicamente de três formas distintas. Ou o escravo trabalhava junto ao senhor, ou era alugado, ou trabalhava por conta própria e levava periodicamente uma quantia a seu proprietário, o que se convencionou chamar de sistema de ganho. Os escravos de ganho constituem um exemplo da complexidade presente nas relações de trabalho durante a escravidão. O sistema de ganho funcionava como um assalariamento às avessas. O "patrão" estipulava a quantia a ser paga, mas quem ditava as regras do trabalho era o próprio "trabalhador", que em compensação não recebia salário, mas tinha como pagamento apenas aquilo que ultrapassava o jornal estipulado pelo seu senhor[151]. Segundo os autores, o sistema de ganho dava ao cativo uma maior autonomia, mas não significava em absoluto uma menor carga de trabalho. A competição por trabalho nas ruas era bastante acirrada e muitas vezes as somas estipuladas pelos senhores eram elevadas, fazendo com que o escravo tivesse que trabalhar muito para conseguir um excedente. Além disso, muitos destes escravos ao ganho sequer moravam com os seus senhores e tinham que ganhar o suficiente para seu próprio sustento[152]. Autonomia muitas vezes podia significar também mais trabalho.

[151] Segundo Luiz Carlos Soares, o sistema da escravidão ao ganho era bastante difundido em áreas urbanas, no Rio de Janeiro entre os anos de 1851 a 1870 os escravos ao ganho totalizavam 2868, neste sentido ver SOARES, L. C. op. cit. 1988.
[152] Idem, 1988, p. 108 a 111.

A maioria dos escravos ao ganho se empregava como marinheiro ou carregador. Segundo Soares, o número de carregadores pelas ruas da cidade era enorme, já que qualquer pessoa mais abastada que saísse às ruas não carregava nada consigo, quer fosse o guarda-chuva ou mesmo um pequeno envelope. Essa necessidade de distinção social resultava na utilização maciça de cativos como carregadores[153].

Na Ilha de Santa Catarina, durante as décadas de 1870 e 1880 a Câmara exigia uma série de autorizações para que senhores pusessem seus escravos ao ganho. Eles eram obrigados a ter tal autorização e recolher um imposto no valor de 1$000 anuais para cada escravo que tivessem ao ganho pelas ruas e de 3$000 caso quisessem ter algum cativo vendendo quitanda ou tabuleiro no mercado da cidade[154]. No mês de novembro de 1886, dos 16 tabuleiros que circulavam pelo mercado da cidade, uma metade era carregada por escravos (5 mulheres e 3 homens) e a outra por libertos (6 mulheres e 2 homens)[155]. Em 1883 foi posta em vigor uma lei que obrigava todos os trabalhadores autônomos (escravos, livres e libertos) a se inscreverem na polícia, andar com uma caderneta e pagar impostos. Para se trabalhar fora da casa do senhor era necessário ao escravo possuir uma autorização da Câmara. Mesmo os libertos necessitavam de autorização para exercer uma série de atividades. Em 1881, o preto liberto Izídio José de Silva teve de passar por um exame na Delegacia de Polícia e pagar a quantia de 15$000 réis para ter licença de guiar por um ano uma carroça de dois animais.[156]Alguns senhores empregavam seus cativos em empreendimentos de outras pessoas. Em julho de 1879, Francisco Emílio Reiman abriu uma casa de parto na Rua João Pinto e no

[153] Além de SOARES, KARASCH, Mary, op. cit. 2000 e GRAHAM, Sandra L. op. cit. 1992 também enfatizam o fato de homens e mulheres da elite não carregarem objetos como uma maneira de se distinguir socialmente de escravos e libertos.
[154] APMF: Livros de receita e despesas da Câmara Municipal, anos diversos.
[155] APMF – Livro de Receitas e despesas do Mercado, 1886.
[156] APMF – Livro 239 – Livro de caixa, receita e despesa da Câmara Municipal do Desterro – 1879 a 1880.

mesmo mês anunciava no jornal O Argos sua intenção de alugar parteiras e amas de leite, escravas ou libertas, certamente para empregar em sua "maternidade". No mesmo ano foram abertas mais três casas de parto na cidade, o negócio parece ter sido lucrativo[157].

Segundo o censo de 1872 os cativos que trabalhavam como domésticos e lavradores correspondiam a 62% da força de trabalho. Essas duas funções raramente eram exercidas de maneira autônoma. Nas demais profissões, era possível ao escravo exercer suas funções como ganhador. Mas isto, entretanto não é uma regra. Como vimos, o cruzamento com informações oriundas de outras fontes documentais como os inventários e os livros da Câmara apontam para uma utilização bem mais variada da mão de obra escrava na Ilha. Ao que tudo indica, um dos principais fatores que definiam a maneira como os senhores empregavam seus escravos em áreas urbanas era o tamanho do plantel.

Tabela 11 – Posse de escravos no Termo de Desterro (1880-1888)

Tamanho do plantel	Nº de inventários	Nº de escravos
1	**10**	**10**
2	**10**	**20**
3	**1**	**3**
4	**3**	**12**
+ de 5	**7**	**62**
Total	**31**	**107**

Fonte: AFMF – 1ª Vara de Família, caixas de 1881-1885 e 1886-1888.

Nos inventários que possuíam apenas um escravo, se realizarmos uma divisão por sexo, tornam-se ainda mais claras algumas questões a respeito da utilização da mão de obra cativa na cidade:

[157] APMF – Livro 239 – Livro de caixa, receita e despesa da Câmara Municipal do Desterro – 1879 a 1880 e BPESC: Jornal "O Argos" – 12/06/1879, p. 6. O valor cobrado por um parto não era pequeno, José Torres em 1886 ficou devendo 48$000 para uma parteira que ajudou sua esposa a dar a luz o terceiro filho do casal. AFMF – Inventário José Torres. 1ª Vara de Família, caixa 02, 1886, s/n.

Tabela 12– Inventários com 1 escravo, divisão por sexo e profissão (1880-1888)

	Serviço Doméstico	Jardineiro	Sapateiro
Homens	3	1	1
Mulheres	5	–	–

Fonte: AFMF – 1a Vara de Família, caixas de 1881 a 1888

Nos inventários urbanos levantados, os senhores que possuíam apenas 1 escravo os empregavam em sua maioria no serviço doméstico, com exceção de dois[158]. Chama a atenção o fato de que os senhores dos dois escravos com profissões especializadas possuíam licença na Câmara Municipal para colocá-los ao ganho[159]. No caso dos senhores que possuíam 2 escravos, chama a atenção o fato de todos os inventários possuírem um casal de escravos e todos serem do serviço doméstico, com exceção de duas cozinheiras e uma lavadeira. Não foi encontrada nenhuma licença para ganho em nome destes senhores, que leva a crer que os escravos eram utilizados apenas nos serviços da casa (entretanto o fato de que não existir a licença não quer dizer que estes cativos deixassem de realizar algum tipo de serviço na rua ou para terceiros). Como podemos ver pelo ofício abaixo, era muito comum aos senhores burlarem o fisco:

> "Circular para os Fiscaes das Freguezias. Secretaria da Câmara Municipal do Desterro 11 de setembro de 1873.
>
> Nota-se um grande decrescimento no número de contribuintes desta Câmara, urge que V. S. empregue os meios ao seu alcance para evitar o exercício de qualquer industria ou profissão das que pagão impostos por indevida não habilitação devendo para isto a apresentação do conhecimento que prove o pagamento do imposto respectivo usando as faculdades que pelo Código de Posturas são permitidas[160]".

[158] Os dois escravos com profissões especializadas são africanos – O sapateiro era um preto Mina de nome Guilherme e o jardineiro era um preto de 52 anos, de nação Congo chamado Antônio.
[159] APMF – Livro de Receitas e Despesas da Câmara – 1881 e 1882.
[160] APMF – Livro de Registro nº 189 "137 BC", 1869 - Registro Geral de Correspondência Diversas, nº 52.

O fato dos senhores não possuírem licença pode significar mais do que uma tentativa de sonegação fiscal. É provável que muitos destes cativos trabalhassem ou na casa do senhor ou alugados. Não havia necessidade de se pagar nenhum tipo de taxa para alugar o cativo[161]. A prática de se alugar escravos era muito comum e assim como o ganho, significava uma renda extra para o senhor. Os jornais estão repletos de anúncios de escravos para alugar. Em 1856 um senhor alugava sua escrava por 10$000 mensais, podendo ser ela empregada em qualquer tipo de serviço, menos como quitandeira.[162] Em 1883, Fernando Antonio D'Avila devia 128$000 a D. Faustina Fernandes, por 16 meses de aluguel do escravo Porfírio, de 22 anos[163]. O preço de um escravo como Porfírio variava entre 300$000 a 500$000, o que significa que se ele fosse alugado por 5 anos, pagava o investimento feito na sua compra. Se aceitarmos que um escravo trabalhasse aproximadamente 20 anos, sobram ainda 15 anos para o lucrar com os dos recursos gerados por seu cativo. Se muitas famílias mais abastadas possuíam escravos para realizar as tarefas diárias que não se concebia que um cidadão honrado fizesse, diversos outros proprietários tinham nos escravos uma considerável fonte de renda.

A quantia que um proprietário poderia lucrar dependia do ofício exercido pelo cativo[164]. O processo judicial aberto pelo Cel. José Feliciano Alves de Brito contra o pardo Manoel[165] em 1883 é sintomático neste sentido. Segundo consta nos autos, o Coronel realizou um acerto com a preta liberta Maria da Mina, supostamente tia de Manoel, pelo qual esta se

[161] A único imposto pago era a Taxa de Escravos, recolhida para o Tesouro Provincial, instituída pelo decreto imperial 5135 de novembro de 1872 e valia para todas os cativos, mesmo aqueles postos ao ganho.
[162] BPESC – Jornal "O Argos" – 16/05/1856, p. 04.
[163] AFMF – Arrecadação Fernando Antº D'Avila. 1ª Vara de Família, caixa 02, 1883.
[164] Na cidade de Salvador os escravos ao ganho caso fossem especializados geravam altas somas aos seus proprietários, ver, ANDRADE, M. J. de S. op. cit. 1988, p. 132-36.
[165] AFMF – Inventário Cel. José Feliciano Alves de Brito. 1ª Vara de Família. caixa 02. 1883 nº 199. Apesar da capa indicar se tratar de um inventário o processo é na verdade um pedido de Alves de Brito para que seja decretada a prisão de Manoel. Em diversos outros processos a indicação da capa não corresponde ao conteúdo do documento.

comprometia a pagar para ele 900$000 réis, no prazo de um ano, ficando seu sobrinho livre no momento da assinatura do acordo. Terminado o prazo ficou faltando à Maria pagar 407$000 réis, e no mesmo mês Manoel e seu advogado pedem para que seja depositada, em juízo, a quantia de 493$000 réis como pecúlio para compra de sua liberdade. Quantia essa, proveniente de uma doação que Manoel havia recebido de sua tia. O coronel Feliciano, entretanto não concordou com a manobra e afirmou que a liberta Maria Mina não tinha parentesco algum com Manoel, que os dois moravam juntos e estavam agindo de má fé para que Maria não pagasse os 407$000 que ficou a dever. O Coronel afirma que Manoel estava servindo e pagando jornais a Maria Mina, e que sendo robusto, se empregava no porto da cidade e conseguia facilmente, empregando-se no "serviço marítimo", a quantia de 40$000 a 100$000 mensais.

O caso de Manoel e Feliciano não é isolado; diversos processos de pecúlio e cartas de alforria demonstram que os cativos conseguiam juntar somas consideráveis para si mesmos. O escravo Norberto, de propriedade de Maria Francisca de Paula Braga, afirma que, com o consentimento de sua senhora economizou a quantia de 150$000 que desejava depositar em 1881 na Tesouraria da Fazenda como seu pecúlio para auxílio na libertação[166]. Em 1884 o pardo José, escravo de Alexandre Bernardo Coelho, pede para que seja depositado como seu pecúlio 150$000, quantia "que obteve por meio de suas economias". José residia na chácara de seu senhor em Canavieiras e em 1882 aparece na lista de pessoas autorizadas e vender gêneros no mercado da cidade[167], o que demonstra que também os escravos que exerciam atividades rurais conseguiam acumular pecúlio.

[166] Arquivo do Fórum Municipal de Florianópolis, 1ª Vara de Família: Cx.02 de 1881 nº 48.
[167] APMF – Livro de Receitas e despesas do mercado – 1882

Fica claro desta forma, que tanto no campo como na cidade os escravos conseguiam gerar recursos para si. Pesquisas feitas sobre o comércio realizado pelos cativos nos Estados Unidos e Caribe demonstram que uma parte considerável do dinheiro em circulação durante os séculos XVIII e XIX estava nas mãos dos escravos e dos libertos[168]. Na ilha de Santa Catarina talvez não tenha sido diferente, apesar não se poder afirmar que fosse na mesma proporção. Nos inventários de Carlos Ebel e Anacleto José Monteiro, ambos comerciantes falecidos em 1883 constam extensas listas das pessoas que ficaram a dever o pagamento de compras realizadas em suas lojas, entre elas alguns pretos e pretas como devedores, o que significa que eles tinham algum crédito na praça.[169]

As possibilidades que se apresentavam para os cativos conseguirem ganhar alguma soma em dinheiro estavam também diretamente ligadas aos tipos de atividades exercidas pelos mesmos, e a historiografia tem mostrado que, pelo menos, para o Brasil as cidades se mostravam mais favoráveis aos cativos[170]. Nas grandes propriedades, era comum que os senhores cedessem um pedaço de terras para que os escravos cultivassem em suas horas vagas. Na historiografia da escravidão esse sistema foi chamado de "brecha camponesa". Não temos indícios de que isso tivesse ocorrido nas propriedades da Ilha de Santa Catarina; muitas se resumiam apenas a uma pequena chácara com algumas roças de mandioca ou cana e a alimentação dos escravos talvez proviesse do mesmo cultivo que faziam para os senhores. Este fato, entretanto não impediu os escravos em pequenas propriedades de acumular pecúlio.

[168] No Caribe e Sul dos EUA, estima-se que aproximadamente 50% do capital em circulação se encontrava na mão dos escravos, ver MARSHALL, Woodville K. Provision Grounds and Plantations in four Windward Island: Competition for Resourses during slavery, p. 203-220; TOMICH, Dale. Une Petite Guinée: Provision Graound and plantation in Martinique, 1830-1848, p. 221-242 e CAMPBELL, John, As "A kind of Freeman"?: Slaves' Market-related Activities in the South Carolina Up country, 1800-1860, p.243-274. Todos em: BERLIN, Ira & MORGAN, Philip (org), op. cit. 1992.

[169] AFMF – 1ª Vara de Família caixa 03 e 02 de 1883. Foram encontradas nos dois inventários menções a 09 pretas e 10 pretos, não posso afirmar, entretanto que se tratavam de escravos, quase todos eles aparecem nos inventários com, por exemplo, preto Joaquim de Tal, com o documento não faz menção ao nome do senhor existe a possibilidade de que se tratassem de libertos.

[170] Ver neste sentido MATTOS, H. M. op. cit. 1998 e CHALHOUB, S. op. cit. 1990 cap 3.

Dos 26 pedidos de depósito de pecúlio feito por escravos na década de 1880, 6 são de escravos residentes em áreas rurais da Ilha, o que leva a crer que existia algum outro tipo de acordo entre estes cativos e seus senhores que possibilitava o acúmulo de pecúlio por parte do escravo[171]. Como já vimos anteriormente, existia a possibilidade de os cativos comercializarem produtos no mercado da cidade.

Possivelmente o sistema de ganho era o grande responsável pelo fato dos outros 09 processos de pecúlio (e possivelmente também os outros não identificados) serem de escravos residentes no centro da cidade[172]. O sistema de ganho, comum arranjo de trabalho de escravos em áreas urbanas, facilitava o acúmulo do pecúlio. Muitas vezes quando posto ao ganho o escravo tinha mais autonomia do que o trabalhador assalariado, pois o ganhador podia escolher onde trabalhar e em qual horário, contanto que no fim do período combinado (em geral uma semana) entregasse o jornal para seu senhor. Sabemos, é verdade, que muitos senhores estipulavam quantias bastante elevadas o que tornava a autonomia do ganho uma faca de dois gumes[173]. De qualquer forma, tanto em áreas rurais quanto em áreas urbanas um mesmo ponto se fazia presente: a negociação. Senhores e escravos tentavam tirar o maior

[171] ? AFMF – 1ª Vara de Família caixas de 1881-1888. O Processo de Pecúlio (nomenclatura da época) consiste em um pedido feito pelo escravo em nome de seu advogado ou procurador para que o Juizado de Órfãos e Ausentes mandasse depositar nos cofres públicos as economias do cativo com o fim de serem utilizadas posteriormente para obtenção de sua liberdade. Foram considerados como escravos residentes em áreas rurais aqueles em que o processo mencionava o lugar de residência ou que fazia a menção ao ofício de lavrador.

[172] Nos outros 11 processos não foi me foi possível ter certeza do local de residência do escravo ou sua profissão, mas acredito ser mais provável que estes cativos fosse de áreas urbanas. Poucos são os processos que mencionam esses dados, muitos dos processos são compostos por três ou quatros páginas. A primeira tinha o pedido do cativo para que fosse feito o depósito, a segunda continha a autorização do juiz, a terceira o recibo do depósito e uma quarta (quanto ocorria) com o pedido do senhor para sacar o dinheiro por ter libertado o escravo. Nos 10 processos em questão foi possível descobrir o ofício do cativo através da matrícula presente nos inventários, em cartas de alforria ou em processos do Fundo de Emancipação dos Escravos, criado pela Lei 2040 de 28/09/1871. As cartas de alforria são provenientes do Arquivo do primeiro e segundo Tabelionato de notas de Florianópolis e os demais processos do Arquivo do fórum Municipal de Florianópolis.

[173] SOARES, L. C. op. cit. 1988. Neste caso o sistema de ganho se assemelhava ao sistema de quotas adotado por senhores nas grandes propriedades, onde uma vez cumprida a quota de trabalho estipulada pelo proprietário o escravo poderia utilizar o restante do tempo para si. Algumas pesquisas mostram que como o ganho, em muitos casos a quota estipulada era tão alta que dificilmente sobrava algum tempo livre par ao cativo, BERLIN, Ira & MORGAN, Philip, op. cit. 1992 e SCHWARTZ, S. B. op. cit. 2001 e SCHWARTZ, S. B. op. cit. 1988.

proveito possível da situação, e mesmo que o poder de persuasão dos proprietários fosse bem maior, os dados apresentados até aqui indicam, assim como a historiografia sobre a temática tem demonstrado, que muitos cativos foram exímios negociadores[174]. Quer fosse no campo ou na cidade muitos cativos conseguiram encontrar maneiras de ampliar as pequenas brechas de autonomia que a própria ambiguidade do sistema criava.

Nesta tentativa eventualmente, um bom relacionamento com o senhor e o bom desempenho das funções exercidas podiam ser trunfos. Diversos senhores deixavam bens para seus escravos ou os libertavam em testamentos. Em 1882, por exemplo, Maria Augusta da Costa deixou em testamento sua escrava, a parda Elisa, livre e de posse da casa onde elas residiam, com a condição de acompanhar sua irmã, Feliciana Costa, até que esta se casasse[175]. Em diversas cartas de alforria os escravos eram libertados devido à boa relação que possuíam com os senhores. Em 1879, Afonso d´Albuquerque e Mello e D. Anna Maria da Costa Albuquerque libertaram a parda Joanna em: "atenção a amizade que nutrem pela parda e por a terem criado"[176]. Floriana Ignacia de Jesus foi ainda mais além ao justificar os motivos que a fizeram libertar, em 1879 a crioula Anna: "Declaro que de minha livre e espontânea vontade deixo e ficara livre e liberta de seu captiveiro por amor dos bons serviços que me tem sempre prestado com amor e zelo e caridade que tem sempre praticado[177]". Mais do que simples força de trabalho os escravos eram indivíduos que estavam inseridos em uma realidade social

[174] Ver CHALHOUB, S. op. cit. 1990, CHALHOUB, Sidney. Diálogos Políticos em Machado de Assis. IN: PEREIRA, Leonardo Affonso de M. & CHALHOUB, Sidney (org) **A História Contada**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p.95-122; CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis Historiador**. São Paulo: Cia das Letras, 2003. MENDONÇA, Joceli Maria N. **Entre a Mão e os Anéis**. Campinas: Editora da unicamp/CECULT, 1999.PENA, Eduardo Spiller, Escravos, libertos e imigrantes: fragmentos da transição em Curitiba na segunda metade do século XIX. In: **História: questões e debates**, Curitiba, 9(16), 1988 p. 83-103, XAVIER, Regina C. **A Conquista da Liberdade: Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX**. Campinas: CMU/Unicamp, 1996 e REIS, J. J. & Silva, E. op. cit. 1988.

[175] AFMF – Inventário Maria Augusta da Costa. 1ª Vara de Família caixa 03 de 1882, nº 159. Sobre o assunto ver também: PAIVA, Eduardo F. **Escravos e libertos na Minas Gerais do Século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos**. São Paulo: Annablume, 1995.

[176] APSTNF – Livro de Notas nº 45, 1879.

[177] APSTNF – Livro de Notas nº 47, 1879.

específica: a da escravidão, onde o fator trabalho estava sempre presente sendo, entretanto permeada por uma série de outras questões que não somente as econômicas. Algumas eram bastante cruéis, como os castigos físicos, outras eram mais práticas como as relações econômicas entre senhores e escravos e outras mais nobres e subjetivas como amizade e carinho. Os trabalhos de Berlin, Morgan e Schwartz, que nortearam nossa discussão até aqui percebem as duas primeiras como de maior peso. Não tenho como medir até que ponto as relações de caráter mais pessoal, entre senhores e cativos influenciaram o trabalho escravo no período, mas é certo que o deve ter feito de diversas maneiras.

As formas de acumulação por parte dos escravos podiam ser variadas. Muitos escravos, por exemplo, conseguiam juntar algum dinheiro através do comércio, que era autorizado em diversas áreas da cidade, mesmo antes da criação do Mercado, em 1850.

Quatro anos antes:

> "A Câmara Municipal desta cidade faz saber que por ofício do Ex. mo Sr. Presidente da Província datado de hoje lhe foi determinado que expedisse as ordens necessárias, manifestando-se que fica livre também a praia da Praça do Palácio para se poderem vender nela quaisquer gêneros do mesmo modo que em outro lugar[178]".

Diversos viajantes relataram que ao longo do século XIX um grande número de negros chegava de canoa na praça do mercado com intuito de vender hortifrutigranjeiros, lenha e pescados, e que havia também negros e negras de tabuleiro circulando pelas ruas da cidade[179].

[178] APMF – Registro de Correspondência, Ofícios da Câmara Municipal. 1843-1845, AH N° 94 (128 B.C).

[179] Os primeiros relatos a esse respeito são dados em 1822 e 1825 por SEIDLER e LESSON IN: ILHA DE SANTA CATARINA. op. cit. 1979 e CABRAL, O. op. cit. **Memória vol.II.** 1972, p. 286-90 e 302-3

Com relação aos processos de pecúlio, devemos considerar ainda outro ponto: Dentre os 26, em nenhum dos 9 referentes aos escravos residentes no centro da cidade foi encontrado qualquer indício que eles trabalhassem como ganhadores. Pelo contrário, 6 desses processos foram de escravas, matriculadas como sendo do serviço doméstico. O fato de serem criadas domésticas, entretanto não as impediu de acumular pecúlio[180]. Ainda que a origem deste pecúlio pudesse ser atribuída às estratégias familiares para alforria, as brechas do sistema não eram exclusividade de um ou outro arranjo de trabalho.

Fosse colocando os escravos ao ganho ou alugando-os, diversos senhores conseguiam juntar somas consideráveis às custas do trabalho escravo. Oswaldo Cabral relata, sem citar a fonte, que o viajante Langsdorf em 1803 afirmava que "um bom negro representava belo capital, vencendo juros elevadíssimos, embora criticasse a instituição dos negros de ganho que tanto rendiam aos indolentes senhores, parasitos do labor servil[181]". Como fazia Manoel José de Oliveira que possuía 3 escravas, sendo uma cozinheira, outra doceira e cozinheira e outra ainda do serviço doméstico. A doceira tinha licença para vender no mercado, a outra cozinheira estava alugada a Severo Francisco Pereira e a doméstica trabalhava na casa da família[182]. Alguns senhores, mais abastados, iam além e formavam verdadeiras "empresas escravas". Venceslau Martins da Costa, por exemplo, um dos maiores proprietários de escravos da Ilha na década de 1880, possuía 18 cativos, sendo 10 pedreiros, 4 cozinheiras e 4 lavadeiras. Venceslau era dono de diversas casas e terrenos nas ruas centrais da cidade, sendo que em seu inventário foram arrolados algumas casas "por acabar" e dívidas

[180] Em um dos processos a quantia foi obtida mediante uma doação feita pelos filhos e irmãos das cativas – AFMF – Pecúlio Joaquina e Lúcia.1ª Vara de Família, caixa 02. 1883, nº 290.
[181] CABRAL, O. R. op. cit. **Memória vol. II.** 1972, p.100.
[182] AFMF – Inventário Maria Amália da Fonseca Oliveira. 1ª Vara de Família, caixa 04. 1882 nº 49/102 e APMF – Livro de Receitas e despesas do mercado – 1882

com duas olarias da cidade. Venceslau parece ter possuído uma pequena construtora baseada no trabalho escravo. A especialização de seus escravos era um investimento que ele não estava disposto a perder: de seus 10 pedreiros 6 eram oficiais e 4 aprendizes. Diversas pessoas deviam a ele em decorrência de obras, feitas certamente por algum de seus dez pedreiros, que deveriam ser alimentados com o trabalho de suas quatro cozinheiras. Além disso Venceslau deveria lucrar uma boa quantia com suas lavadeiras[183].

Como vimos, parte da historiografia sobre o tema sugere que a predominância de cativos envolvidos em atividades domésticas e urbanas foi um dos motivos que fez com que a escravidão na Ilha fosse considerada "peculiar", uma vez que o emprego de escravos nessas atividades seria pouco lucrativo e desta forma a posse de cativos estaria mais ligada ao status social do que à real necessidade desta mão de obra. Levantei neste capítulo elementos para demonstrar que esta idéia a respeito da escravidão na Ilha de Santa Catarina não procede: primeiro porque o emprego de escravos em áreas rurais foi intenso e segundo porque os lucros auferidos por alguns senhores com o trabalho dos seus cativos na cidade indicam que a escravidão urbana e doméstica esteve longe de ser "antieconômica" como apontam alguns autores[184]. A necessidade de distinção social poderia até ter influenciado na decisão de comprar um escravo, mas não parece ter sido decisiva.

A utilização da mão de obra escrava, apesar de não ter sido imprescindível para as atividades produtivas da Ilha, não foi por isso, em momento algum, pouco importante ou pouco lucrativa. Ao contrário, continuava sendo lucrativa nas décadas de 1870 e 1880,

[183] AFMF – Inventário Venceslau Martins da Costa. 1ª Vara de Família caixas, caixa 03. 1882, nº 125.
[184] CARDOSO, F. H. op. cit. 2000, p. 39; HuBENER, L. M. op. cit, 1981 e CHEREM, Rosangela M. Uma Abordagem sobre as alforrias nos jornais de Desterro de 1884 a 1888. IN: **Revista Catarinense de História**. Nº1 Florianópolis, 1990, p.45-53.

quando o sistema estava em declínio. Tanto a escravidão era importante que a libertação dos escravos e a utilização da mão de obra dos libertos foram assuntos tratados com especial atenção pelos senhores locais, como veremos a seguir.

CAPÍTULO 3

OS LIBERTOS NA ILHA DE SANTA CATARINA

> "Slave labor could be analyzed in economic, social, and political terms, but free labor was often defined as simply the ending of coercion, not as a structure of labor control that needed to be analyzed in its own way[185]."

No ano de 1883, foi aberto no Juizado de Órfãos e Ausentes da cidade do Desterro, o inventário decorrente do falecimento do Doutor Joaquim Augusto do Livramento[186]. O processo é bastante extenso; o Doutor Livramento, bacharel em Direito, era figura ilustre no cenário político da capital. Exerceu uma série de cargos públicos durante as décadas de 1840 a 1870, foi deputado em quatro mandatos, presidente de Província em 1882, além de juiz Municipal e Promotor Público. Foi também o tabelião responsável pelo maior cartório da cidade além de proprietário do jornal "O Mercantil[187]". Ele possuía também uma série de ligações com comerciantes locais, o que podemos concluir da extensa lista de credores e devedores enumerados em seu inventário. Sua fortuna, porém, talvez não tenha sido acumulada graças à renda proveniente dos cargos públicos exercidos; Livramento era também um empresário, possuía uma firma de distribuição de água e de transportes; era sua uma das empresas que fazia a distribuição e remessas de mercadorias junto ao porto da cidade.

Tal empreendimento, que fez de Livramento um homem bastante rico, chama atenção nem tanto pelo seu volume de negócios, mas sim pelo seu quadro de funcionários. Nos autos de avaliação dos bens são arrolados dois trabalhadores: um escravo doméstico de

---

[185] HOLT, C. Thomas, SCOTT, Rebecca & COOPER, Frederick, **Beyond Slavery. Explorations of race, labor, and citizenship in postemancipation societies**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2000, p. 3.
[186] AFMF – 1ª Vara de Família, caixa 04 de 1883, nº 285.
[187] Ver, PIAZZA, Walter F., **Dicionário Político Catarinense**. Florianópolis, Alesc, 1985.

nome Antonio e também três anos e sete meses dos serviços da liberta Brígida, que era escrava de Antonio de Souza Cunha, e para conseguir sua liberdade contratou com Livramento sete anos de seus serviços em troca de 400$000 que usou como pagamento ao seu senhor[188]. A liberta trabalhava na casa onde morava Joaquim. Já Antonio trabalhava num terreno que possuía duas fontes d'água, juntamente com outros 4 trabalhadores, dos quais um era escravo, dois eram libertos e um último livre. Livramento utilizava esses trabalhadores na condução de suas 8 carroças de transportar água e uma outra carroça maior na qual eles transportavam aterros e faziam fretes. A certa altura nos autos, os quatro empregados da "empresa" (o escravo Antonio, os libertos Manoel e Joaquim e o trabalhador livre, o carroceiro francês Charles[189]), são listados como credores da quantia de 11$000 réis cada um, salário que Livramento ficou a lhes dever[190]. Na empresa de transporte e distribuição de água de Joaquim do Livramento conviviam lado a lado indivíduos escravos, libertos e livres. Apesar de pertencerem a categorias jurídicas absolutamente distintas uma das outras, realizavam o mesmo tipo trabalho, recebendo ao que tudo indica a mesma quantia pelo serviço prestado uma vez que o fato de ser escravo de Livramento não privou Antonio de receber pelos serviços prestados.

A documentação não revela muito com relação à organização do trabalho dentro da pequena empresa de Livramento, de forma que não tenho como afirmar, por exemplo, se o número de trabalhadores empregados era de apenas 4. O número de carroças que o empreendimento possuía indica que os trabalhadores talvez fossem mais numerosos. O

[188] APSTNF – Livro nº 47 de 1879, folhas 82.
[189] No inventário aparece o número da habilitação do trabalhador livre, que encontramos no Registro de cocheiros da câmara em 1881 com sendo pertencente ao francês Charles (sobrenome ilegível). APMF – 245 – Registro de títulos de cocheiros e condutores de veículos desta cidade – 1881.
[190] O documento não faz menção a quanto tempo de trabalho correspondia tal quantia, consta apenas o nome do credor, a valor da dívida em razão serviços prestados.

documento tampouco explicita o tipo de serviço que Brígida deveria prestar em troca de sua liberdade.

Das páginas de um único inventário é possível se perceber que os arranjos de trabalho nas últimas décadas da escravidão consistiam em bem mais do que o trabalho escravo. Dentro deste contexto, os libertos foram também um importante componente no mercado de trabalho na Ilha de Santa Catarina ao longo do século XIX.

Nos capítulos anteriores, ao discutir aspectos referentes ao trabalho escravo na Ilha de Santa Catarina, tentei demonstrar a importância e as diversas utilizações do trabalho escravo na região, principalmente com as mudanças na economia do país a partir de 1850. Em Santa Catarina, 1850 é uma data marcante pois é a data da fundação da colônia Blumenau, e 1851 da fundação de Joinville onde se desenvolveram prósperos núcleos de imigrantes alemães. Estas alterações impulsionaram a urbanização e a produção na província de Santa Catarina e em sua capital influenciando, consequentemente, as relações de trabalho. Tais alterações não foram sentidas somente por senhores e escravos, afetaram também os trabalhadores livres na Ilha. Apesar da reconhecida importância que os trabalhadores livres brancos tiveram para economia local, nos interessa aqui perceber de que forma os ex-escravos se inseriram neste contexto. Afinal, ao contrário do que temiam muitos proprietários de escravos na época (e o que afirmaram alguns historiadores contemporâneos), a conquista da liberdade não fez com que os ex-escravos "caíssem no ócio e na vagabundagem[191]", pelo contrário muitos seguiram trabalhando e sobrevivendo sob novos termos. Compreender como

[191] Os receios com relação ao emprego de ex-escravos na força de trabalho foi tema que preocupou sobretudo os grandes proprietários do Vale do Paraíba que não viam nos libertos mão de obra confiável. Neste sentido ver **CONGRESSO AGRÍCOLA,** Rio de Janeiro, 1878 (Ed. Fac. Similar) Anais. Introdução e notas de José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

se deu o acesso à liberdade, como estes libertos se inseriram no mercado de trabalho da Ilha de Santa Catarina e quais foram os termos desta inserção são as intenções deste capítulo.

3.1 – UMA NAÇÃO DE EX-ESCRAVOS

Os libertos correspondiam a mais da metade da população negra da Ilha em 1872, perfazendo um total de 3888 almas, contra 3435 escravos[192]. O maior número de libertos em relação aos cativos não foi um fenômeno restrito à Ilha, pelo contrário, pôde ser observado em quase todo o país ao longo do século XIX. O Brasil foi durante o século XIX a nação com o maior número de libertos dentre as sociedades escravistas das Américas. Segundo o censo de 1872, eles eram num total de 4,2 milhões, enquanto os escravos perfaziam 1,5 milhão[193]. Os dados do censo contabilizaram a população de libertos um ano após a promulgação da Lei 2040, que instituiu entre outras medidas, a libertação dos filhos das escravas mediante indenização aos senhores. A abolição efetiva do tráfico em 1850, com a aplicação da lei Eusébio de Queiroz, a impossibilidade legal de nascerem escravos após 1871, a constante insatisfação dos cativos com relação a sua condição servil, aliadas ao fortalecimento dos ideais abolicionistas começaram por imprimir no horizonte o fim do regime escravista no país. Nas décadas posteriores à Lei do Ventre Livre o número de escravos decaiu gradativamente, e aumentou numa razão diretamente proporcional o número de libertos. Desta forma, além das mudanças de cunho econômico, também aquelas que ocorreram no campo jurídico e político, ajudaram a imprimir características peculiares às últimas décadas da escravidão no país. O outrora estável sistema escravista brasileiro

[192] Censo de 1872, APUD: CARDOSO, F. H. op. cit. 2000, p. 123.
[193] KLEIN, Herbert S. & PAIVA, Clotilde A. "Libertos em uma economia escravista: Minas Gerais em 1831". In: **Estudos Econômicos**. São Paulo, V.27, nº.2, p.309-335, Maio-Agosto de 1997, p.310.

encontrava-se debilitado, trazendo consigo questionamentos a respeito de quais seriam as alternativas ao já iminente fim da escravidão.

A própria legislação escravista das décadas de 1870 e 1880 foi vista por boa parte da historiografia que versa sobre o tema da "transição" do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil, como uma tentativa de realizar um lento e gradual processo de abolição que teria tido como intenção ordenar, disciplinar e mesmo criar um "mercado de trabalho livre", num país que durante séculos conviveu com a utilização maciça de mão de obra cativa. Outro ponto importante que se observa nos autores que tratam da "transição" é a de que a utilização da mão de obra cativa teria inibido a formação de um mercado livre de trabalho, afirmação que não se mostra uma verdade absoluta se investigada mais de perto[194]. Localidades como a Ilha de Santa Catarina, por exemplo, onde a utilização de escravos não foi tão imprescindível como nas regiões agroexportadoras ajudam a complicar um pouco esta hipótese. Afinal, se aqui os trabalhadores escravos nunca foram maioria não passando nunca de 30% da população, existiram então necessariamente alternativas ao trabalho escravo. A historiografia que trata a respeito dos homens e mulheres livres que viveram sob o regime escravista, entretanto, insiste em afirmar que os libertos e os livres pobres viviam à margem de um sistema que independia deles para se manter funcionando[195]. Tal afirmação pode fazer até algum sentido se fizer referência ao período em que o tráfico atlântico não cessava de abastecer de africanos os mercados de escravos ao longo das cidades brasileiras. Todavia,

[194] Neste sentido ver: COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**, São Paulo: Liv. Ciências Humanas, 1982 (1966); PINHEIRO, Paulo S. (ed.). **Trabalho Escravo, Economia e Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984; Gebara, Ademir. **O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)**. São Paulo: Brasiliense, 1986; KOWARICK, L. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987; LAMOUNIER, Maria. L. **Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879**. Campinas: Papirus, 1988.

[195] Neste sentido ver CARVALHO FRANCO, Maria S. de, **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo, Kairós, 1983, FERNADES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ed. Dominus USP, 1965. ANDREWS, G. Reid, **Negros e Brancos em São Paulo**. Bauru/SP: Edusc, 1998. CARDOSO, F. H, & IANNI, O. **Cor e Mobilidade Social em Florianópolis**. SP: Cia Editora Nacional, 1960.

uma vez cessado o tráfico transatlântico, a importância dos trabalhadores livres tende a crescer substancialmente, principalmente no que se refere aos libertos, que estavam habituados às atividades necessárias ao funcionamento das cidades como também à produção de gêneros nos campos, uma vez que eram eles que as realizaram enquanto escravos.

Outro motivo pelo qual a historiografia da "transição" não consegue enxergar trabalho livre durante a vigência do regime escravista no país, está no fato destes autores trabalharem com a idéia de trabalho livre associada necessariamente a relações de assalariamento. Apesar de existirem uma série de trabalhadores assalariados este não foi, nem de longe, o único arranjo de trabalho que uma pessoa livre pudesse ter experimentado.

Haja vista o exemplo de Eva, que para se libertar em 1879, aos 21 anos, contraiu uma dívida de 800$000 com Crispim Rodrigues Pimentel[196]. No contrato de locação firmado entre eles, consta que Eva, que era costureira, deveria pagar a Crispim mensalmente durante 7 anos a quantia de 10$000 réis. Ao que tudo indica, a liberta não optou pelo assalariamento como forma de pagar suas dívidas. Ela aparece como credora das quantias de 12$000 e 9$000 réis em dois inventários, quantias que duas senhoras de Desterro ficaram a lhe dever pelos serviços de costura que realizou[197]. Assim como Maria, diversos outros libertos não tiveram, uma vez alcançada a liberdade, a experiência do assalariamento. Arranjos de trabalho autônomos e informais foram muito mais comuns ao longo do século XIX do que uma de venda da força de trabalho nos moldes capitalistas clássicos. A pesquisa sobre os libertos, apesar de pouco extensa vem também apontando nessa direção.

[196] APSTNF – Título de Liberdade. Livro n.º 47 – 1879. Folha 38 e verso.
[197] AFMF – Inventário de Maria Amália da Fonseca Oliveira. – nº 102 e caixa 01 de 1881 – Inventário de Custódio Antonio da Silva, nº 09.

Numa das primeiras obras a ter como ponto central de análise o quotidiano dos ex-escravos, Regina Xavier chama atenção para deficiência das pesquisas em torno dos libertos e esboça uma explicação: "Esta ausência relativa de pesquisa sobre libertos e suas experiências talvez se explique pela tendência da bibliografia de preocupar-se com aspectos mais gerais da abolição e privilegiar o estudo de grandes estruturas econômicas e sociais nesse período[198]". Publicada em 1996, a pesquisa de Xavier conviveu com uma historiografia onde muitas vezes as questões relativas à liberdade dos escravos faziam mais sentido se observadas enquanto um fenômeno estrutural da sociedade brasileira, ou seja, o interesse estava mais no processo político e econômico de abolição da escravatura do que na experiência vivenciada pelos ex-escravos no mundo dos livres. Entretanto, nem mesmo as mudanças teóricas e metodológicas, que fizeram com que os historiadores deixassem de ver a escravidão e seu final como um processo apenas político e administrativo, foram suficientes para colocar os libertos como foco importante nos estudos sobre a sociedade escravista. De lá para cá, poucas pesquisas têm se debruçado mais sistematicamente sobre as experiências quotidianas dos ex-escravos brasileiros.

Não que eles inexistissem na historiografia; uma série de obras faz menção direta aos libertos, principalmente aquelas em que as alforrias são a fonte documental privilegiada. Para o Rio de Janeiro, temos a análise de Mary Karasch, que ao pesquisar o quotidiano da escravidão na cidade reserva um capítulo às alforrias, e aos indivíduos que são por conta delas introduzidos na "vida precária de uma pessoa liberta[199]". Em sua análise, entretanto, a autora se atém muito mais ao processo que envolvia a conquista da liberdade e às características de

[198] XAVIER, Regina Célia Lima. **A conquista da liberdade. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX**. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996.
[199] KARASCH, Mary, op. cit. 1998, p. 439.

quem obtinha essa liberdade (sexo, cor, profissão, idade, etc) do que à investigação em torno da precariedade das condições de vida dos libertos.

Trabalhos como o acima citado, somado aos de Stuart Schwartz, Kátia Mattoso e Mieko Nishida a respeito das tendências das manumissões em Salvador, encontram pesquisa semelhante no Rio de Janeiro, realizada por Manolo Florentino, e no Rio Grande do Sul por Paulo Roberto Moreira. Para a cidade de Campinas e Vale do Paraíba, podemos observar os estudos de Peter Eisenberg e Robert Slenes[200]. Tais pesquisas permitem traçar um perfil dos libertos no país, através do levantamento de dados referentes ao sexo, nacionalidade, idade, cor e profissão dos alforriados a partir das cartas de alforria lavradas em cartório. A brevidade das cartas de alforria, com raras exceções, não nos possibilita vislumbrar as experiências dos libertos. Na maioria dos casos as cartas costumam ser bastante suscintas:

> "Lançamento do escripto de liberdade que abaixo se declara. Por esta por nós feita e assignada declaramos que somos senhores e possuidores de uma escrava de nome Rita, africana de nação Benguela de trinta e cinco annos de idade, que houvemos por herança de nosso pai, Dom Jacinto Vera, a qual nós de nossa livre vontade e sem constrangimento algum concedemo-lhe a liberdade, ficando de facto liberta de hoje para sempre afim de que possa gozar desde já de sua liberdade como se fora

[200] SLENES, R.W. **The Demography and economics of Brazilizn Slavery**. 1976, Tese (Ph.D História). Stanford University, SCHWARTZ, S. "A manumissão de escravos na Brasil colonial: Bahia, 1684-1745". In: **Anais de História,** n.º 6. 1974, p. 71-84; MATTOSO, K. "A propósito das cartas de alforria". In: **Anais de História**, n.º 4. 1973, p. 23-52; NISHIDA, Mieko, "As Alforrias e o papel da Etnia na Escravidão Urbana: Salvador, Brasil, 1808-1888". In: **Estudos Econômicos**. São Paulo, V.23, N.2, P.227-265, Maio-Agosto, 1993; FLORENTINO, Manolo, "Alforria e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa." In: **Topoi**, 2002, p. 9-40; MOREIRA, Paulo R. S. **Faces da liberdade, máscaras do cativeiro. Experiências de liberdade e escravidão percebidas através das cartas de alforria – Proto Alegre (1858-1888**). Porto Alegre: EU/Porto Alegre, 1996; MOREIRA, Paulo R. S. "Os Contratados: uma forma de escravidão disfarçada". In: **Estudos Ibero-americanos**, Porto Alegre, PUCRS, v.16, n.1 e 2, p. 1-34, jul. e dez, 1990; MOREIRA, Paulo R. S **Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano. Porto Algre – 185-1888.** Porto Alegre: EST Edições, 2003; EISENBERG, Peter, **Homens Esquecidos.** Campinas: Editora da Unicamp, 1989; EISENBERG, P. **op. cit.** 1989, p.301.

> de ventre livre que fé em virtude desta nossa carta sem ninguem jamais a possa chamar a escravidão por qualquer prestesto que seja pois que nós como Senhores que somos da dita Rita lhe concedemos a mesma liberdade sem clausula ou condição alguma e queremos que esta nossa carta lhe sirva prova e lhe seja proficua. E para firmeza e segurança assignamos o presente acto de nossa declaração e vontade na Cidade Desterro em vinte de fevereiro de mil oitocentos e setenta e dous"[201]

Dados como idade, sexo e nacionalidade, nos informa pouco a respeito do que teria feito Rita com a sua recém-adquirida liberdade assim, como também não é possível apreender muito sobre as motivações de seus senhores em libertá-la, uma vez que na maioria dos casos a própria grafia do documento é padrão, e seguia o estilo adotado pelo escrivão.

As pesquisas em torno das cartas de alforrias além de dar o perfil dos alforriados, procuram também compreender as políticas senhoriais de concessão de liberdade, diferenciando os diversos tipos de alforria: onerosa, condicional e gratuita. Apesar de não ser a fonte ideal para se apreender as experiências quotidianas da população liberta nos oitocentos, as alforrias são uma excelente porta de entrada, e uma pesquisa que se detenha em analisar o quotidiano de libertos deve necessariamente se debruçar sobre as maneiras pelas quais a liberdade se fez acessível aos cativos, mesmo porque em diversos casos, o único registro deixado por estes ex-escravos é a carta de alforria. Além disso, a maneira pela qual o cativo conseguiu sua liberdade pode oferecer preciosos indícios de como ela por ventura teria estruturado sua vida depois disso.

[201] APSTNF – Título de Liberdade, Livro n.º 16 – 1872. Folha 7

Conhecer a população de libertos que estava se integrando ao mercado de trabalho livre parece ser um bom começo para o tipo de análise a qual se propõe este capítulo. A partir de um levantamento realizado no primeiro e segundo tabelionato de notas de Desterro, pude levantar 418 cartas de alforria, referentes ao período de 1868 a 1888.[202] Para que tenhamos uma noção do perfil dos alforriados registrado ali, separei os libertos por sexo e posteriormente pela natureza da alforria (se onerosa ou gratuita). Dados como idade, cor, origem e profissão não são constantes, o que impede sua análise estatística. O sexo e a natureza da alforria (se condicional ou não) são os únicos dados que se fazem presente em todos os documentos. Pude perceber que o número de mulheres foi bastante superior ao número de homens: elas representam 61,8% do total de alforrias registradas em Desterro durante o período analisado.

Tabela 13 – **Número de alforrias segundo o sexo (1868-1888)**

	Nº de alforrias	**Porcentagem**
Homens	160	38.2%
Mulheres	258	61.8%
Total	418	100%

FONTE: Arquivo do Primeiro e Segundo Tabelionato de Notas de Florianópolis
Anos de 1868 a 1874, 1877 a 1879, 1882 a 1888

A presença maciça de mulheres entre os alforriados foi observada também em outros pontos do país. Em Campinas, por exemplo, Eisenberg ao tentar explicar esse fenômeno levanta a hipótese de que existia um esforço dos familiares no sentido de libertar as mulheres para evitar o nascimento de novos cativos, tal hipótese, entretanto, faz mais sentido no período anterior à Lei do Ventre Livre, onde se concentra a maior parte das mais de três mil

[202] A amostra possuiu algumas lacunas, foram analisadas os livros de notas dos anos de 1868 a 1874, 1877 a 1879, 1882 a 1888, seis alforrias são de escravos de outras regiões que foram registrados na Ilha. A pesquisa contou coma contribuição de Henrique Espada Lima Filho e Haroldo Silis Mendes da Silva que gentilmente me cederam parte da documentação por eles pesquisada no cartório Kotsias (1º e 2º Ofício de notas).

alforrias analisadas por Eisenberg. Minha amostra, em sua quase totalidade, é referente as décadas de 1870 e 1880, período em que não mais nasciam cativos. Mesmo não precisando beneficiar as gerações futuras com a liberdade da mãe, as mulheres continuam a ser maioria entre os alforriados, mesmo sendo minoria entre a população escrava. Outro ponto levantado pelo autor é que em muitos casos se tratavam de mulheres em avançada idade. A escassez de dados a esse respeito me impede de fazer análise semelhante. A predominância de mulheres foi percebida para Salvador por Nishida, Schwartz e Mattoso. Já em Porto Alegre, segundo Staudt Moreira o número de homens e mulheres quase se equivale. Em todas as pesquisas, os autores apontam para um maior número de alforrias nos meios urbanos em comparação com os rurais. A Ilha de Santa Catarina, ao que tudo indica, também seguiu esta tendência, apesar de ser difícil se afirmar com certeza, uma vez que poucas são as alforrias em que aparece a ocupação ou localização do ex-escravo. Muitas delas, entretanto, fazem menção a serviços que deveriam ser prestados pelo cativo como condição para obtenção da liberdade, e neste caso, a esmagadora maioria menciona a prestação de serviços urbanos e domésticos. –

Além das alforrias, uma série de autores utilizou outras fontes com forma de melhor compreender o quotidiano dos libertos. Para Minas Gerais temos a pesquisa de Eduardo França Paiva sobre estratégias de sobrevivência e de liberdade de escravos libertos no século XVIII, tendo os testamentos como fonte principal. Ainda para Minas podemos observar uma série de estudos demográficos, que fazem um levantamento da presença e importância econômica da população liberta, onde se destacam as pesquisas de Herbert Klein e Douglas Libby[203]. No Nordeste se destacam os trabalhos clássicos de Pierre Verger, que acompanha

[203] LIBBY, D. C. op. cit. 1988 e LIBBY, Douglas C. & GRIMALDI, Márcia. "Equilíbrio e estabilidade: economia e comportamento demográfico num regime escravista. Minas Gerais no século XIX". In: **Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais** (ABEP), Olinda, v.3. 1988, p. 413-442; KLEIN, H & PAIVA, C, op. cit. 1997; KLEIN, H. S. **A Escravidão Africana: América Latina e Caribe.** São Paulo: Brasiliense, 1990. KLEIN, H. S. "Os homens livres na sociedade escravista brasileira." IN: **Dados**, V. 17,.1978, p. 3-27 e PAIVA, E. F. **Escravos e libertos na Minas Gerais do**

trajetórias de ex-escravos na Bahia e os estudo de Maria Inês Oliveira que mapeia e analisa a população de libertos em Salvador, lançando mão para isso de uma série documental bastante variada, que vai de registros civis, a jornais e processos criminais[204]. Os processos-crime e a documentação de polícia foram também utilizados por Maria Cristina Wissenbach para reconstituir a vida de escravos e forros em São Paulo.[205]

De uma maneira geral, os autores citados chamam a atenção para o número elevado de libertos nos quadros gerais da população e sua importância socioeconômica, quer como mão de obra, quer como população a ser controlada. Apesar da evidente contribuição de tais trabalhos, como bem observou Eisenberg, a análise das alforrias como porta de entrada para o mundo dos libertos possui suas limitações, em geral pela própria natureza da fonte e da análise que ela possibilita, "omite-se uma problemática importante: que visão tinha o escravo sobre a alforria? (...) qual foi a sua apreciação do valor de sua nova condição legal, em comparação com a escravidão que deixou para trás e, por outro lado, com a liberdade das "pessoas de ventre livre nascidas?[206]".

A escassez de dados acerca dos libertos, aliada à dificuldade em se definir quem eram os ex-escravos na documentação são colocados como os maiores empecilhos para que tenhamos uma visão mais apurada a respeito das experiências dessa população. Regina Xavier em sua pesquisa a respeito dos libertos em Campinas encontrou solução engenhosa para o impasse da rarefação do material: acompanhou estes homens e mulheres por entre os mais

Século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1995.

[204] OLIVEIRA, Maria I. C. **O Liberto, o seu mundo e os outros – 1790-1890**. Bahia: Corrupio, 1988; VERGER, Pierre. **Os Libertos: sete caminhos na liberdade de escravos na Bahia no século XIX**. São Paulo: Corrupio, 1992.

[205] WISSENBACH, M. C. C. op. cit. 1998.

[206] EISEMBREG, Peter. "Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX". In: **Revista Estudos** Econômicos, 17. Maio/agosto, 1987. P. 175-216.

variados tipos de fontes, desde o período em que ainda eram cativos[207]. Ao utilizar esta estratégia de acompanhar trajetórias de vida de forma microscópica, a autora demonstrou que o mundo dos libertos era extremamente multifacetado, e que suas percepções a respeito de "liberdade" e "trabalho livre" possuíam múltiplos significados e sentidos, construídos a partir de suas experiências tanto no mundo dos livres como no mundo dos escravos. Além disto, a autora chama a atenção para outro ponto bastante pertinente: uma investigação a respeito dos libertos deve necessariamente inseri-los no restante da sociedade, afinal eles não se encontravam isolados em guetos, pelo contrário, viveram em constante interação com o restante da população, tanto livre como escrava.

O termo "liberto" que parecia em principio uma definição genérica, se mostrou extremamente multifacetado uma vez reduzida a escala de análise. Xavier demonstra, ao acompanhar trajetórias individuais de escravos e libertos, que a definição de escravidão e liberdade não era normativa, mas construída e reafirmada quotidianamente.

> "Quais eram os parâmetros que definiam a liberdade? Ao nos dedicarmos às múltiplas formas de sua obtenção, pudemos perceber o quanto a condição dos libertos encerrava percepções e experiências variadas. Afinal, que direitos eles conquistaram além de sua liberdade? Com certeza não foram garantidos pela alforria ou pela abolição, mas deveriam ser conquistados cotidianamente ou em conflitos abertos que envolviam sua próprias percepções e desejos em oposição aos valores senhoriais[208]".

[207] XAVIER, R. C. L. op. cit. 1996.
[208] Idem, p.154

Assim como o observado por Xavier em Campinas, os libertos na Ilha de Santa Catarina eram também um grupo social bastante heterogêneo, além de formarem uma numerosa e decisiva força de trabalho. Se levarmos em consideração que o número de libertos superou o de escravos, já no início da década de 1870, a importância destes enquanto mão de obra na Ilha cresce consideravelmente. Como se pode perceber pela análise feita no capítulo anterior com relação à posse de cativos e com base nos inventários da década de 1880, havia um número muito elevado de famílias relativamente abastadas que não possuíam escravos. Tomemos como exemplo o inventário de Dona Anna Francisca da Costa e Silva, falecida em 1883[209], que teve seus bens (casas, jóias e apólices) avaliados em 58:000$000 réis. Dona Anna antes de falecer morava em um sobrado de 5 portas e 5 janelas juntamente com sua irmã e elas não possuíam nenhum escravo. Sabemos que no século XIX as elites buscavam afirmar sua diferenciação frente às camadas pobres da sociedade justamente por sua recusa na realização de trabalhos braçais, tidos como atividade inferior[210]. Dentro deste contexto, fica difícil imaginar que duas senhoras que possuíam a fortuna arrolada no inventário de Dona Anna realizassem os serviços de limpeza e manutenção de uma casa. Pois sabemos, através do testamento deixado por Dona Anna, que quatro libertos trabalhavam em sua residência[211]. Eram eles: Benedicta, Eva, Luiza e Felisberto, ex-escravos de Dona Anna. Segundo consta no inventário, os libertos são considerados herdeiros do espólio, juntamente com familiares da falecida, em consideração aos bons serviços e companhia que faziam a sua ex-senhora. Assim como Dona Anna, inúmeros membros da elite local já não possuíam escravos em fins do

[209] AFMF – Inventário D. Anna Fca. Da Costa e Silva. 1ª Vara de Família, caixa nº 1. 1883, nº 243.
[210] GRAHAM, S. L. op. cit. 1992 e SOARES, L. C. op. cit. 1988.
[211] O testamento se encontra anexado ao inventário. AFMF – Caixa nº 1 – 1883, Inventário D. Anna Fca. da Costa e Silva, nº 243.

século XIX, mas ao que tudo indica contavam com o trabalho dos libertos, seus ex-escravos ou contratados

Levando em consideração os dados referentes a 1866 e 1872, iremos perceber que a população de libertos na Ilha era bastante grande, e apresentou uma forte tendência de aumento ao longo das décadas de 1870 e 1880.

Tabela 14 - Distribuição da população de escravos e libertos na Ilha de Santa Catarina (1866).

Freguesias	Livres %	Libertos %	Escravos %	Total
Desterro	5221 (71,1%)	850 (11,6%)	1263 (17,2%)	7334
Lagoa	2546 (79,4%)	183 (5,7%)	479 (15,9%)	3208
Santo Antônio	2272 (79,6%)	188 (6,6%)	394 (13,8%)	2854
Ribeirão da Ilha	2193 (77,7%)	110 (3,9%)	519 (18,8%)	2822
Rio Vermelho	1415 (79,3%)	129 (7,2%)	241 (13,5%)	1785
Canasvieiras	2318 (85,2%)	80 (2,9%)	323 (11,8%)	2721
Trindade	1726 (84,6%)	117 (5,7%)	197 (9,6%)	2040
Total	17691 (77,7%)	1657 (7,3%)	3416 (15,0%)	22674 (100%)

Fonte: Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina na sua sessão ordinaria pelo presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda no anno de 1867. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1867.

Tabela 15 – População da Ilha de Santa Catarina, por condição social (1872)[212].

Localidade	Livres %	Escravos %	Libertos %	Total
Ilha de Santa Catarina	18988 (72,2%)	3435 (13,0%)	3888 (14,8%)	26311 (100%)

Fonte: CARDOSO, F.H**., op cit**, 2000 p. 121-136.

Pelos dados do censo de 1872, há um grande aumento no número de libertos em relação a 1866. Entretanto, o número de cativos permanece estável. Se considerarmos os dados confiáveis, podemos especular duas possibilidades para esse fenômeno: ou estavam

[212] Os números apresentados foram calculados com base nos dados populacionais apresentados no capítulo I, os dados relacionados pelo autor apresentavam algumas variações para o mesmo período (1872), de forma que os números que apresentei aqui levam am conta os maiores valores apresentados por Cardoso.

entrando escravos e na mesma proporção se alforriando, ou libertos de outras regiões do país estavam migrando para a Ilha de Santa Catarina.

Infelizmente, os dados estatísticos para a década de 1880 são escassos. Fontes da campanha abolicionista apontam para um substancial aumento no número de libertos. Segundo o jornal "O Abolicionista" 1.139 libertaram-se a diferentes títulos em 1884 na Ilha. Os números levantados em minha amostra são bem inferiores aos dados do Abolicionista: entre os anos de 1884 a 1888, 93 escravos se alforriaram na Ilha. Mas de qualquer maneira houve um aumento significativo nas alforrias ao longo das duas últimas décadas da escravidão na Ilha. Os registros de cartas de alforria no 1º e 2º ofícios de notas em Desterro subiram de uma média de 22 por ano no fim da década de 1860 para 60 por ano no início de 1880[213].

As manumissões foram as principais responsáveis pela diminuição da população escrava na região. Um dos fatores que ajudam a explicar o crescimento das alforrias está ligado ao recrudescimento da propaganda abolicionista a partir principalmente da década de 1880. Segundo Walter Piazza, "1880 marca uma nova etapa no processo abolicionista em terras catarinenses[214]". Tânia Melo, em sua pesquisa a respeito da campanha abolicionista em Desterro, tendo como fonte principalmente os periódicos locais, confirma a suposição de Piazza ao demonstrar que: "Os jornais locais, ao tratarem da questão da escravidão no período entre os anos de 1859 até 1880, não falavam da escravidão em Desterro e sim ocupavam-se em discutir os problemas de mão de obra das outras áreas do Brasil (...) fazendo muitas transcrições de debates e críticas, principalmente dos jornais do Rio de Janeiro (...)[215]".

[213] APSTNF – Livros de 1866 a 1888.
[214] PIAZZA, W. F. op. cit. 1975, p. 165.
[215] MELO, Tânia M. B. de, **A Campanha Abolicionista em Nossa Senhora do Desterro**. 1986, (TCC). UFSC, Florianópolis, p. 22.

Piazza e Melo levantam uma série de informações a respeito dos jornais abolicionistas afirmando ter sido a imprensa pró-abolição em Desterro uma das grandes responsáveis pelo sucesso do movimento no Estado. "Em Santa Catarina, como em todo o Brasil, a imprensa exerceu a sua influência no evoluir da propaganda abolicionista[216]".

Ao analisar as alforrias através de jornais em Desterro na segunda metade do XIX, Rosângela Cherem concluiu que a utilização das manumissões como propaganda pró-abolição foi constante[217]. As notícias levantadas pela autora mostram que as alforrias eram vistas na imprensa como um ato louvável e progressista dos cidadãos de Desterro que não poupavam esforços para que toda a sociedade logo se visse livre desta "vergonhosa mancha ou nódula" que era a escravidão. As alforrias ganharam bastante visibilidade e foram ponto chave para consolidação dos ideais abolicionistas na cidade. Ao analisar o papel da imprensa na campanha abolicionista, Cherem afirma que: "Procurando evidenciar um consenso em torno da importância da abolição, verifica-se (...) que em todo o país a escravidão está a se extinguir. Ao mesmo tempo em que prestigiam os libertadores, pressiona-se para que outros sigam o mesmo exemplo[218]".

Interessada também em analisar os fatores econômicos que teriam levado a um substancial aumento das alforrias entre 1884 e 1888, Cherem chega à conclusão que: "Para uma economia pouco desenvolvida, cuja escravidão é predominantemente doméstica, livrar-se do escravo pode significar um bom negócio, visto que seu papel não é tão fundamental. Em outras palavras, o senhor desterrense poderia perfeitamente viver sem o escravo, sobretudo se recebesse um valor em dinheiro por isto, além de propaganda em seu benefício[219]".

[216] PIAZZA, W. op. cit. 1975, p. 166.
[217] CHEREM, Rosangela M. op. cit. 1990, p. 45-53.
[218] Idem ibdem.
[219] Idem, p 50.

Não acho que isto tenha sido verdade, afinal nem a escravidão foi predominantemente doméstica e tampouco ter um escravo na cidade foi algo pouco lucrativo. Um estudo mais detalhado das alforrias mostrou que o número de alforrias condicionais foi muito elevado. Ou seja, Desterro tinha diversos ex-senhores muito mais interessados em manter o trabalho de seus ex-escravos do que em se livrar deles. Não é por acaso que ao analisarmos uma nota do jornal O Abolicionista em 1884, constatamos que dos vinte e um escravos libertados na capital catarinense em 28 de setembro do mesmo ano apenas seis foram sem nenhum ônus. O restante foi libertado mediante o pagamento de consideráveis quantias a titulo de indenização[220]. O grande número de cativos pagando por sua liberdade indica, ao contrário, uma economia "escrava" bastante ativa na Ilha, até bem tarde.

Deixando Desterro em direção ao interior da Ilha poderemos perceber que diversos escravos ao se libertarem se tornaram pequenos produtores rurais. Apesar de não ter encontrado nenhum inventário pertencente a um liberto no interior da Ilha, pude observar que inúmeros outros inventários ao especificarem as fronteiras de suas terras mencionam que o terreno fazia fronteira com a propriedade de um preto ou de uma preta. A freguesia de Ribeirão da Ilha foi a que apresentou o maior número de libertos que foram pequenos produtores rurais. Tal fenômeno foi também observado para a Freguesia da Lagoa[221].

A importância da mão de obra liberta para cidade fica ainda mais evidente se olharmos para as maneiras pelas quais os escravos obtiveram a liberdade. Para isso optei por dividir as alforrias em duas categorias mais amplas: as condicionais e as incondicionais.

[220] BPESC - O Abolicionista, nº 2, 05/10/1884.
[221] FARIAS, Joice, **A Lagoa da Conceição também é dos pretos! Experiências dos grupos populares no Leste da ilha de Santa Catarina (1870-1880)** 2003, Dissertação (Mestrado em História). Niterói, UFF, p. 87.

Como a nomenclatura já indica, as primeiras impõem uma condição à liberdade e as segundas libertam sem ônus algum.

Tabela 16 – **Alforrias segundo a condição e sexo (1868-1888)**

	Incondicionais	Condicionais	Total
Homens	18 (11,2%)	142 (88,8%)	160 (38,2%)
Mulheres	43 (16,6%)	215 (83,3%)	258 (61,8%)
Total	61	357	418 (100%)

FONTE: Arquivo do Primeiro Tabelionato de Notas de Florianópolis – 1868 a 1874, 1877 a 1879, 1882 a 1888

As alforrias condicionais, amplamente majoritárias, foram por sua vez subdivididas em dois grupos: no primeiro, o cativo pagou por sua liberdade e no segundo o senhor libertou mediante a condição da prestação de mais algum tempo de serviço, a ele ou a outra pessoa por ele indicada.

Tabela 17 - Alforrias condicionais por pagamento e tempo de serviço (1868-1888)

	Pagamento %	Tempo de Serviço %	Total
Homens	114 (80,2%)	28 (19,7%)	142
Mulheres	164 (76,3%)	51 (23,7%)	215
Total	278	79	357

FONTE: Arquivo do Primeiro Tabelionato de Notas de Florianópolis – 1868 a 1874, 1877 a 1879, 1882 a 1888

Neste ponto, a Ilha de Santa Catarina foi bastante distinta das outras regiões do país onde foram realizados estudos semelhantes. Com exceção de Porto Alegre, as regiões de Campinas, Salvador e Rio de Janeiro apresentaram um número mais elevado de alforrias incondicionais. Porto Alegre foi o único lugar em que percentuais de alforrias condicionais foram semelhantes aos da Ilha. Na capital gaúcha 81% das alforrias foram mediante algum tipo de condição.[222].

[222] MOREIRA, P. R. S. op. cit. p.187.

A maior presença de alforrias condicionais, entretanto não foi constante ao longo da segunda metade do XIX. Ao analisar as manumissões na Ilha de Santa Catarina entre 1850 e 1870, Ana Paula Wagner, observou que 47,5% delas foram condicionais[223]. Entretanto, vale dizer que o número de alforrias aumentou entre as décadas de 1870 e 1880 com relação ao período observado por Wagner, e que a porcentagem de alforrias condicionais foi também amplamente superior ao período anterior a 1870.

O interesse dos senhores locais em manter a mão de obra dos ex-escravos foi evidente. Ao libertarem condicionalmente seus cativos eles colocaram fim a condição jurídica imposta pelo regime escravista, e deram início a uma série de outros arranjos de trabalho que mudariam significativamente o panorama das relações de trabalho ao longo das últimas duas décadas do regime escravista na Ilha.

3.2 – A LIBERDADE SOB CONTRATO

Muitas das alforrias nos dão informações valiosas a respeito das expectativas senhoriais em torno da liberdade e do trabalho que se esperava dos ex-escravos:

> "Declaro eu João Moreira da Silva, abaixo assignado que com as condições ao diante esplicadadas em diferentes paragraphos dou e concedo a minha preta Maria, Nação Congo, a liberdade como se de ventre livre houvesse nascido em atenção aos bons serviços que me tem prestados e mais quatro crias que me deu. Principiara a gozar da liberdade que lhe dou depois da minha morte. Segundo que acompanhara a minha irmã D. Emilia Moreira da Silva, em tudo como ao prezente o tem feito e isto durante a sua vida. Terceiro se deixo a minha dita escrava este onus de serviço como até aqui a minha irmã, é em atenção a falta que a preta lhe fazia e também considerando que sendo a escrava uma preta recolhida, que não sahe a rua, ver-se derepente neste mundo hoje inteiramente corupto seria-lhe em lugar de benefício um grande mal, e que cedo acabaria na caza de Caridade como acontece a quase todos os escravos que os senhores

[223] WAGNER, A. P. op. cit. 2002, p. 56.

> forrão nesta cidade pela experiencia o haver mostrado. E para constar a todo o tempo mandei passar este meu expontaneo acto de Carta de Liberdade que de meu punho assigno. E rogo que as Justiças deste Imperio lhe deêm inteiro vigor, proteção e auxílio, cidade do Desterro vinte e sete de julho de mil oitocentos e setenta e dous[224]"

Maria obteve sua liberdade em reconhecimento dos bons serviços que prestou, e dos bons dividendos que certamente deu a seu senhor, através dos 4 filhos que ela teve. Porém a liberdade veio com uma série de restrições. Tudo leva a crer, que muito mais do que uma legítima preocupação de João Moreira para com sua escrava, não que esta inexistisse, sua principal intenção era manter Maria sob sua tutela e prestando-lhe serviços por mais alguns anos. Segundo sua lógica, a liberta deveria continuar a servi-lo, não por obrigação, mas sim por agradecimento, afinal se não fosse por ele Maria fatalmente acabaria na "caza de Caridade como acontece a quase todos os escravos que os senhores forrão nesta cidade pela experiência o haver mostrado". Não sei até que ponto esta última informação a respeito do Hospital de Caridade é verdadeira. Oswaldo Cabral comenta a respeito da prática de se recolher mendigos e indigentes ao Hospital de Caridade, mas não apresenta, entretanto, nenhum dado a respeito do número de pessoas lá recolhidas. Tampouco se havia libertos entre os mendigos[225]. Isto, todavia não invalida a constatação de que certas imagens povoavam a cabeça dos senhores sobre a passagem da escravidão para a liberdade.

A carta de alforria envolvendo João Moreira e a africana Maria é singular, pois poucas são as manumissões em que os senhores deixam tão claros seus temores e expectativas em relação à liberdade dos cativos. Diversos outros cidadãos da Ilha não se mostraram tão apreensivos quanto à capacidade dos libertos de transitarem e produzirem recursos neste mundo tão "corrupto" das últimas décadas da escravidão. Nem deveriam, uma vez que como

[224] APSTNF – Título de Liberdade, Livro n.º 16 – 1873. Folha 21. Fls 30.
[225] CABRAL, O. op. cit. **Memória vol. 2**, 1972, p. 145.

vimos, os números de cativos que pagou por sua alforria foi bem elevado, provando com isso que eles tinham grande capacidade de acumulação, o que põe em cheque o suposto despreparo para a vida em liberdade. Em alguns casos, os escravos conseguiam levantar somas bastante elevadas, mesmo tendo sua capacidade de acumulação reduzida pela condição cativa. Foi o que ocorreu com o preto Mina Fortunato, que pagou em 1873 a soma de 1:000$000 réis ao seu senhor Boaventura da Silva Vinhas, por sua liberdade[226]. Além de Fortunato, diversos outros escravos pagaram em dinheiro por sua libertação, como vimos 66,5% das alforrias foram pagas.

Em alguns casos, os cativos que não conseguiam acumular quantia suficiente para se libertar e convenciam ou eram convencidos a realizar um empréstimo em troca da prestação de seus serviços ou o pagamento de uma quantia mensal para o credor. Dentre as alforrias em que os cativos pagaram por suas liberdades 72,3% foram feitas mediante a realização de um contrato de locação de serviços.

Tabela 18 – Contratação de serviços segundo o sexo (1868-1888)

	Total de alforrias pagas	**Alforrias pagas sem contrato**	**Alforrias pagas com Contrato**
Homens	114	35 (31%)	79 (69%)
Mulheres	164	42 (25%)	122 (75%)

FONTE: Arquivo do Primeiro Tabelionato de Notas de Florianópolis – 1868 a 1874, 1877 a 1879, 1882 a 1888.

Diversos cativos na Ilha de Santa Catarina utilizaram contratos de locação de serviço lavrados em cartório como forma de obter sua liberdade. Estes contratos, de uma maneira geral, se davam da seguinte forma: uma vez estipulado entre senhor e escravo o preço da

[226] APSTNF – Título de Liberdade, Livro n.º 16 – 1873. Folha 21. Fls 81

indenização a ser paga pela alforria o cativo realizava um empréstimo desse valor (ou parte dele) com um terceiro em troca da prestação de serviços ou pagamento de jornais. Num exemplo de 1878:

> "Saibão quantos este publico instrumento de escriptura de contrato de locação de serviços serviu que no Anno de Nascimento do Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e oitenta e seis, aos vinte um dias do mês de agosto do dito anno, nesta cidade de Desterro em meu cartorio comparecerão os outorgantes deste instrumento d'uma parte como locador o pardo liberto José, e de outra como locatário Francisco Duarte Silva, domiciliados nesta cidade reconhecidos pelos próprios de que dou fé e das suas testemunhas presentes abaixo assignados, em presença dos quais pelo locador me foi dito e declarado que para obter sua plena liberdade, tinha tomado por empréstimo da mão do locatario a quantia de tresentos mil reis, (300$000), que lhe emprestou em moeda corrente deste Império, os quaes se obriga a pagar com seus bons serviços pelo tempo de sete annos a contar da presente data, fasendo todo o serviço que lhe for ordenado pelo locatario e sua familia, obedecendo-o e respeitando-o como se escravo fosse, bem como obriga-se a acompanhar o locatario e sua familia para a qualquer lugar que tenha d'ir[227]".

A prática de o escravo adquirir sua liberdade mediante a realização de contrato com terceiros foi bastante comum ao longo do século XIX. Entretanto, ela só foi regulamentada por lei em 1871[228]. A Lei do Ventre Livre estipulou que os contratos deveriam ser feitos com o consentimento do senhor e que o prazo contratado não poderia extrapolar os sete anos de serviço[229].

Os contratos de locação foram a saída para a liberdade de quase metade daqueles que se alforriaram na Ilha de Santa Catarina nas últimas décadas da escravidão. No total de cartas de alforrias analisadas (418), 48% delas (201) envolveram pagamento cujo valor foi levantado

[227] APSTNF – Escritura de Locação de Serviços Livro n.º 50 – 1886/fls. 28v e 29.
[228] CUNHA, Manuela Carneiro da. "Sobre os silêncios da lei. Lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX". In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade**. São Paulo: Brasiliense/Edusp, 1986, p. 138.
[229] SENADO FEDERAL. **A Abolição no Parlamento: 65 anos de luta, 1823–1888.** Brasília: Subsecretária de Arquivo, 1988, p 488.

por contrato de prestação de serviços. Como muitas das alforrias foram obtidas mediante quantias pagas pelo Fundo de Emancipação dos Escravos, criado pela Lei do Ventre Livre, a relevância dos contratos de locação como meio de obtenção da liberdade fica ainda mais evidente, uma vez que o número de cativos que efetivamente pagaram por sua manumissão fica ainda mais reduzido. Os contratos de locação de serviço parecem ter sido a alternativa mais viável para os escravos obterem a liberdade.

Por parte dos senhores, eles se mostraram uma alternativa interessante no sentido de manter a mão de obra dos ex-escravos uma vez rompida a condição servil. E em alguns casos se mostraram, também, extremamente lucrativos. A grande maioria dos contratos com terceiros estipulava um tempo de serviço fixo a ser prestado pelo liberto em troca do empréstimo para compra de sua liberdade junto a seu senhor. Em outros, entretanto, o liberto se comprometia a pagar quantias fixas de dinheiro por determinado prazo de tempo. Neste último caso, o valor final pago pelos libertos podia vir a ser muitas vezes superior ao valor do empréstimo original. Foi assim o ocorrido com o crioulo liberto Antonio Narciso de Oliveira, um carpinteiro que em 1879 emprestou de Gregório do Amaral a quantia de 650$000 réis para pagar por sua liberdade. Segundo consta do contrato, Antonio deveria pagar "todos os meses sem interrupção a quantia de 20$000, sem que o credor tenha obrigação de lhe dar roupa, comida, mas sim tratar de suas enfermidades uma vez que elas não excedam 15 dias, caso exceda devera esse excesso ser por conta do devedor[230]". Se fizermos os cálculos perceberemos que Antonio ao final do contrato pagou 1:680$000 réis, ou seja, mais que o dobro do valor do empréstimo.

[230] APSTNF – Escritura de locação de serviços. Livro nº 45, 1879, fl. 15.

À primeira vista temos a impressão que o liberto Antonio fez um péssimo negócio. Entretanto, a discrepância entre o valor emprestado e o valor final pago pelo liberto pode muito bem ter sido compensada pela autonomia adquirida por Antonio, que para pagar por sua liberdade poderia se empregar no que bem entendesse e trabalhar da maneira que julgasse mais conveniente, poderia enfim, "viver sobre si". Este não foi um caso isolado: 11% dos contratos eram semelhantes ao de Antonio, envolvendo pagamento. Chama a atenção o fato de que na maioria desses casos os libertos enquanto escravos, trabalhavam em ofícios especializados, o que por um lado encarecia seus preços, mas, sem dúvida, aumentava seus níveis de acumulação possibilitando a eles firmarem contratos que lhes dessem maior autonomia.

Na maioria das vezes em que o serviço prestado vinha descrito como "doméstico" o liberto deixa claro que os gastos com alimentação, moradia e roupas deveriam ser arcados pelo credor. Foi o ocorrido com a parda liberta Francisca, que em 1874 contratou 7 anos de seus serviços domésticos em troca de 600$000, quantia com a qual se libertou. Segundo o contrato, Francisca deveria prestar os serviços "sem que para isso seja obrigada ou constrangida judicialmente", respeitando e servindo ao credor e sua família, este por sua vez deveria dar-lhe "vestuário para o serviço doméstico, trata-la em suas enfermidades e dar-lhe o necessário sustento e trata-la como pessoa de sua família[231]". Segundo Henrique Espada, a incerteza com relação à condição liberta foi possivelmente um dos fatores que levaram inúmeros escravos a optarem por este tipo de contrato[232]. Trabalhar e viver como agregado em

[231] APSTNF – Escritura de locação de serviços – Livro nº 9 – 1874 / 1875, fls.21 verso.

[232] LIMA FILHO, Henrique Espada R**. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX**. Comunicação apresentada no II Jornada Nacional de História do Trabalho, Florianópolis. Agosto de 2004.

uma família significava pelo menos o acesso a condições mínimas de sobrevivência como casa, comida e roupas.

As incertezas frente ao "mundo livre" não foram comuns a todos os libertos. Alguns conseguiram prosperar a ponto obter condições de realizar, enquanto credores, contratos de locação com outros ex-escravos. Foi este o caso do liberto Jacintho Goudin. Ele aparece pela primeira nas fontes por mim pesquisadas em 1872, já como liberto, comprando das viúvas D. Francisca Genoveva de Souza Goudim e D. Candida Amalia Lopes Goudim uma casa na Rua Augusta, em Desterro, por 350$000 réis[233]. Não encontrei nenhuma referência ao período em que Jacintho foi cativo, mas tudo indica que ela teria sido escravo ou de Dona Francisca ou de Dona Cândida, uma vez que era muito comum o escravo adotar o sobrenome do senhor. O fato de ter adquirido dinheiro pra comprar um imóvel em uma das ruas centrais de Desterro não é o único indício da prosperidade que Jacintho gozou enquanto liberto.

Em 1879, ele emprestou ao pardo Albino 373$000 réis para que este comprasse sua liberdade junto a seu senhor. Em troca, Albino "obriga-se a pagar a Jacintho Goudin e na sua falta a crioula liberta Theresa Callado com seus bons serviços, obrigando-se pelo prazo de cinco anos a lhes prestar com toda a dedicação, dando-lhe mensalmente a quantia de vinte e quatro mil reis (24$000), vestindo elle devedor a sua custa, correndo os alimentos por conta do credor, sendo entretanto obrigado a fazer as voltas e trabalhos de casa nas horas vagas e que sejão [sic] necessários. Obriga-se mais o devedor a prestar todos e quaesquer serviços mais quanto estes forem necessários aos interesses dos credores, deixando então de ganhar os

[233] APSTNF – Escritura de Venda Fixa – Livro nº 35, 1872 fls, 3.

jornaes, levando-se em conta então o referido tempo na proporção relativa a vinte e quatro mil reis mensaes[234]".

Além de contar com os serviços de Albino, Jacintho Goudin e Theresa Callado contaram também com os serviços da liberta Zeferina, que em 1879 emprestou 610$000 réis do casal de libertos para adquirir sua liberdade. Segundo consta do contrato, Zeferina pagou pelo empréstimo com 6 anos de seus serviços domésticos. Os credores, por sua, vez deveriam sustentá-la, vesti-la e tratá-la em suas enfermidades contanto que não passassem de 15 dias; o que extrapolasse este período correria por conta da liberta e seria acrescido no final do contrato. Zeferina teria que cumprir todos os serviços que lhe fossem ordenados, contanto que compatíveis com seu sexo, sendo até mesmo obrigada judicialmente a isso caso houvesse necessidade. Caso não quisesse prestar serviços domésticos aos credores ela poderia optar pelo pagamento mensal de 12$000 até o fim do contrato[235].

Como podemos perceber, o casal de libertos Jacintho e Theresa adaptou-se muitos bem à vida em liberdade, conseguindo juntar quantia razoável de dinheiro. Mais do que ninguém o casal de libertos conhecia os meandros da vida em liberdade e o quanto o trabalho de um liberto podia gerar lucros, tanto é que empregaram suas economias em dois contratos de locação. Um ponto interessante dos contratados firmados por Jacintho e Theresa é que eles são muito mais minuciosos em suas cláusulas, ao contrário da grande maioria dos contratos firmados por cidadãos livres. Talvez o conhecimento que tinham acerca das expectativas de um escravo em relação ao trabalho livre tenha feito com que Jacintho e Theresa incluíssem em ambos os contratos a possibilidade de uma vida autônoma por parte dos contratados,

[234] APSTNF – Contrato de Locação de Serviços - Livro nº 47, 1879, fls. 99 a 101.
[235] APSTNF – Contrato de Locação de Serviços - Livro nº 46, 1879, fls. 99 e 100.

evitando assim descontentamentos. A possibilidade de uma vida autônoma se fez presente em poucos contratos e caso o liberto sob contrato se recusasse a servir seu credor uma questão bastante complicada se impunha à justiça.

Nos livros de notas a alforria precedia o contato de locação de forma que ele era firmado entre duas pessoas livres. Sendo assim, a legislação que regia a posse de escravos não se aplicava aos libertos sob condição e em todos os casos em que houve desentendimentos acerca dos termos do contrato a solução não foi fácil. Tomemos como exemplo o processo envolvendo Rosa, parda liberta e Ricardo Martins Barboza[236]. Para conseguir sua liberdade em 1882, Rosa firmou um contrato de locação com Ricardo Barboza no valor de 300$000 e em troca deste valor a liberta deveria prestar 7 anos de seus serviços. Aconteceu, porém que passados 2 anos desde a assinatura do contrato Ricardo Barboza reclamou em juízo que *"*não obstante ter sido sempre tratada como pessoa livre, demandou-se e sahio de caza querendo ser alugada, e agora levada por maos conselhos prepara-se para fugir com destino ao Rio de Janeiro[237]". Receoso de levar um prejuízo de cinco anos de serviço que Rosa ainda estava a lhe dever, Ricardo Barboza pediu ao Juiz de Órfãos que tomasse providências para que Rosa fosse obrigada a cumprir o combinado e declaresse sua prisão preventiva. O juiz não acatou o pedido de Ricardo sob a alegação de que, por se tratar de pessoa livre, Roza não deveria ser presa por pedido de seu "pretenso" senhor, medida aplicável apenas aos escravos. Uma vez que o processo se encontra incompleto são sei qual foi a decisão tomada pelo juiz pra fazer com que a liberta prestasse o tempo de serviço restante. Mas ao observarmos o contrato firmado entre Roza e Ricardo Barboza percebemos que a possibilidade de Roza deixar a casa

[236] AFMF – Inventário Ricardo Martins Barboza. 1ª Vara de Família, caixa 03. 1884 nº 368.
[237] Idem, fls.2

do credor e viver de forma autônoma não estave presente. Pelo contrário, segundo consta do contrato, ela deveria servir a família Barboza "como se sua escrava fosse[238]".

Em alguns casos, o liberto podia tomar atitudes mais extremas do que sair da casa de seu contratante. O jornal "O Conservador" em fevereiro de 1876 publicou a seguinte notícia:

> "Consta que o preto liberto Agostinho, tentara envenenar o Sr. Guilherme Henrique Willington, na manhã de 7 do corrente, deitando-lhe veneno em um copo d'água, estando o mesmo Sr. Guilherme doente de cama.Pressentido pelo mesmo e por duas pessoas que residem em casa do Sr, Guilherme, este apreendeu o copo d'água e dirigiu-se em pessoa ao Sr. Dr. Chefe de Polícia, o qual tratou imediatamente de mandar sindicar do fato e proceder o inquérito policial pelo Sr. Subdelegado(...)[239] "

Não consegui localizar o inquérito policial ao qual se refere a notícia, mas dois dias depois o mesmo jornal voltou a tratar do assunto e levantou como possível causa do atentado a recusa do liberto Agostinho em prestar serviços e morar da casa de Guilherme. Segundo o periódico, a atitude tomada por Agostinho não chegava a causar surpresa, pois se tratava de um indivíduo já "(...) há muito conhecido das autoridades policiais pelo seu temperamento intempestivo e rebelde (...) Era um preto inclinado aos vícios da bebida e pouco afeito ao trabalho[240]".

Exageros à parte, o jornal em um ponto parece ter razão. O cruzamento com outras fontes permite saber mais deste caso. Agostinho parece não ter sido de fato um grande entusiasta do trabalho, pelo menos não do trabalho compulsório. Ele havia se libertado através de um contrato de locação de serviços realizado com José de Souza Bainha em 1871, para quem ficou devendo 7 anos de serviço. Pouco menos de um ano depois o contrato foi

[238] APSTNF – Contrato de Locação de Serviços. –Livro nº 56, 1882.
[239] BEPSC - O Conservador, nº 306, p., 03. 16/02/1876
[240] BEPSC - O Conservador, nº 308, p., 02. 18/02/1876.

repassado para Francisca Carolina Willington que em 1875 o repassou pelo valor de 550$000 a seu irmão, Guilherme Henrique Willington[241]. No contrato firmado entre Agostinho e Guilherme Willington, o liberto deveria prestar 4 anos de serviço, devendo morar na casa do credor e servir somente a ele credor ou à pessoa por ele indicada. Este por sua vez, teria obrigação de vesti-lo e tratá-lo em suas enfermidades. Segundo matéria de "O Conservador" um dos motivos que teria feito com que Agostinho tentasse matar seu credor foi justamente o fato deste obriga-lo a residir consigo e proibi-lo de servir a quem bem entendesse. Os impedimentos colocados à vida autônoma foram ao que tudo indica o motivo da rebeldia de Roza e Agostinho. Afinal, mobilidade espacial era uma das prerrogativas das pessoas livres que os libertos mais almejavam.

Muitas vezes as relações entre os libertos sob condição e seus credores não se dava de forma tão simples como num mero contrato de trabalho. Temos muitas vezes duas partes que parecem não se entender. De um lado, um liberto pronto para gozar de sua recém-adquirida liberdade, conquistada muitas vezes a duras penas e de outro lado um "benfeitor" exigindo deste liberto a mesma obediência e postura que deveria ter um escravo[242]. Não convém, logicamente generalizar a experiência de Roza e Agostinho, mesmo porque eles são apenas 2 em 418. De uma maneira geral, as relações entre os libertos sob condição e seus credores não parecem ter sido tão conflituosas. Mesmo porque, como já vimos, os contratos de locação tendiam a ser um bom negócio para ambas as partes. Possibilitavam aos escravos

[241] APSTNF – Contato de Locação de Serviços. Livro n.º 39, 1875, fls. 80 e 81. No trespasse ou cessão do contrato constam a informações dos dois contratos anteriores, com exceção dos valores.
[242]CABRAL, O. op. cit. 1972, p. 137. Ao comentar a respeito da mesma notícia se refere a Guilherme Willington como benfeitor de Agostinho, possivelmente para frisar que este não era escravo de Guilherme.

liberdade mediante apenas parte do pagamento e garantiam aos senhores a manutenção da mão de obra num período em que a escravidão já começava a anunciar o seu fim.

A importância que o trabalho dos libertos teve no período analisado fica clara quando dois terços das libertações previram algum tipo de prestação de serviço (alforrias condicionais por tempo de serviço e alforrias pagas com contrato de locação de serviços). O trabalho escravo esteve presente tanto na produção de gêneros como na execução de serviços urbanos e domésticos e a absoluta maioria dos senhores na Ilha de Santa Catarina não se desfez facilmente da mão de obra destes escravos. A liberdade esteve quase sempre acompanhada da manutenção do trabalho compulsório. Ao centrarmos atenção na década de 1880 podemos perceber de maneira ainda mais clara a importância da mão de obra dos libertos para cidade. Eles a essa altura eram duas vezes mais numerosos do que os escravos e se encontravam inseridos em atividades essenciais para a economia da cidade, de forma que não foi por acaso a preocupação generalizada dos senhores em manter os serviços dos libertos, mesmo que para isso tivessem que desembolsar consideráveis quantias.

O valor dos contratos foi superior ao preço médio de um escravo. Os inventários para década de 1880 demonstram que o valor médio pelo qual foram avaliados os cativos dificilmente passou de 500$000 réis, só atingindo este valor os homens adultos e com ofícios especializados; as mulheres valiam em média 200$000 réis. Em 1884, a média de preço de uma escrava foi de 150$000 e o valor médio dos contratos realizados com libertas foi de 300$000 réis. Como vimos anteriormente, os serviços de um escravo podiam ser bastante

243

diversificados o que, sem dúvida, deveria ser também o caso dos serviços prestados por um liberto.

Outro fator que ajuda a explicar o investimento neste tipo de mão de obra é o fato de serem as décadas de 1870 e 1880 período em que aumenta a insatisfação dos cativos com relação à condição servil e mais tarde o movimento abolicionista ganha corpo. As discussões e aprovação da Lei do Ventre Livre e dos Sexagenários mudam de forma substancial as relações escravistas no Brasil, e o número de cativos ingressando na justiça em busca de liberdade atinge níveis nunca antes vistos. A resposta dos senhores na Ilha de Santa Catarina a este fenômeno foi a libertação condicional dos cativos. Extinguia-se a escravidão enquanto condição jurídica, sem entretanto, eliminar-se o caráter compulsório do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passaram-se quase cinco anos desde a data em que iniciei minhas pesquisas a respeito da escravidão em Santa Catarina. Inúmeros foram os livros lidos, os arquivos pesquisados e as fontes transcritas e foi logo nestes primeiros contatos que esta dissertação começou acanhadamente a tomar forma. Ao me deparar com diversas fontes referentes ao passado escravista da região e confrontá-las com a vasta historiografia brasileira sobre o tema, algumas coisas não pareciam fazer muito sentido. Como podia a escravidão em Santa Catarina ter sido insignificante ao longo do século XIX se em quase todas as fontes que eu olhava os escravos estavam presentes? E porque, sendo os escravos uma população bastante numerosa existiam tão poucas pesquisas sobre a escravidão catarinense?

Não fui o primeiro a formular estas perguntas, outros pesquisadores o fizeram antes de mim. E para eles, a insignificância e invisibilidade dos negros na historiografia catarinense encontraram resposta em questões ideológicas: a intelectualidade local, interessada em construir uma identidade branca e europeia, voltou-se aos imigrantes vindos do velho continente e a história da imigração passou a ser privilegiada em detrimento ao passado escravista da região, devido ao reduzido contingente de escravos da província se comparados com outras regiões do Brasil. Essa é sem dúvida uma resposta bastante plausível, mas não acho que ela de conta dê resolver a questão.

Em minha opinião, tanto a insignificância da mão de obra escrava como o pretenso desenvolvimento trazido pela imigração europeia, possuem relação direta com a compreensão que se fazia da economia local. Como vimos, grande parte da historiografia sobre Santa Catarina no século XIX apresentou a economia da província como estática e

pouco importante frente a outras praças. Por não possuir uma produção de gêneros voltados para exportação os produtores rurais locais não conseguiam gerar recursos suficientes para investir em mão de obra cativa, não conseguindo por isto competir com as províncias agroexportadoras. Para esta mesma historiografia, tal panorama começa a se modificar em meados do século XIX. A introdução de imigrantes europeus neste período é apontada como um dos fatores responsáveis pelo desenvolvimento da região.

Ao analisar a economia de Santa Catarina à luz dos novos trabalhos sobre mercado interno e economia de abastecimento do Império fica claro que a visão acima apresentada não se sustenta. Tanto a imigração europeia como o sistema escravista na região foram altamente influenciados pelo crescente aumento na demanda de gêneros de consumo a partir principalmente da década de 1820 com o advento do café no Vale do Paraíba, cenário que se intensificou com o boom do café no oeste paulista e com Guerra do Paraguai na segunda metade do século. Isso sem falar no crescente desenvolvimento dos centros urbanos em todo país ao longo do século XIX. Santa Catarina, assim como diversas outras províncias do Brasil, beneficiou-se deste cenário favorável do mercado e incrementou sua produção de diversas maneiras, inclusive reforçando o investimento em mão de obra cativa. A ligação da escravidão com o mercado de abastecimento foi uma das principais características da economia brasileira no século XIX, que vem sendo só gora estudada.

Ao demonstrar que economia local foi de fato mais complexa e dinâmica do que se acreditava fui necessariamente impulsionado a me questionar qual teria sido então o papel da mão obra cativa dentro dessa “nova” lógica econômica. Apesar de ter consciência que não ter construído um novo modelo interpretativo capaz de dar conta de explicar o passado

escravista da região (o não era em absoluto minha intenção) tenho convicção de que encontrei indícios e sugestões que tornam possível a elaboração de novas perguntas que tendem a enriquecer os debates sobre o papel da escravidão no oitocentos catarinense.

Dentro deste novo panorama, esta investigação em torno das ocupações e arranjos de trabalho de escravos na Ilha de Santa Catarina contribuiria não só para descartar a ideia corrente de uma escravidão insignificante e predominantemente doméstica, como também demonstrou a grande importância do trabalhador escravo no cultivo e escoamento da produção local.

Diversos foram os contratempos que me impediram de ir além em minhas observações. A falta de informações a respeito de outras regiões da província, como São José, São Miguel, Laguna e São Francisco me impediram de observar qual a incidência da mão de obra cativa nessas localidades como também de avaliar as atividades produtivas nelas desenvolvidas e suas ligações com a capital catarinense. A historiografia brasileira tem demonstrado que as ligações comerciais entre os diversos portos do império foram também uma acentuada característica da economia brasileira no século XIX. Mas talvez o principal contratempo tenha sido a falta de acesso ao material documental, inventários principalmente, dos anos de 1850 a 1870.

Esta dificuldade no acesso às fontes relativas as décadas de 1850 a 1870 me forçaram a centrar minha análise nas duas últimas décadas da escravidão. Isto por um lado acabou por contribuir para hipótese de ter sido Santa Catarina uma província escravista ligada ao abastecimento do mercado interno, uma vez que mesmo num período em que o regime escravista entrava em declínio os produtores locais seguiam investindo na compra de cativos e

procuravam também garantir a mão de obra dos seus ex-escravos, o que fica claro pela análise das alforrias e contratos de locação de serviço. Nas duas últimas décadas da escravidão, a Ilha presenciou uma profunda e irreversível transformação nas relações de trabalho. O trabalho escravo seguiu gradativamente dando lugar a outras formas de trabalho compulsório além de diversas outras formas não capitalistas de trabalho – o assalariamento parece não ter sido o substituto natural do trabalho escravo. A maneira pela qual os libertos se inseriram na economia e no mercado de trabalho do período é apenas uma das alternativas possíveis de tentar desvendar o ainda pouco conhecido mundo do trabalho livre no século XIX.

Chego ao final desta empreitada com a certeza de não ter esgotado este tema, mas de ter lançado um novo olhar sobre escravidão, liberdade e relações de trabalho na Ilha de Santa Catarina na segunda metade do século XIX.

FONTES

Arquivo do Fórum Municipal de Florianópolis – AFMF.

1ª Vara de Família – caixas dos anos de 1880 a 1888.

Arquivo da Prefeitura Municipal de Florianópolis – APMF

Livros Caixa: Receita e Despesa da Câmara Municipal – 1850 a 1888.

Registro do balancete mensal da receita e despesa da Câmara Municipal – 1850 a 1888.

Termos de arrematações da Câmara Municipal (Arrematação das casinhas da Praça do Mercado) – 1855 a 1880.

Receita da Praça do Mercado Público – 1850 a 1880.

Arquivo do Primeiro e Segundo Tabelionato da Notas de Florianópolis – APTNF

Livros de Notas nº 16 ao 66. Anos de 1868-1888

Brazilian Government Document Digitization Project (http://brazil.crl.edu/)

Relatórios dos presidentes de província – anos de 1866-1888.

Biblioteca pública do Estado Santa Catarina – BPESC

Jornal "O Argos" – 1850 a1870
Jornal "O Conservador" – 1850 a1880
Jornal "O Abolicionista" – 1884
Jornal "A regeneração" – 1870-1880.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFFONSO, Leonardo de M. & CHALHOUB, Sidney (org). **A História Contada**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

ANDRADE, Maria J. de Souza. **A mão de obra escrava em Salvador, 1811-1860**. São Paulo: Corrupio, Brasília: CNPq, 1988.

ANDREWS, George Reid, **Negros e Brancos em São Paulo**. Bauru/SP: Edusc, 1998.

BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano – açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BERLIN, Ira & MORGAN, Philip D (eds.). "The Slaves' Economy: Independent Production by Slaves in the Americas". In: **Slavery and Abolition**. London: Frank Cass, 1992.

BERLIN, Ira & MORGAN, Philip D. (eds.). **Cultivation and Culture – Labor and the shaping of Slave Life in the Americas.** Charlottesville: University Press of Virginia, 1992.

BOITEUX, Lucas A. **Pequena história catharinense**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1920.

_____. **A pesca em Santa Catarina**. Florianópolis: Federação das Colônias de Pesca de SC, 1934.

BRIGNOL, Juliani M., **Bordados do Destino: saberes das mulheres afrodescendentes na passagem do século XIX ao XX na Capital de Santa Catarina.** 2003. Dissertação (Mestrado em História). UFSC, Florianópolis.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Santa Catarina.** Col. "Brasiliana". São Paulo: Cia Editora Nacional, 1937.

_____.**História de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Laudes, 1970;

_____. **Nossa Senhora do Desterro: Notícia Vol 1 & 2.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 1972.

_____. **Nossa Senhora do Desterro: Memória. Vol 1 & 2.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 1972.

CARDOSO, Ciro Flamarion (org). **Escravidão e Abolição no Brasil – novas perspectivas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional – O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul.** Rio e Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas**. Florianópolis: editora Insular, 2000.

CARDOSO, Fernando Henrique & Octavio Ianni. **Cor e Mobilidade Social em Florianópolis.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

CARDOSO, Paulino de Jesus F. *etalli*. "Experiência das populações de origem africana em Florianópolis na década da Abolição". IN: **Revista Percursos**. Florianópolis: vol. 1 fascículo 3, 2002.

_____. **Nem tudo era açoriano**. Texto apresentado ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, mimeo, 2002.

FRANCO, Maria S. de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Kairós, 1983.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao sul da história**. **Lavradores pobres na crise do trabalho escravo.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHALHOUB, Sidney, **Machado de Assis Historiador**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

_____. **Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CHEREM, Rosangela Miranda. "Uma Abordagem sobre as alforrias nos jornais de Desterro de 1884 a 1888". IN: **Revista Catarinense de História**. Nº1, Florianópolis, 1990. P-45-53.

CONGRESSO AGRÍCOLA, Rio de Janeiro, 1878 (Ed. Fac. Similar) Anais. Introdução e notas de José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Dora Isabel P. da. "Demografia e economia numa região distante dos centros dinâmicos: uma contribuição ao debate sobre a escravidão em unidades exportadoras e não-exportadoras" In: **Estudos Econômicos.** v.26, n.1, jan/abr 1996, p. 111-136.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**, São Paulo: Liv. Ciências Humanas, 1982 (1966).

CUNHA, Idaulo José. **Evolução econômico-industrial de Santa Catarina**. Florianópolis: FCC, 1982.

CUNHA, Manuela Carneiro da. "Sobre os silêncios da lei. Lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX". In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.) **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade**. São Paulo: Brasiliense/Edusp, 1986

DAUWE, Fabiano. **Estratégias institucionais de liberdade: um estudo acerca do Fundo de Emancipação dos Escravos em Nossa Senhora do Desterro (1871-1888)**. 2001. (TCC). UDESC, Florianópolis.

DEAN, Warren. Rio Claro: um sistema de grande lavoura, 1820-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

EISENBERG, Peter G. **Modernização sem mudança – a indústria açucareira em Pernambuco. 1840-1910**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Homens Esquecidos.** Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

FARIAS, Joice. **A Lagoa da Conceição também é dos pretos! Experiências dos grupos populares no Leste da ilha de Santa Catarina (1870-1880).** 2003. Dissertação (Mestrado em História). UFF, Niterói.

FERNADES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ed. Dominus USP, 1965.

FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. **A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FLORENTINO, Manolo. "Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro Oitocentista: notas de uma pesquisa" In: **Topois.** 2002, p. 09-40.

FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto – Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 – c.1840**. Rio de Janeiro. Sette Letras, 1998.

FRAGOSO, João. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

GALLO, Fernanda Bianca G. **Entre becos (In)visíveis :O significado das habitações populares para Africanos e Afrodescendentes em Desterro(1885-1910).** 2001. (TCC). UDESC, Florianópolis.

GEBARA, Ademir. **O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)**. São Paulo: Brasiliense, 1986;.

GENOVESE, Eugene D. **A Terra Prometida: O mundo que os escravos criaram.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GEREMIAS, Patrícia Ramos, **"Filhos livres de mães cativas" – os ingênuos e as relações familiares das populações de origem africana em Desterro na década de 1880**. 2001. (TCC). UDESC, Florianópolis.

GRAHAM, Sandra L. **Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1890**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

GUTIÉRREZ, Horácio. "Demografia Escrava numa economia não-exportadora: Paraná. 1800-1830". In: **Estudos Econômicos**, vol.17, n.2, maio/ago 1987, pp297-314.

HOLT, C. Thomas; SCOTT, Rebecca & COOPER, Frederick. **Beyond Slavery. Explorations of race, labor, and citizenship in postemancipation societies**. Chapel Hill: University of North Carolina Pres, 2000.

HuBENER, Laura Machado, **O Comércio da Cidade do Desterro no século XIX.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1981.

ILHA DE SANTA CATARINA. **Relatos de viajantes estrangeiros nos século XVIII e XIX**. Florianópolis: ALESC, 1979.

KARASCH, MARY, C. **A Vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**. São Paulo: Cia das Leras, 2000.

KLEIN, Herbet. S. **A Escravidão Africana: América Latina e Caribe.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. "Os homens livres na sociedade escravista brasileira". In: **Dados**, Vol. 17, p. 3-27, 1978.

KLEIN, Herbert S. & PAIVA, Clotilde. "Libertos em uma economia escravista: Minas Gerais em 1831". In: **Estudos Econômicas**. São Paulo, V.27, N.2, P.309-335, Maio-Agosto de 1997.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879**. Campinas: Papirus, 1988.

LARA, Silvia Hunold, "Blowing' in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil". In: **Projeto História**. São Paulo nº 12, outubro, 1995.

LEANDRO, José Augusto, **Gentes do Grande Mar Redondo: Riqueza e pobreza na comarca de Paranaguá, 1850-1888.** 2003,vTese (Doutorado em História). UFSC, Florianópolis.

LEITE, Ilka B (org.). **Negros no Sul do Brasil.** Florianópolis: Letras Contemporânea, 1996.

LIMA FILHO, Henrique Espada R. **Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX**. Comunicação apresentada no II Jornada Nacional de História do Trabalho, Florianópolis. Agosto de 2004.

LIBBY, Douglas C. **Transformação e Trabalho em uma economia escravista – Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

LIBBY, Douglas C. & GRIMALDI, Márcia. "Equilíbrio e estabilidade: economia e comportamento demográfico num regime escravista. Minas Gerais no século XIX". **Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais** (ABEP), Olinda, v.3, p413-442, 1988.

LIMA FILHO, Henrique Espada R. **Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX**. Comunicação apresentada no II Jornada Nacional de História do Trabalho, Florianópolis. Agosto de 2004.

LINHARES, Maria Yedda. **História do abastecimento, uma problemática em questão (1530-1918) v.1** Brasília: Biblioteca Nacional de Agricultura, 1979.

_____. Subsistência e sistemas agrários na Colônia: uma discussão**. Estudos Econômicos**, XIII, n.1, 1883.

_____. (org) **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campos, 1991.

LUNA, Francisco Vidal e COSTA Iraci Del Nero da. "Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX". In: **Estudos Econômicos**. XIII n.1, 1983.

LUZ, Sergio R. da, **Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha e Sua População (1810-1930).** 1994, Dissertação (Mestrado em História). UFSC, Florianópolis.

MACHADO, Wanderlei. **O espaço público como palco de atuação masculina: a construção de um modelo burguês de masculinidade em Desterro (1850 - 1884).** 1999, Dissertação (Mestrado em História). UFSC, Florianópolis.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **Administração & Escravidão – idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira**. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 1999.

MARTINS, Roberto B. & MARTINS FILHO, Almicar. "Slavery in a nonexport economy: nineteenth-century Minas Gerais revisited". In: **Hispanic American Historical Review**, v64, n. 3, p. 135-146, feb.1984.

MATOSSO, Kátia de Queiroz. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil S;éculo XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MELO, Tânia M. B. de. **A Campanha Abolicionista em Nossa Senhora do Desterro**. 1986, (Trabalho de conclusão de Curso). UFSC, Florianópolis.

MENDONÇA, Joceli Maria N. **Entre a Mão e os Anéis**. Campinas: Editora da Unicamp/CECULT, 1999.

MOREIRA, Paulo R. S. **Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano. Porto Algre – 185-1888.** Proto Alegre: EST Edições, 2003.

_____. Os Contratados: uma forma de escravidão disfarçada. In: **Estudos Ibero-americanos**, Porto Alegre, PUCRS, v.16, n.1 e 2, p. 1-34, jul. e dez, 1990.

_____. **Faces da liberdade, máscaras do cativeiro. Experiências de liberdade e escravidão percebidas através das cartas de alforria – Proto Alegre (1858-1888**). Porto Alegre: Arquivo Público do Estado, EDIPUCRS, 1996.

MORTARI, Claudia. **Homens Pretos do Desterro. Um estudo sobre a irmandade de Nossa senhora do Rosário (1840-1869).** 2000. Dissertação (Mestrado em História). PUC/RS, Porto Alegre.

NISHIDA, Mieko. "As Alforrias e o papel da Etnia na Escravidão Urbana: Salvador, Brasil, 1808-1888". IN: **Estudos Econômicos**. São Paulo, vol. 23, n.2, p.227-265, Maio-Agosto, 1993.

OLIVEIRA, Henrique Luiz. P. **Os filhos da falha: assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro (1828-1887)**. 1990, Dissertação (Mestrado em História). PUC, São Paulo.

OLIVEIRA, Maria Inês C. **O Liberto, o seu mundo e os outros – 1790-1890**. Bahia: Corrupio, 1988.

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos na Minas Gerais do Século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos**. São Paulo: Annablume, 1995.

PAPALI, Maria Aparecida. **Escravos, libertos e órfãos. A construção da liberdade em Taubaté (1871-1895).** São Paulo: Annablume, 2003.

PEDRO, Joana Maria. **Nas tramas entre o publico e o privado : a imprensa de Desterro no século XIX**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995.

_____. **Mulheres honestas mulheres faladas: uma questão de classe**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

PENA, Eduardo S. **O Jogo da Face: a astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba Provincial**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

_____. **Pajens da Casa Imperial**. Jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

_____. "Escravos, libertos e imigrantes: fragmentos da transição em Curitiba na segunda metade do século XIX". In: **História: questões e debates**, Curitiba, 9(16), 1988 pp. 83-103.

PENNA, Clemente Gentil, **"Vivendo sobre si" – estratégias de liberdade de africanos a afrodescendentes em Desterro (1870-1888)**. 2001. (TCC). UDESC, Florianópolis.

PIAZZA, Walter Fernando. **A Colonização de Santa Catarina.** Porto Alegre: Editora BRDE, 1982.

_____. **Dicionário Político Catarinense**. Florianópolis, Alesc, 1985.

_____. **Escravidão negra numa província periférica.** Florianópolis: Garapuvú/Editora Unisul, 1999.

_____. **A mandioca e sua farinha**. Florianópolis: IHG- SC / Faculdade Catarinense de Filosofia, 1856.

_____. **O Escravo numa Economia Minifundiária**. Florianópolis: UDESC / Editora Resenha Universitária, 1975.

_____. **Santa Catarina: sua história** Florianópolis: Lunardelli/UFSC, 1983.

PINHEIRO, Paulo S. (ed.). **Trabalho Escravo, Economia e Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil.** 26ª ed, São Paulo: Brasiliense,1981.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês (1835).** São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição. IN: **Afro-Ásia** nº 24, 2000 pp 199-242,

REIS, João J. & Silva, Eduardo. **Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil escravista.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CENTRO DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL DE SANTA CATARINA. (CEAG/SC). **Evolução histórico-economica de Santa Catarina; estudo das alterações estruturais (século XVII-1960).** Florianópolis: CEAG/SC, 1980.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza: 1890 – 1915**. São Paulo: Annablume, 1998.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial.** São Paulo: Cia das Letras, 1988.

_____. Padrões de Propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. **Estudos Econômicos**. XIII n.1, 1983, pp.259-287.

_____. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru/SP: EDUSC, 2001.

SCOTT, Rebecca. Abolição Gradual e a Dinâmica da Emancipação em Cuba, 1868-1886. In: **Estudos Econômicos**. Vol. 17 – n. especial – 1987.

SENADO FEDERAL, **A Abolição no Parlamento: 65 anos de luta, 1823–1888.** Brasília: Subsecretária de Arquivo, 1988.

SHEPHERD, Verene A. (org). **Slavery without Sugar: Diversity in Caribbean Economy and Society since he 17th Century.** Gainesville: University Press of Florida, 2002.

SIEBERT, Itamar. **Um Biênio de provações e entusiasmos nas origens do jornalismo catarinense (1855 – 1856).** Florianópolis, UFSC, 1995 (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Haroldo Silis Mendes. da. **Carroceiros, quitandeiras, marinheiros, pombeiros e outras agências: Trabalho e sobrevivência de africanos e afrodescendentes na cidade de Desterro na década da abolição.** 2001. (TCC). UDESC, Florianópolis.

SILVA, Marlene, Rosa Nogueira. O **Negro na rua: a nova face da escravidão**. São Paulo: Huicitec, 1988.

SLENES, Robert W. "A escravidão numa economia ligada a exportação (Perspectivas Alternativas sobre Minas no século XIX)". In: **Cadernos IFCH**, Unicamp, n. 17, jun, 1985.

_____. Comments on slavery in a nonexport economy. **Hispanic American Historical Review**. V. 63, .3, p.569-81, aug. 1983.

_____.**Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista em Minas Gerais no século XIX. **Cadernos IFCH**, Unicamp, n.17, jun. 1985.

_____. **The Demography and economics of Brazilizn Slavery**. Tese (Ph.D em História)., Stanford University, 1976.

SOARES, Luiz Carlos. "Os Escravos ao ganho no Rio de Janeiro do século XIX". In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 08, nº16, 1988. pp. 107-142.

VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina – A Ilha**. Florianópolis: Lunardelli, 1985 (1900).

VERGER, Pierre. **Os Libertos: sete caminhos na liberdade de escravos na Bahia no século XIX**. São Paulo: corrupio, 1992.

WAGNER, Ana Paula. **Diante da Liberdade: um estudo sobre libertos na Ilha de Santa Catarina na segunda metade do século XIX.** 2002. Dissertação (Mestrado em História) UFPR, Curitiba.

WISSENBACH, Maria C. C. **Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1888).** São Paulo: HUCITEC, 1998.

XAVIER, Regina C. **A Conquista da Liberdade: Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX**. Campinas: CMU/Unicamp, 1996.

ZIMMERMANN, Fernanda & MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti, **Africanos entre açorianos: tráfico atlântico e trabalho escravo no Ribeirão da Ilha na primeira metade do século XIX.** Relatório Final PIBIC/CNPq. Florianópolis: UFSC, 2004.

ZUBARAN, Maria A. Slaves and contratados: the politics of freedom in Rio Grande do Sul, Brazil, 1865-1888. 1998, Tese (Doutorado em História). State University of New York at Stony Brook, Nova York.